

ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

**TEMPO E ESPAÇO NA DINÂMICA MIGRATÓRIA JAPONESA: O CASO DE
MOGI DAS CRUZES.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração, Demografia, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Mestrando: Ricardo Yoshiyuki Hirata

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Neide Lopes Patarra

**Rio de Janeiro
Setembro de 2005**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ricardo Yoshiyuki Hirata

**TEMPO E ESPAÇO NA DINÂMICA MIGRATÓRIA JAPONESA: O CASO DE
MOGI DAS CRUZES.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais, área de concentração, Demografia, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Neide Lopes Patarra

**Rio de Janeiro
Setembro de 2005**

Agradecimentos

Encontrar palavras capazes de transmitir a alegria e a sensação de vitória pela finalização deste projeto não foi tarefa fácil. Entretanto, faz-se necessário expressar minha gratidão a todos que se envolveram direta ou indiretamente nesta importante etapa de minha vida.

Ainda nos primeiros anos do ginásio (atual ensino fundamental) acalentava o sonho de cursar uma faculdade, ideal este constantemente alimentado pelo meu mestre Daisaku Ikeda que não me permitiu desistir, apesar das inúmeras e profundas dificuldades financeiras e familiares experimentadas em minha juventude. Dificuldades estas que atualmente representam um incalculável tesouro em minha vida. Foram incontáveis momentos de esforço e incentivo, para manter vivo o ideal de conquistar o impossível e não permitir que os obstáculos da vida me desanimassem. Munido de extrema admiração, expressei minha mais elevada estima a Sra. Magdalena Nader Landi que se tornou “a veterana da minha vida” ao contribuir para meu crescimento como ser humano.

A realização deste sonho tão almejado facilitou o surgimento de novas oportunidades e contribuiu em demasia para meu desenvolvimento pessoal. É primordial frisar a participação de meus amados pais, Sebastião e Isabel, que sempre me apoiaram através de recursos materiais e afetivos. Foram sempre grandes estimuladores. Iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação e renunciaram aos seus sonhos para que muitas vezes eu pudesse realizar os meus.

Jamais poderia deixar de citar, inclusive para evitar futuros conflitos, a colaboração e o apoio de Elisabete, minha noiva há 10 anos. Uma fiel companheira com a qual sempre pude contar nos momentos de alegrias e tristezas.

Ao longo da juventude e eternamente, por nela me encaixar, inúmeros amigos foram conquistados. Com eles aprendi a ser humilde, por eles procurei fazer o melhor e a eles ofereço minha eterna amizade. Aos amigos da Soka Gakkai, da Divisão dos Estudantes e em especial da Banda Masculina Taiyo Ongakutai, muito obrigado.

Ao ingressar no IBGE, no final de 2002, ocorreu significativa alteração em meu cotidiano, porém, me vi cercado de constantes estímulos e incentivo dos amigos da Supervisão Estadual de Estatística do Setor Público, dentre os quais cito: Hilda Pena Porto de Oliveira, responsável pelo setor, que contribuiu e se dedicou à supervisão de meus afazeres diários, determinando boa parte da realização deste projeto.

A este rol de pessoas queridas, acrescento o nome de minha orientadora Prof. Neide Patarra, que praticamente me adotou, cujos esforços e atenção para com o orientando, que deu muito trabalho, são imensuráveis, conseqüentemente, impossíveis de ser traduzidos em singelas palavras. Professora Neide, muito obrigado! Carregarei eternamente suas considerações, afinal a alegria desta conquista também é sua, pois seu carinho, estímulo e compreensão integram a alma desta vitória.

Quisera elencar todas as pessoas como: a banca examinadora, companheiros de trabalho, professores e amigos da ENCE, professores e amigos da graduação em Economia na UERJ, A Fundação Japão, o Núcleo de Estudos Japoneses, a Associação Cultural de Mogi das Cruzes e o atual Secretário da Cultura e Meio Ambiente, professor Jurandyr Ferraz de Campos, que prestou significativo auxílio para a realização de meu trabalho ao abrir as portas do Arquivo Histórico da Prefeitura de Mogi das Cruzes.

Ofereço a todos sinceros agradecimentos.

Sumário

<u>Agradecimentos</u>	
<u>Resumo</u>	
<u>Abstract</u>	
<u>Apresentação</u>	
<u>Introdução</u>	
<u>Capítulo 1. Retrospectiva Histórica do Brasil e Japão</u>	
<u>1.1 O Contexto da Migração Japonesa</u>	29
<u>1.2 Economia do Café e a Demanda por Mão-de-Obra</u>	32
<u>1.3 Imigrantes Japoneses: Pioneiros no Brasil</u>	37
<u>1.3.1 História de Desafios e Sonhos</u>	37
<u>1.3.2 O Setor Agrícola</u>	46
<u>1.3.3 Cooperativas e Associações</u>	51
<u>1.3.4 A Importância da Educação</u>	52
<u>1.3.5 Movimentos Migratórios Internos</u>	54
<u>Capítulo 2 Mogi das Cruzes História e Migração</u>	
<u>2.1 História da Cidade de Mogi das Cruzes</u>	58
<u>2.2 Os Japoneses na Região Mogi das Cruzes</u>	60
<u>Capítulo 3. Mogi das Cruzes: Contextualização</u>	
<u>3.1 Geografia de Mogi das Cruzes e Região</u>	82
<u>3.1.1 Localização Geográfica</u>	82
<u>3.1.2 Clima e Solo</u>	83
<u>3.1.3 Malha Viária</u>	84
<u>3.2 Infra Estrutura Econômica, Social e Cultural</u>	85
<u>3.3 Dinâmica Populacional</u>	94
<u>3.3.1 População: Atual Contexto e Antecedentes Históricos</u>	94
<u>3.3.2 Estrutura por Idade e Sexo da População de Mogi das Cruzes</u>	98
<u>3.3.3 Imigração e Distribuição Espacial da População</u>	102
<u>3.3.4 Situação de Domicílio e a Principal Atividade Econômica</u>	106
<u>Capítulo 4. Demografia dos Imigrantes Japoneses</u>	
<u>4.1 Japoneses em Mogi das Cruzes</u>	115
<u>4.2 Ano de Chegada: Japoneses em Mogi das Cruzes</u>	125
<u>4.3 Estrutura Etária da População Japonesa</u>	127
<u>4.4 Escolaridade dos Imigrantes Japoneses</u>	130
<u>4.5 Os Japoneses no Rural e Urbano</u>	132
<u>4.6 Ocupação e Rendimento</u>	137
<u>4.7 Breve Abordagem do Fenômeno dos <i>Dekasseguis</i></u>	140
<u>Considerações Finais</u>	
<u>Bibliografia</u>	
<u>Glossário</u>	
<u>ANEXO</u>	

Resumo

O presente trabalho preocupou-se com a reconstituição histórica dos caminhos que os imigrantes japoneses percorreram desde a sua chegada ao Brasil, em sua maior parte para o interior do Estado de São Paulo, para depois se dirigirem até a região de Mogi das Cruzes, investigando os fatores econômicos, sociais e culturais que determinaram a trajetória desse grupo.

Em seguida analisou-se os diversos movimentos migratórios internos dos imigrantes japoneses e seus descendentes tendo como base empírica os Censos Demográficos e fontes adicionais de informação.

A região de Mogi das Cruzes foi escolhida por constituir-se na segunda maior colônia japonesa do Estado de São Paulo desde 1970 e pela contribuição econômica decisiva dos nipônicos na formação do “cinturão verde paulista”.

Uma vez caracterizado o espaço estudado, constatou-se que existe diferença nas variáveis sociais, econômicas e demográficas entre os municípios que compõem a microrregião tanto no que se refere à população total do município como no que se refere à população japonesa.

O estudo mostrou o deslocamento dos japoneses desde a chegada em 1908 para as diferentes locais, onde desenvolveram suas atividades, primeiramente agrícolas e posteriormente urbanas. A dedicação ao trabalho e a priorização dos estudos, principalmente para os descendentes, deixaram os nipônicos em melhores condições econômicas e sociais.

Pode-se observar indícios de que, depois de quase cem anos de sua trajetória em São Paulo e as características da fixação de uma parte considerável de seu contingente na região de Mogi das Cruzes, parcela dos japoneses e seus descendentes dirigiram-se ao Japão, a maior

parte temporariamente, engrossando as fileiras dos chamados de kasseguis, fenômeno amplamente analisado na bibliografia recente sobre a emigração do Brasil.

Abstract

The objective of the present paper was to summarize a historical reconstitution of the places where the Japanese immigrants traveled since their arrival in Brazil, most of them to the countryside of São Paulo state, for latter to go to Mogi das Cruzes region. The research concerned economic, social and cultural factors that determined the trajectory of this group.

Then, several internal migratory movements of the Japanese immigrants and their descendants were analyzed, using data on the Demographic Census and on additional information sources.

The region of Mogi das Cruzes was chosen, because it is the second bigger Japanese colony of São Paulo state, since 1970 and due to the decisive economic contribution of the Japanese people for the formation of “São Paulo’s green belt”.

After characterized of the place of study was completed, differences were found in the social, economical and demographic variables among the municipalities that compose the micro-region relating to the Japanese and municipal population.

This study showed the Japanese movement since their arrival in 1908 to different places, where they developed their activities, mainly agricultural, and lately urban. The dedication to work and prioritization of the studies, mainly by the descendants, have brought the Japanese people to better economical and social conditions.

After their arrival of their trajectory in São Paulo and the establishment characteristics of a considerable part of their contingent in the region of Mogi das Cruzes, there are signs that some of the Japanese immigrant descendants go to Japan, most of them temporarily, increasing the rows of the caled “dekasseguis”, phenomenon greatly analyzed in the recent literature about the Brazilian emigration.

Apresentação

Era uma vez...

A saga da imigração japonesa originou-se através da somatória de inúmeras histórias de vidas marcadas por muitas dificuldades encontradas pelos pioneiros até os dias atuais. Relembrar, com o intuito de posteriormente mergulhar nessa viagem e evidenciar este universo, foi o objetivo desta apresentação.

Isabel Tamika Tsuruta Hirata nasceu no município de Piracanjuba a 700 quilômetros da capital paulista, interior de São Paulo, próximo ao estado do Mato Grosso do Sul. Seu pai veio ao Brasil por volta de 1937 em busca do rápido enriquecimento, procurando concretizar este ideal o mais breve possível para então retornar à sua terra natal: o Japão, mais precisamente, a região de Nagoya.

Os pais de Isabel, Yajihei Tsuruta e Sato Tsuruta, acompanhados por seus oito filhos desembarcaram no Brasil no período da expansão das linhas ferroviárias rumo ao interior paulista. Não passaram pelas fazendas de café. Em contrapartida foram beneficiados pela doação de dez alqueires de terras feita pelo governo japonês e pela expansão do algodão, cuja cultura marcou o início do empreendimento agrícola da família no Brasil.

Apesar do recebimento das terras por serem os primeiros colonos da região, o início do desbravamento foi marcado por inúmeros desafios, entre os mais significativos: o desmatamento para o cultivo do algodão e principalmente a doença de Chagas e a malária; essa última atingiu todos os integrantes do sexo masculino da família Tsuruta nos primeiros

anos de sua chegada ao Brasil. O tratamento consistia no repouso do doente até o seu pronto restabelecimento. Uma vez curado, voltava ao campo para dar continuidade ao desmatamento.

Relata Isabel acerca das condições da época:

“O hospital situava-se à 80 quilômetros de distância, para chegarmos ao local utilizávamos cavalos. O trator só começou a fazer parte de nossas vidas algum tempo depois. Dada a distância e escassez de médicos, os partos eram feitos pelas parteiras, coincidentemente, no caso de nossa família, por muita sorte, eram nossas vizinhas.”

O casal Tsuruta embarcou no Japão com os seus filhos: Kaname, Kusao, Fujika, Shimaka, Teika, Kameharu, Taika, Nagao. Mais tarde, já no Brasil, nasceram: Yaeko, Yoji, Érika (falecida quando criança) e Isabel Tamika.

Alguns anos depois, os filhos constituíram família, iniciando o surgimento de mais uma geração dos Tsuruta. A sra Kaname, irmã de Isabel, teve nove filhos: Hajime, Missao, Satiko, Tateru, Kumiko, Kazuko, Edson, Alice e Glória. A Sra Fujika, mãe de Kazunori, Tizuko, Mitsue e Marie (falecida). A sra Shimaka, mãe de Norihiro, Akemi, Yoshitaka e Setsuko. A sra Teika, mãe de Mikio, Tomoka, Shoji, Ayako e Keiko. Sr. Kameharu, pai de Kamekazu, Kitiju e Yoko. Sr. Nagao, pai de Mikisto e Akihiro.

Yaeko, Taika, Kusao e Yoji permaneceram solteiros.

A Sra Isabel, mãe de Ricardo, Sueli, Ernesto e Midori.

A família Tsuruta iniciou a vida no Brasil dedicando-se ao cultivo de algodão (o qual experimentava uma boa fase), filiaram-se à uma cooperativa formada por japoneses que facilitava o escoamento da produção e garantia bons preços.

Dos estudos, Isabel guardou ternas lembranças: “cortávamos caminho pelo pasto e caminhávamos mato adentro por mais de 2 horas. Além disso, estudávamos o idioma japonês numa outra escola localizada no município vizinho, Patrimônio de São José”. Escola esta que foi fechada posteriormente devido a perda da maioria dos alunos, causada pelo abandono das

terras. Entretanto, o pai de Isabel aproveitou a oportunidade e adquiriu terras por preços mais módicos, conseqüentemente pôde ampliar a plantação de algodão.

Com o decorrer do tempo, muitos imigrantes partiram em função dos baixos preços do algodão. A família Tsuruta se mudou para Pereira Barreto e dedicou-se ao cultivo de arroz. Obtiveram crédito para o plantio nos bancos, contudo, sucessivos fracassos na colheita ora causados pela chuva, ora pela estiagem, tornaram a dívida volumosa. Este fato fez com que após a Segunda Guerra Mundial, o Sr. Yajihei, pai de Isabel, se visse forçado a voltar ao Japão, juntamente com um de seus filhos para tentar vender alguns imóveis e quitar a dívida acumulada no Brasil, somente retornando em 1965.

A sra Sato, mãe de Isabel, foi acometida por um câncer, vindo a falecer em 1974 no dia 03 de novembro. Fato este que ocasionou uma divisão na família Tsuruta, posto que alguns irmãos vendo-se órfãos de mãe e sofrendo a ausência do pai, partiram para municípios próximos.

Isabel e sua irmã Teika foram, acompanhadas por seus respectivos cônjuges, morar na Região Metropolitana de São Paulo; Teika foi para a capital. Enquanto, Isabel, inicialmente, para o município de Mogi das Cruzes. Após um ano de casada com Sebastião, mudaram-se para o município de Biritiba Mirim.

Isabel conheceu Sebastião através de um anúncio, especificamente, na Coluna Sentimental do jornal Paulista Shimbun. Nesse jornal, os (as) pretendentes eram identificados (as) pelos apelidos como: rapaz solitário, moça sentimental etc e uma breve descrição de sua fisionomia. Após um ano de correspondência, casaram-se e foram morar com os pais de Sebastião em Mogi das Cruzes, onde trabalhavam à 30 km num sítio arrendado no município de Biritiba Mirim.

Alguns anos depois, após muito esforço e dedicação, o referido sítio foi comprado pelo casal. Passaram a morar na casa do proprietário que possuía acabamento extremamente

rústico. O jovem casal se dedicou exacerbadamente ao labor na lavoura e prosperaram nos primeiros anos. Todavia, acumulou dívidas oriundas do fracasso das horticulturas que foram prejudicadas, principalmente, pela defasagem de preço. Em contrapartida, se dedicaram à plantação de batatas amparados pelas cooperativas locais das quais faziam parte, conseguiram quitar todas as dívidas e construíram uma casa mais confortável. Devido ao enfraquecimento e a conseqüente suspensão das atividades das cooperativas, Sebastião retomou a horticultura, investindo também na fruticultura.

O pai de Sebastião, Sr. Kyoza Hirata, era proveniente da região de Fukuoka no Japão e desembarcou no Brasil com 13 anos de idade junto com o seu tio por volta de 1915 no navio chamado Hakata Maru. Apesar da tenra idade, embarcou acompanhado pelo tio, pois na época, as famílias eram obrigadas a viajar com pelo menos duas pessoas que estivessem aptas ao trabalho.

Constituída a família Hirata¹, nasceram Luiz, Ana e Matias (falecido) naturais do município de Bora. Sebastião veio a nascer algum tempo depois no município de Avanhandava; Jorge e Catarina em Marília; Otávio no vilarejo próximo a Presidente Prudente e por fim, Verônica e Miguel nasceram em Álvares Machado.

Em meados de 1956, no município de Álvares Machado, a família Hirata comprou de um conhecido vendedor, terrenos no distrito de Biritiba Ussú, município de Mogi das Cruzes. Mudaram para as terras recém adquiridas dando continuidade à atividade agrícola, porém desta vez, na condição de proprietários. Ao chegarem ao seu destino, constataram que haviam sido enganados, pois o terreno não existia. Foram então acolhidos por uma família de descendentes russos dos quais carregam saudosas recordações.

¹ Não encontramos quem nos pudesse fornecer informações sobre a vida do Sr. Kyoza, também conhecido como Sr. Pedro e muito menos o momento do seu encontro e posterior casamento com a Sra. Rosa, mas sabe-se que ambos eram originários da mesma região do Japão.

Após intensa dedicação ao trabalho e pelas ótimas safras provenientes da horticultura, conseguiram comprar alguns lotes e passaram a se dedicar ainda mais à lavoura. Os irmãos de Sebastião começaram a sair de casa à medida que constituíram suas respectivas famílias. Luiz, Ana e Sebastião continuaram na atividade agrícola em outros locais. Enquanto os outros integrantes da família procuraram alternativas na cidade.

Os que optaram pela atividade agrícola, arrendaram terras em outros municípios até chegarem a condição de proprietários. Sebastião e Isabel arrendaram um terreno de cinco alqueires no município de Biritiba Mirim no início da década de 70, juntamente com outros colegas que compraram terrenos nas proximidades. Rapidamente, uma colônia inteira estava estabelecida no local, atualmente conhecida por todos do município como Pomar do Carmo.

Manter-se na atividade agrícola, sustentar a família e o estudo de cada um dos filhos de Sebastião e Isabel exigiu enorme dedicação, o que significava levantar antes do raiar do sol e trabalhar até altas horas da noite.

Conforme citada anteriormente, a casa adquirida por Isabel e Sebastião era muito rústica, com paredes de madeira e terra assentada, contudo, os filhos do casal passaram boa parte da infância neste humilde lar. Com o porvir de uma nova era, uma nova residência de tijolo assentado com barro foi construída, proporcionando maior conforto a todos após um dia de intenso trabalho.

Na medida que os filhos cresciam, eram encaminhados para a escola. Escola esta que apresentava condições precárias, apenas dois cômodos (sala e cozinha) e dois banheiros externos. Foi construída pela prefeitura para atender a população rural local. Apenas um (a) professor (a) lecionava e este (a) precisava caminhar 40 minutos em estrada de terra para chegar ao local. No período matutino as aulas eram ministradas para duas séries ao mesmo tempo, 3º e 4º séries e no período vespertino, para as 1º e 2º séries. O incentivo ao estudo sempre foi prioridade na família Hirata, que mesmo sem condições, fazia questão de adquirir

livros de vendedores ambulantes. Ressalte-se que, numa certa ocasião contraíram uma dívida a ser liquidada em várias prestações pela aquisição da enciclopédia BARSA, considerada na época de alto valor.

Dentre os nove irmãos de Sebastião, três emigraram para o Japão, número que se tornou significativamente maior na terceira geração.

Após o casamento de Sebastião e Isabel, nasceram 5 filhos, Edna (faleceu quando criança), Ricardo, Sueli, Ernesto e Midori, esta última encontra-se no Japão há mais de 5 anos em busca de trabalho com melhores remunerações. Ricardo e Sueli cursaram o nível superior e trabalham em suas respectivas áreas e Ernesto retornou recentemente do Japão com uma família constituída.

Ricardo, após o término do 2º Grau (atual ensino médio) dedicou dois anos na lavoura com um único propósito: continuar estudando. Após a formação de uma boa poupança, fruto de intenso trabalho que se estendia até altas horas da noite; foi para a capital de São Paulo, onde por um ano cursou o pré-vestibular do ANGLO na rua Tamandaré no bairro da Aclimação. Não conseguiu no primeiro momento concretizar seu objetivo e retornou para casa dedicando-se durante o dia à lavoura e à noite aos estudos com o material adquirido no curso. No final do ano de 1995 conseguiu uma boa colocação na Faculdade de Economia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, cuja conclusão ocorreu em 1999. Após a formatura, foi convidado a trabalhar como consultor no IBGE e após o término do contrato passou nos exames de seleção do Mestrado da ENCE/IBGE. Em 2002 recebeu a notícia da aprovação no concurso do órgão público supra citado, todavia a vaga era para a capital paulista; encerrando assim uma jornada de 06 anos no Rio de Janeiro com freqüentes retornos para a casa dos pais durante os finais de semana.

Ernesto retornou recentemente do Japão após 08 anos de ausência em terras brasileiras. Viveu, na verdade sobreviveu, em uma terra totalmente desconhecida, apesar de

sua descendência, sob um ritmo alucinante de trabalho, cuja jornada chegou em alguns momentos de sua vida a mais de 14 horas diárias. Sentiu na pele a discriminação e principalmente a dificuldade de se adaptar a uma nova realidade, entre eles uma alimentação totalmente diferenciada. Aos poucos, foi construindo uma estrutura para a sua vida, ao mesmo tempo em que aderiu aos novos costumes. Quando partiu era solteiro, durante sua estadia no Japão se casou e o inesquecível desejo de retornar ao Brasil foi concretizado no ano de 2005, quando Ernesto retornou para sua pátria acompanhado por esposa e filho.

Sueli estudou na cidade vizinha, Mogi das Cruzes, se deslocando diariamente para a faculdade, após a conclusão do curso conseguiu emprego em sua área na mesma cidade em que se formou. Midori ainda se encontra no Japão. É importante frisar que o fato de Ernesto já residir no Japão a mais de um ano, muito contribuiu para amenizar as dificuldades da irmã que pôde se adaptar mais facilmente.

Mais emoção...

Tereza Chimabukuro reside atualmente no município de Suzano, de origem okinawana e possuidora de uma vida rica de desafios e vitórias que acumulou juntamente com os seus familiares até o presente momento, com os quais desfruta uma vida repleta de harmonia, aspecto fortemente presente na cultura de seus ancestrais.

Seus avós, Sr Butô Kushioyada e a Sr. Kama Kushioyada, chegaram ao Brasil no segundo navio de imigrantes japoneses em 1909, um ano após o início da imigração japonesa nesse país. O casal Kushioyada, após três anos de casados em Okinawa decidiram partir para o Brasil, pois a região atravessava uma difícil fase.

Desembarcaram no Brasil e foram levados de trem para uma fazenda de café em Ribeirão Preto, após uma longa viagem de navio.

A Sra. Tami natural do município de Prainha, tia de Tereza, nos conta que seu pai (avô de Tereza) ficou seis meses na fazenda e devido aos maus tratos recebidos dos brasileiros, à péssima acomodação e a alimentação feita à base de carne seca e feijão, decidiu se libertar de tudo optando pela fuga. O pai da Sra Tami andou durante a noite, atravessou o dia no meio da mata para pegar o trem em outra estação, cuidado tomado, para não ser capturado pelos capangas do fazendeiro. Caminhou durante a escuridão com muito medo, não enxergava os próprios pés, uma vez na estação, cujo nome a Sra Tami não se recorda, foi para a cidade de Santos.

Okinawanos eram encontrados em Santos por serem empregados como mão-de-obra na construção da estrada de ferro Santos – Juquiá. Além disso, o pai da Sra Tami conheceu Santos no momento de sua chegada e percebeu que o clima do município e a proximidade com o mar lembravam a saudosa Okinawa guardada com muito carinho em seu coração. O projeto inicial era ganhar dinheiro e retornar o mais breve possível para Okinawa, mas, pela dificuldade de poupar e com a chegada de seis filhos, suas vidas tomaram outro rumo.

Em seu terceiro ano no Brasil, já instalados no município de Prainha, nasceu Bussô Kushioyada (pai de Tereza), em seguida nasceram Massatsuki, Tami, Kiyoku e dois faleceram quando crianças. Alguns anos se passaram, a família decidiu deslocar-se para o município de Santos, junto com os pais, em 1929, para plantar verduras que para serem vendidas eram carregadas na cabeça em um cesto feito de bambu, muito utilizado pelos okinawanos para transportar peixe, cuja capacidade era de 10 a 15 quilos.

O espírito aventureiro da família Kushioyada os impulsionou para o município de Bauru, quando receberam notícias de compatriotas que estavam obtendo ótima remuneração e boas condições de vida nesse local. Em Bauru compraram um sítio, conservado pela família até os dias atuais, nesse local construíram uma casa bem rústica e se dedicaram desde então à horticultura e à cultura de morangos.

Em 1947, a Sra Tami, juntamente com o marido, sogro e sogra, através de relatos promissores de alguns amigos que já se encontravam na região de Mogi das Cruzes, mais precisamente, no distrito de Suzano, partiram para essa região a fim de se dedicarem ao cultivo de morangos. Quando chegaram ao local construíram uma casa bem simples e iniciaram a derrubada da mata para a cultura de morangos. A mesma, não foi bem sucedida devido a existência de pragas que inviabilizavam a produção. Optou-se então, pela horticultura. A partir daí construíram uma casa no centro da cidade e com o decorrer dos anos seis filhos nasceram: Alice, Mário, Luiz Carlos, Sergio, Helena e Lucila. Todos deixaram a agricultura após o ingresso em diversas faculdades, custando a princípio, por parte dos pais, um enorme esforço na lavoura e mais tarde como feirantes, para a educação dos filhos que hoje cuidam de sua mãe. Dentre os filhos da Sr. Tami, Mário, já falecido, casou e da união nasceram quatro crianças: Luciana, Rosimeire, Rodrigo e Ito; a mais velha se casou e nasceu mais um herdeiro que representa, pelos cálculos feitos, a 5º geração dos Kushioyada.

O pai de Tami e avô de Tereza, Sr. Butô voltou ao Japão para reencontrar sua mãe e constatando que esta gozava de plena saúde, resolveu trazê-la alguns anos depois de navio aos 92 anos de idade. Sendo assim, uma nova geração (antecessora) veio para o Brasil, totalizando seis gerações até o presente momento.

O pai de Tereza, Bussô Kushioyada, nasceu em 1920 em Santos e casou com Maria Kunie no município de Bauru, de origem okinawana, natural do município de Cafelândia. Dessa união nasceram Hélio, Tereza, Tomiko, Margarida, Ieda, Alice, Alaíde, Zelinda, Sueli, José Carlos, Paulo e mais um filho que faleceu ainda recém nascido, totalizando 12 filhos.

Tereza nasceu no município de Bauru, interior paulista, viveu sua infância no campo, mais precisamente na produção de verduras e legumes. Na década de 60, incentivada pela Sra Tami (irmã de seu pai), mudou para Suzano, juntamente com os seus pais e lá conheceu seu marido. Casaram em 1965 e partiram a trabalho para os municípios de Londrina e

Bandeirantes no Estado do Paraná, pois o marido era funcionário da Cooperativa Agrícola de Cotia, a maior da América Latina. Como provador de café, foi deslocado para a região paranaense em consequência da expansão cafeeira ocorrida na região e pela existência de japoneses e descendentes que se dedicavam dia e noite à cultura do café.

Alguns anos após o casamento, o marido tornou-se uma pessoa agressiva por causa da bebida, provocando assim a separação do casal. Tereza, juntamente com os seus filhos, decidiu sair de seu lar rumo a capital de São Paulo à casa de sua prima onde passou a noite e antes do nascer do sol viajou para Suzano, juntando-se à sua mãe que “a recebeu de forma bem carinhosa como se já soubesse de todos os detalhes”, comenta Tereza bem emocionada.

Após o rompimento do casamento, Tereza conhece o Sr. Noboru possuidor de uma rica experiência de vida, a qual não podemos deixar de relatar. Seus pais, juntamente com os seus avós decidiram imigrar para o Brasil, aqui chegando no ano de 1917, se dedicaram dia e noite às plantações de café em Ribeirão Preto. Sr Noboru nasceu em 1932. Preocupados com sua educação, seus pais resolveram encaminhar o Sr Noboru e seu irmão de volta ao Japão, na região de Okinawa para estudarem, o que ocorreu em 1942. Um ano depois, o Japão entrou na Segunda Guerra Mundial, conseqüentemente, o contato com os seus pais foi cortado e passaram a presenciar e conviver com os horrores da guerra. Seu irmão mais velho, apesar de ser brasileiro foi recrutado para lutar nas frentes de combate e acabou falecendo. Um dos fatos que marcou a vida do Sr. Noboru durante a guerra foi um episódio que ficou registrado na história da região, onde jovens que se encontravam escondidas numa caverna foram mortas por causa de uma bomba atirada no esconderijo; duas dessas moças saíram do esconderijo e quando retornaram encontraram suas companheiras em estado irreconhecível. Uma dessas sobreviventes foi professora do Sr Noboru no ano anterior à guerra. Para marcar esse terrível episódio, um monumento foi erigido no local para que o conhecimento das atrocidades cometidas durante a guerra perdurasse para as gerações futuras. Durante esse período, o Sr.

Noboru nos relata a fuga que precisou fazer para os esconderijos em decorrência dos bombardeios. Por ocasião de uma de suas fugas, foi atingido por um estilhaço em sua perna e quase provocou a perda desse membro, pois não havia como cuidar devido à escassez de medicamentos e tratamento médico.

Sr Noboru retornou do Japão em 1953, depois de ter atravessado todo o período crítico da guerra culminando na derrota do país. A ilha de Okinawa e todo o Japão se encontravam totalmente devastados e destruídos, situação pior da que foi anteriormente enfrentada no momento das primeiras migrações. Muitos japoneses, ou seja, os sobreviventes decidiram emigrar para outros países, entre eles o Brasil, cujas relações mantinham desde o início do século XX. Onze anos depois, o Sr Noboru conseguiu rever os familiares, foi trabalhar como caminhoneiro na capital de São Paulo e após alguns anos, mudou para Suzano.

O Sr Noboru nasceu em Pedro de Toledo, viajou para Itariri e Biaguá, antes de ir para o Japão. Profundo conhecedor da cultura okinawana nos forneceu ricos relatos da imigração japonesa, entre os quais, a não aceitação da mistura com outras nacionalidades, ao narrar a história de um de seus tios que apresentava estrutura física muito semelhante a dos brasileiros, alto e magro e com feições faciais similares.

Andava o tio do Sr. Noboru de carona com um outro japonês de caminhão e no momento que o motorista parou para dar uma carona a uma japonesa, esta abriu a porta e em japonês disse ao motorista: “Manda esse BICHO pra cima, não ando com essa gente”. O tio do Sr. Noboru não deu importância ao comentário da moça, foi para a carroceria, seguiu viagem e até achou o episódio engraçado.

Durante e após o período de guerra, Tereza relatou de forma bem humorada a prisão de um de seus parentes por parte de mãe ao ser preso por dizer em japonês perto de um policial: “venha me visitar que hoje matarei um porco”. “Era impossível deixar de falar o japonês, não sabíamos o português e às vezes nem entendíamos o porquê das prisões. De

qualquer forma, acho que esse tio deixou de comer carne de porco por um bom tempo”, comenta Tereza.

Dois filhos nasceram do casamento com Augusto (o primeiro marido de Tereza): César e Kátia. César nasceu em Suzano, terminou o ensino médio e trabalhou no próprio município, mas, para melhorar a renda da família em busca da tão sonhada casa própria, sonho acalentado que foi realizado pela família após anos de intenso trabalho e dedicação no Japão, por César, compensados pela remuneração recebida, proporcionando condições de vida quase impossíveis de serem obtidas no Brasil com o mesmo trabalho. Por outro lado, a saudade dos familiares, dos amigos, alimenta o desejo de retornar ao Brasil e aqui ficar até o final da vida.

A filha mais nova, Kátia, encontra-se com a mãe cuidando do orçamento e ao mesmo tempo trabalhando como autônoma para manter as despesas da casa e ainda administra a poupança feita pelo irmão.

Introdução

A proposta dessa pesquisa é reconstituir os fatores históricos que marcaram a imigração japonesa, desde sua chegada ao Brasil, até culminar com sua vinda à região de Mogi das Cruzes, demonstrando, na medida do possível, os fatores econômicos, sociais e culturais que determinaram a trajetória desse grupo.

Estudar, contextualizar e analisar a dinâmica imigratória japonesa, percorrendo os caminhos dos primeiros desbravadores revelou-se um grande desafio. Alguns passos foram aqui iniciados, mas, sem dúvida, ainda há muito por fazer. A proximidade das comemorações do centenário da imigração japonesa no Brasil, em 2008, pode dar um maior significado ao esforço empreendido. Visto que, nessa ocasião pesquisas históricas, sociais, econômicas e culturais serão consideradas para a formação do acervo e balanço desse evento.

As classificações descritas por Saito (1961)² foram trabalhadas e interligadas com os recursos da história, geografia, estatística, sociologia e da economia, objetivando o enriquecimento deste estudo com a interdisciplinaridade, ou ainda, a harmonia entre as informações qualitativas com o banco de dados, formado a partir do uso de ferramentas quantitativas.

Uma vez determinadas as ferramentas de pesquisa, selecionou-se a Região de Mogi das Cruzes com maior ênfase no município sede da microrregião, por apresentar a segunda maior colônia japonesa do Estado de São Paulo, informação captada a partir do Censo

² “Migração definitiva pode ser classificada segundo diversos tipos e, concomitantemente, recebe denominação variada. Citaremos alguns exemplos, de acordo com os critérios de classificação comumente adotada: 1) segundo, as atividades: migração de agricultores, industriais, técnicos e comerciantes; 2) segundo acordo firmado entre os países interessados: a) migração dirigida vs livre; b) migração subsidiada vs não subsidiada ou livre; 3) Segundo as condições de trabalho: a) migração de trabalhadores vs empreendedores; b) migração de contratados (empregados) vs de colonização agrícola; 4) segundo as condições de estabelecimento: migração dispersiva vs coletiva; 5) segundo a condição familiar: migração de solteiros (avulsos) vs família”. (SAITO, 1960, p. 11)

Demográfico de 1970. Não obstante, o ano de 1940 foi considerado como marco inicial do nosso banco de dados estatístico que será utilizado para observar a dinâmica da população japonesa sobre o espaço, bem como o seu comportamento mediante as transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas ao longo do tempo.

Colônia japonesa pode ser entendida como: o conjunto de imigrantes e descendentes japoneses de um determinado espaço geográfico, com tamanhos diferenciados, que podem formar desde uma microrregião até um distrito, segundo as classificações territoriais dos órgãos oficiais competentes. Podem, ou não, estar organizadas socialmente ou economicamente através de cooperativas, sindicatos e associações culturais, sociais, assistências e educacionais.

A microrregião, objeto do presente estudo, é formada pelos seguintes municípios: Mogi das Cruzes (sede), Guararema, Salesópolis, Biritiba Mirim, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba. Em termos de organização política, encontramos nas colônias japonesas duas Associações sede que funcionam de forma independente, são elas: Mogi das Cruzes que comporta associados do próprio município, Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema e a Associação de Suzano que comporta associados do referido município.

Em princípio ocorreu o levantamento histórico e bibliográfico do tema proposto e da região estudada. Esta tarefa auxiliou na compreensão da dinâmica imigratória e no entendimento das transformações espaciais. O imigrante japonês atravessou fronteiras levando consigo sua bagagem social, econômica e cultural, não permitindo que essa última se perdesse no tempo, mesmo com a chegada de novas gerações.

Posteriormente, o levantamento de um banco de dados fez-se necessário para dar suporte empírico às informações qualitativas, com o objetivo de visualizar a distribuição e a dinâmica da população no espaço delimitado. Por outro lado, os dados estatísticos não forneceram informações completas acerca dos movimentos imigratórios, uma vez que não

contemplavam os descendentes; para suprir essa lacuna, voltar-nos à pesquisa qualitativa foi essencial. Sendo assim, remeter-nos aos relatos alocados na apresentação desse trabalho, tornou-se imprescindível.

Os relatos serviram para corroborar na maior parte, ou quase em sua totalidade, as informações levantadas através do estudo da historiografia, realçando alguns aspectos culturais e a vida da população envolvida na dinâmica imigratória japonesa.

A experiência pessoal e familiar foi observada em paralelo com a literatura existente, onde a contribuição da Fundação Japão e do Centro de Estudos Japoneses foram determinantes para constituir as primeiras idéias sobre a imigração japonesa para o Brasil e mais tarde, à região de Mogi das Cruzes.

A história local foi obtida por meio de pesquisas em instituições locais que permitiram a reconstrução histórica do movimento imigratório nipônico na região. Livros, revistas e artigos, foram gentilmente cedidos pelo Arquivo Histórico da Prefeitura de Mogi das Cruzes, cujo contato foi estabelecido através do então Secretário de Cultura e Meio Ambiente do município, professor e historiador Jurandy Ferraz de Campos.

Um dos eixos identificados, comum à dinâmica imigratória japonesa, se baseia no campo, ou seja, na agricultura. Após a crise do café, observou-se o deslocamento dos trabalhadores que dependiam dessa cultura para outras regiões, fluxo este cuja intensidade foi imensurável, devido à ausência de dados³, também não pudemos precisar os momentos da ocorrência do fenômeno.

Em princípio, a maioria dos imigrantes japoneses que se deslocaram do interior paulista para os arredores da capital, mais precisamente, à região de Mogi das Cruzes, estabeleceram-se no setor rural, apenas um pequeno grupo direcionou, inicialmente, para a

³ Período de onde os imigrantes e descendentes dirigiam-se para a capital paulista, para os arredores da capital, outros estados e para o interior paulista.

cidade. Com o transcorrer do tempo, vários descendentes abandonaram a atividade no campo e passaram a procurar emprego com características tipicamente urbanas no setor de serviços ou industriais.

As informações sobre a agricultura foram obtidas e incrementadas pelos Censos Agrícolas, Agropecuários do IBGE e pelos dados do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA). A Fundação Sistema e Análise de Dados (SEADE) forneceu-nos informações sobre o setor comercial, industrial e de serviços, e da regionalização, a nível municipal do Produto Interno Bruto calculado pelo SEADE e publicado pelo IBGE em 2005.

Entre as precauções adotadas no momento da análise e tratamento dos dados, tivemos a preocupação em analisar o mesmo grupo de japoneses, objetivo traçado quando incorporamos o ano de chegada do imigrante e percebemos que este fenômeno persiste até os dias atuais, todavia com características e destinos diferenciados (Sakurai, 2004).

Não obstante, as transformações territoriais ocorridas no espaço envolvido, tais como, as emancipações municipais foram levantadas e consideradas durante a análise dos dados.

O primeiro capítulo nos apresenta em seu contexto uma abordagem objetiva e geral dos primeiros fluxos imigratórios nipônicos para o Brasil, apontando os motivos e as mudanças nos dois espaços envolvidos, Brasil e Japão.

As transformações ocorridas no espaço, e sua repercussão sobre a população, foram levantadas em diversos momentos históricos, entre elas, as extremas mudanças ocorridas no Japão (Revolução Meiji), que alteraram expressivamente as relações sociais. A profunda modificação econômica, juntamente com as demográficas, queda da mortalidade e fecundidade inalterada, ocasionaram a explosão demográfica e políticas de incentivo à emigração foram adotadas. Do outro lado do mundo, profundas mudanças ocorreram no Brasil, onde a economia brasileira escravocrata caminhava para um regime assalariado, no qual a maior preocupação, para sua continuidade, baseava-se na necessidade de abastecer os

cafezais com mão-de-obra, processo favorecido pela situação que se encontrava a Europa e o Japão. (SALES e BAENINGER, 2000)

Os aspectos inerentes à cultura do imigrado como: a importância da educação, a intimidade com as atividades do campo, a facilidade de viverem e formarem associações locais, entre outros, acompanharam no tempo e no espaço a dinâmica imigratória japonesa em vários recantos do Brasil.

A preocupação com a educação dos filhos numa sociedade desconhecida objetivava, a priori, o mais breve retorno ao Japão. A agricultura tornou-se um meio indispensável de nosso estudo, uma vez que a inserção econômica e social encontrava-se no campo. Entretanto, mais tarde, a educação foi percebida como importante peça para ascensão social e econômica, elevando a participação dos japoneses em atividades tipicamente urbanas, uma vez que a vida no campo não era capaz de suprir seus anseios (SAITO, 1961).

A partir do segundo capítulo, a utilização da experiência pessoal e o levantamento dos artigos históricos locais permitiram a sistematização da formação histórica abordada e o entendimento das relações sociais, econômicas e geográficas do espaço analisado. Este capítulo representa a continuidade do primeiro, em um nível geográfico maior, desta vez voltado para a formação histórica da região de Mogi das Cruzes e a inserção de colônias japonesas espalhadas em diversos bairros dos municípios que formam a microrregião.

No interior de São Paulo, palco da economia cafeeira, os imigrantes foram obrigados a buscar um novo rumo em virtude da dificuldade apresentada para a obtenção de renda, devido à crise do café no início da década de 30. Caminho esse encontrado pela oferta de empregos que a capital paulista sinalizava, em consequência da industrialização, percebendo a concentração de pessoas na área urbana, os japoneses dedicaram-se à agricultura nos arredores da capital, para o abastecimento dessa população que crescia.

O terceiro capítulo compreende uma apresentação geográfica, econômica e demográfica dos municípios que integram a microrregião de Mogi das Cruzes. Apresentamos a localização geográfica e alguns aspectos físicos contemplados pela região e a ação do homem sobre espaço estudado, principalmente sob forma de infra-estrutura, necessária para a manutenção das atividades da sociedade local. Nesse espaço, analisamos o comportamento das atividades econômicas e a dinâmica populacional local foi observada ao longo de uma série construída com ferramentas de análise demográfica a partir de 1960.

No capítulo seguinte há uma retomada da discussão sobre imigração japonesa, utilizando dados obtidos através da análise demográfica da região de Mogi das Cruzes, a partir dos dados contidos no Censo Demográfico de 1940 a nível municipal, trata-se do primeiro registro estatístico que encontramos sobre a população de japoneses no Brasil até o ano de 2000. Não foram encontrados a nível municipal, dados sobre a imigração de japoneses nos Censos Demográficos de 1950 e 1960; por outro lado, as informações sobre os imigrantes foram encontradas no nível desejado a partir dos Censos de 1970.

Nos anos 80, período que ficou conhecido como a década perdida, a economia brasileira apresentou taxas inexpressivas de crescimento, afetando diretamente o nível de empregos, efeitos estes, que podem ser sentidos até a atualidade; o referido período foi responsável pelo baixo crescimento econômico e as elevadas taxas de desemprego tornaram-se um dos ingredientes, além do fenômeno da globalização, que forçaram a procura de melhores condições de vida nos Estados Unidos, Europa e Japão. (SALES e BAENINGER, 2000). Segundo Uehara (2001), a economia japonesa apresentava contínuo crescimento em meados da década de 80 e início dos anos 90, tornando-se a maior credora internacional em 1986, sugerindo ao mundo uma nova liderança no cenário econômico. Os relatos de prosperidade obtida no Japão e os bens materiais adquiridos pelos familiares no Brasil despertaram o interesse de centenas de famílias que, em muitos casos, abandonaram os

negócios e até venderam seus imóveis para financiar as passagens. Em decorrência deste fenômeno, surgiu a figura do intermediário que através de anúncios em revistas e jornais atraía pessoas dispostas a trabalharem no Japão. O intermediário se apropriava de parte da remuneração destinada a pagar os gastos com as passagens e documentação, financiados inicialmente por ele. Diversos estudos estão sendo realizados sobre essa nova dinâmica demográfica e abordaremos aspectos gerais, sem contudo, nos aprofundarmos no assunto.

Capítulo 1. Retrospectiva Histórica do Brasil e Japão

1.1 O Contexto da Migração Japonesa

O início das grandes transformações políticas, sociais e econômicas no Japão surgiram em consequência da ocorrência da Revolução Meiji⁴ (1868), também conhecida, por tratar-se da passagem de um Estado Feudal para um Estado Moderno (NOGUEIRA, 1984).

De acordo com Nogueira (1984), uma das maiores transformações da era Meiji foi a aceleração de uma economia baseada na produção manufatureira para a industrial. Dentre todos os setores da economia, a agricultura não favorecia a manutenção dos camponeses devido aos altos impostos cobrados e pela incapacidade de expansão agrícola dado o limitado espaço territorial do Japão.

Desprovidos de suas terras, passaram a trabalhar como artesãos autônomos em condições precárias e de baixo rendimento, as terras eram vendidas para o pagamento dos impostos e concentravam-se nas mãos de poucas pessoas. Para agravar a situação o desenvolvimento industrial colocou os pequenos artesãos numa situação bastante complicada socialmente⁵ (NOGUEIRA, 1984).

O imposto arrecadado pelo Estado se tornou mais tarde numa importante parte do capital necessário para financiar os investimentos nos setores chaves da economia; o Japão industrializou-se às custas do sacrifício de muitos camponeses. (HANDA, 1980).

Demograficamente, apesar de apresentar elevadas taxas de fecundidade, o Japão manteve sua população estável antes da Revolução Meiji devido às altas taxas de mortalidade

⁴ Revolução Meiji – Também conhecida como restauração Meiji, uma das fases mais importantes da sociedade japonesa; ocorreu com o fim do Regime do Tokugawa (regime dos samurais) e **restabeleceu** a figura e a função do Imperador; além disso, marca a passagem de um Estado Feudal para um Estado Moderno. Durou até 1912. Tal processo não ocorreu de forma súbita, ocorreram modificações ao longo do período anterior, Era Tokugawa, que favoreceu o período posterior (VIEIRA, 1973).

ocasionadas pelos períodos de fome ocorridos no país. Durante e após esse período, medidas foram tomadas para provocar a queda da mortalidade, o resultado foi o acréscimo populacional que somado ao elevado número de desfavorecidos tornou a situação extremamente caótica (NOGUEIRA, 1984 e 1992).

Nas palavras de Sakurai (1999):

O crescimento demográfico acentua-se em decorrência da elevação da qualidade de vida da população japonesa. A diminuição da taxa de mortalidade infantil, a proibição do infanticídio é fruto da política do governo japonês na tentativa de modernizar rapidamente o país. Para contornar o problema do crescimento populacional e oferecer melhores condições de vida para a população, o governo empreende uma política de expulsão, incentivando a emigração, o trabalho temporário no exterior, ou a anexação e conseqüente colonização dessas terras, como ocorre na Manchúria e na Coréia. (SAKURAI, 1999, p. 203)

Vieira (1973) e Sakurai (1999) apontam para uma nova distribuição espacial, de alta densidade demográfica, devido ao limitado espaço territorial, a população passou a concentrar-se nas grandes cidades, fenômeno típico de uma sociedade que se tornou industrializada.

Apesar dos grandes deslocamentos para as cidades, ainda existia um contingente considerável de desempregados no campo que viam sua situação agravada pelos altos impostos, pela quantidade limitada de terra, geralmente destinada ao filho primogênito deixando o restante desamparado, ante a incapacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor industrial (VIEIRA, 1973).

Em virtude da grande massa de desempregados e uma população que crescia a cada ano, uma das saídas encontradas pelo Estado foi o incentivo ao deslocamento interno, para regiões menos povoadas, contudo, os efeitos não foram promissores. No final do século XIX e

⁵ Esse parágrafo refere-se a dois agentes econômicos derivados da camada japonesa mais desfavorecida economicamente, politicamente e socialmente: pequenos artesões e pequenos proprietários.

início do século XX, buscou-se a alternativa de deslocamento internacional e o Havaí tornou-se o primeiro receptor de imigrantes japoneses; em seguida os Estados Unidos que possuíam uma longa história de imigração desde a época de sua independência. Como existia, por parte desse país, o objetivo de povoar o território, tornaram-se os maiores receptores de nipônicos até então (NOGUEIRA, 1984).

Em decorrência da suspensão do movimento migratório para os Estados Unidos provocado por uma série de acordos, o Japão se viu obrigado a procurar outras regiões para seus emigrantes com remuneração menos significativa, entre as quais México, Peru e Brasil (NOGUEIRA, 1984).

É possível assinalar quatro momentos marcantes que influenciaram na dinâmica migratória entre o Japão e o restante do mundo (SAITO, 1961).

O primeiro momento foi resultado da eclosão da Primeira Guerra Mundial que provocou queda nas exportações japonesas desfavorecendo assim, o setor industrial e toda massa de empregados que dele dependia para sua sobrevivência. A consequência de tal fato foi o aumento dos níveis de pobreza e mais uma vez o incentivo ao deslocamento de pessoas para outros países, dentre os quais o Brasil, principal receptor de imigrantes japoneses nesse período.

A crise provocada pela queda da Bolsa de Valores de 1929 acentuou em demasia os efeitos provocados pela Primeira Guerra Mundial, intensificando o movimento migratório dos países afetados pela quebra da Bolsa de Valores nova-iorquina.

A política japonesa retomou o direcionamento imperialista no período da segunda Guerra Mundial, invadindo e conquistando grande parte do Sudeste Asiático. Sua primeira investida contra os americanos em Pearl Harbor trouxe danos irreparáveis aos japoneses incluindo-os na lista de países que sofreram forte intervenção americana, encerrada somente após o país ter sido alvo das primeiras bombas de hidrogênio produzidas no mundo.

Os imigrantes e seus descendentes nos Estados Unidos e também no Brasil foram afetados, ainda que indiretamente, pelas conseqüências da 2ª Guerra Mundial, sendo inclusive, tratados como inimigos (IKEDA, 2000). No Brasil, Moraes (1999) retratou com maestria os efeitos e os conflitos internos que a guerra provocou na colônia japonesa, salientando as dificuldades vividas durante e principalmente após a 2ª Guerra Mundial.

Apesar da conjuntura internacional, o Estado japonês atuou fortemente no fluxo migratório, qual seja, no contato com outros países, onde teve participação ativa no processo de negociação com o objetivo de garantir condições mínimas de subsistência ou no momento que legalizaram e incentivaram o surgimento de empresas promotoras de emigração, estas foram amparadas pelo Estado que em alguns momentos subsidiou integralmente o deslocamento inter continental (HANDA, 1985; SAITO, 1961; VIEIRA, 1973).

1.2 Economia do Café e a Demanda por Mão-de-Obra

Do outro lado do mundo, enquanto ocorria a Revolução Meiji no Japão, o Brasil instaurava sua Primeira República, também conhecida por República Velha, que vigorou na história brasileira entre 1889 e 1930.

De acordo com Furtado (1982), o contingente de escravos existentes não atendia a demanda por trabalho devido às elevadas taxas de mortalidade causadas pelas péssimas condições de moradia, alimentação e ausência de assistência médica. Com a proibição do tráfico negreiro, houve conseqüentemente o encarecimento do valor da mão-de-obra negra, fato que causou preocupação aos fazendeiros e a solução encontrada pelo governo brasileiro, sobretudo o paulista, foi a imigração internacional.

No continente Europeu, a industrialização tornava-se cada vez mais acentuada, gerando uma massa volumosa de desempregados (LEVY, 1974).

Demograficamente, a Europa apresentou queda nos índices de mortalidade sem contudo, diminuir as taxas de fecundidade, episódio este que gerou uma série de problemas sociais e econômicos solucionados pelo incentivo à emigração internacional (LEVY, 1974).

Com efeito, a economia e a sociedade brasileiras apresentaram constantes mudanças, entre as quais, a transformação de uma sociedade colonial para a formação de uma sociedade urbanizada capaz de oferecer diversos serviços como transportes e bancos.⁶ (GREMAUD et al., 1997)

É bastante vasta a bibliografia sobre a economia e a história brasileira neste período; no entanto, nosso foco é direcionado à imigração internacional, sobretudo a japonesa. Assim sendo, nos restringiremos à economia cafeeira, pois nela a imigração nipônica deu os seus primeiros passos.

A economia cafeeira exigiu vultuosa procura por mão-de-obra, provocando mudanças de uma sociedade escravocrata para uma sociedade constituída por assalariados, tornando-a, assim, mais complexa. Permitiu dessa maneira a formação de um mercado consumidor e viabilizou o surgimento do setor industrial e comercial (MARTINE, 1980).

A conseqüente concentração da população numa determinada região chamou a atenção dos japoneses que vislumbraram como oportunidade de obtenção de renda, fato facilmente explicável, visto que tais indivíduos necessitavam serem abastecidos por um volume significativo de gêneros alimentícios. (SAITO, 1961)

A sociedade brasileira, no início da Primeira República, girava em torno dos lucros obtidos pela produção do café, que por sua vez tornou-se fonte de recursos necessários para a industrialização alavancada por dois importantes fatores: a 1º Guerra Mundial e a entrada maciça de imigrantes (GREMAUD et al., 1997).

⁶ Tal desenvolvimento não teria ocorrido sem a presença da corte portuguesa que saiu da Europa em conseqüência da expansão do império de Napoleão Bonaparte.

A Primeira Guerra Mundial foi decisiva para o desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que havia necessidade de atender o mercado consumidor. No caso brasileiro, a industrialização concentrou-se na capital de São Paulo, provocando a necessidade de concentração de pessoas para atender a demanda por mão-de-obra. A entrada de imigrantes favoreceu a industrialização, pois representava mão-de-obra necessária às fábricas, mercado consumidor e principalmente pelos elementos culturais, tais como a facilidade de lidar com o comércio, agricultura, serviços, culinária, entre outros (GREMAUD et al., 1997).

O início da produção cafeeira concentrou-se no Rio de Janeiro, entretanto, por ser praticada de forma extensiva devido ao rápido desgaste das terras, descolou-se num segundo momento para o Vale do Paraíba e posteriormente rumo ao interior paulista, tal deslocamento foi possibilitado pela expansão das linhas férreas.

A alta produtividade e a rentabilidade do setor cafeeiro paulista tornaram o Estado de São Paulo hegemônico na produção de café, atraindo assim com maior facilidade os imigrantes estrangeiros, predominantemente de italianos (GREMAUD et al., 1997).

Nas palavras de Gremaud et al.(1997):

Grande parte dessa imigração foi subvencionada, ou seja, contou com recursos do Governo para o pagamento das passagens de navio dos imigrantes, além de abrigar os na Hospedaria dos Imigrantes até que fossem contratados por um fazendeiro. Além disso, as empresas ferroviárias instaladas em São Paulo transportavam gratuitamente os imigrantes até as cidades do interior a que se destinavam. Essa oferta de mão-de-obra relativamente ampla constituía, portanto, importante estímulo para a expansão das fazendas do café no interior paulista. (GREMAUD et al., 1997, p. 47)

Gremaud et al. (1997) destaca mais dois fatores, são eles: “a expansão do crédito, a partir da Reforma Bancária aprovada no fim do Império, mais efetivamente implementada no começo da República”, as “condições de mercado para absorver essa crescente produção” e o crescimento da infra-estrutura ferroviária, permitindo a expansão das fazendas e o escoamento da produção para o exterior.

E continua com as seguintes palavras:

[...] ao longo das décadas de 80 e 90 do século XIX, houve substancial crescimento das plantações de café, especialmente no chamado oeste paulista. A expansão das plantações deve-se por um lado, ao maior dinamismo da imigração e à expansão das estradas de ferro. Por outro lado, a facilidade creditícia do início da república e os incentivos decorrentes da desvalorização cambial também tiveram forte influência nessa expansão. (GREMAUD et al., 1997)

A cultura do café propiciou grandes lucros para os fazendeiros, iniciando o processo de desenvolvimento da economia paulista, o que representou o capital necessário para a industrialização do estado (GREMAUD et al., 1997).

A expansão da cultura do café parecia não encontrar entraves para o seu desenvolvimento, apresentando crescimento contínuo no final do século XIX e início do século XX; porém no ano de 1906 o governo constatou que a produção ultrapassaria a demanda internacional, culminando na formação de um significativo estoque. Segundo levantamento feito por Gremaud et al. (1997), a produção naquele ano poderia atingir 16 milhões de sacas e um estoque de 09 milhões.

Diante de uma eminente crise, o governo brasileiro promoveu políticas para interferir no mercado cafeeiro através do Convênio de Taubaté⁷, que firmava acordos entre os fazendeiros e o governo.

As políticas públicas acordadas e implementadas pelo Convênio de Taubaté surtiram efeitos paliativos sobre a situação vigente na época, pois ao contrário do que deveria ocorrer, a cultura do café ganhou maior dinamismo através da expansão de novas áreas do interior paulista e para outros estados como o norte do Paraná⁸ e Minas Gerais (GREMAUD et al., 1997).

⁷ Convênio firmado em fevereiro de 1906 que estabelecia a compra do café excedente pelo governo brasileiro, obtenção de financiamento externo, cobrança de impostos por saca exportada, proibição de novas plantações e a implementação da taxa de câmbio fixa.

⁸ O norte do Paraná foi escolhido pelos excelentes solos e pela proibição de novas plantações de café no Estado de São Paulo.

O advento da Primeira Guerra Mundial em terras européias provocou uma grande retração na demanda por café, preocupando ainda mais o governo e principalmente os fazendeiros que assistiam uma crescente produção (GREMAUD et al., 1997).

Em 1914 com o início da 1ª Guerra Mundial, as exportações para a Europa ficaram paralisadas, prejudicando o Brasil e o restante do mundo (GREMAUD et al., 1997).

Um outro fator importante para o excesso de oferta no mercado mundial foi o surgimento de outras nações que ampliavam a oferta do café no cenário internacional; além disso, a crise americana de 1929 trouxe sérias repercussões sobre as exportações brasileiras de café (GREMAUD et al., 1997).

A quebra da bolsa de New York, em outubro de 1929, iniciava longo período de crise da economia norte-americana e mundial, com dois efeitos perversos para a economia cafeeira: de um lado, o impacto negativo sobre a demanda expresso pela abrupta redução dos preços internacionais do produto; de outro, a imediata retração dos mercados financeiros internacionais que dificultava a obtenção de novos empréstimos externos para a compra dos excedentes do café (GRAMAUD et al., 1997, p. 51)

Apesar dos constantes esforços do governo via planos de valorização e até mesmo a criação de instituições para contornar a crise, esta se tornou irreversível.

Após a queda do café, restava aos agricultores seguir caminho às cidades ou buscar novas alternativas de produção. A crescente necessidade interna pelo algodão, devido ao surgimento de uma indústria nacional têxtil, propiciou aos agricultores uma outra alternativa de produção e conseqüentemente, de renda (GREMAUD et al., 1997).

Em resumo, a economia brasileira no início da década de 30, apresentava uma forte crise na produção de café; em contrapartida a capital de São Paulo tornava-se cada vez mais urbanizada e industrializada; o processo de aceleração foi ainda maior nas décadas de 60 e 70. Imigrantes oriundos de várias partes do Brasil e do interior paulista, na busca de melhores

condições de vida, deslocaram-se para a capital paulista que crescia vertiginosamente (GREMAUD et al., 1997).

Segundo os Censos Demográficos do IBGE a população da capital de São Paulo apresentou os seguintes resultados:

Tabela 01 - População residente. Município de São Paulo. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Anos	População	Crescimento (%)
1940	1.326.261	
1950	2.198.096	65,74
1960	3.781.446	72,03
1970	5.924.612	56,68
1980	8.493.217	43,35
1991	9.646.185	13,58
2000	10.434.252	6,05

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Observa-se na tabela 01 o significativo crescimento populacional da capital de São Paulo nas décadas de 50, 60, 70 e 80, atingindo, no Censo de 2000, mais de 10 milhões de habitantes; ficou bastante claro que a capital de paulista tornou-se um importante mercado consumidor, que foi e é explorado pelos imigrantes de várias nacionalidades com suas qualidades e experiências adquiridas ao longo de suas vidas. Os japoneses souberam aproveitar a experiência vivida no interior paulista e no momento que fixaram residência no entorno de São Paulo, dedicaram-se dia após dia ao abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros.

1.3 Imigrantes Japoneses: Pioneiros no Brasil.

1.3.1 História de Desafios e Sonhos

Consoante alusão anterior, a instauração da Primeira República ocorreu sob um contexto de mudanças nas relações de trabalho, ou seja, rompeu-se com um sistema escravocrata adotando-se o emprego da mão-de-obra assalariada, formada a princípio por imigrantes europeus, sobretudo italianos.

Importa assinalar que, ante os maus tratos sofridos pelos imigrantes em terras brasileiras, o governo italiano decidiu proibir a imigração para o Brasil, frente a esse fato, o Estado brasileiro buscou outras alternativas, entre as quais, a imigração japonesa. (HANDA, 1985; SAITO, 1961).

Sob este ângulo, é de salientar que a interrupção da imigração italiana se deu em virtude dos baixos preços do café, péssimas condições de sobrevivência oferecidas aos colonos e pelas dificuldades de pagamento por parte dos fazendeiros, em razão da instaurada crise do café. Percebendo que os colonos dificilmente tornar-se-iam autônomos, ao invés disso, ficariam amarrados aos contratos e às dívidas adquiridas com os seus patrões por um longo período, o governo italiano decidiu suspender a emigração para o Brasil (HANDA, 1985; SAITO, 1961).

O governo brasileiro estava negociando com o governo japonês desde 1901, objetivando a entrada de colonos japoneses nas fazendas de café. Tal negociação não obteve total êxito porque o Ministério das Relações Exteriores do Japão interviu desfavoravelmente, embasado nas observações ligadas às saídas dos italianos devido aos maus tratos recebidos. (HANDA, 1985)

Estabeleceu-se então um acordo fundamentado em cláusulas que não foram anteriormente contempladas pelos europeus e seu conteúdo assegurava maior proteção aos imigrantes pelo governo do Estado de São Paulo, nessas condições, a emigração para o Brasil foi aos poucos liberada (SAITO, 1961).

Os primeiros imigrantes japoneses chegaram no Brasil em 18 de junho de 1908 desembarcando em Santos, aguardaram a noite no navio Kassato Maru para serem encaminhados pela manhã para a Hospedaria dos Imigrantes na capital de São Paulo. A primeira leva, constituída por 780 pessoas ou 168 famílias, aguardaram 10 dias na hospedaria para depois serem encaminhados às fazendas. A distribuição dos imigrantes ocorreu entre os dias 27 de junho e 6 de julho para as seguintes propriedades: Fazenda Dumont e Fazenda Canaã localizadas na linha Mogiana, Fazenda Floresta, na linha Sorocabana, Fazenda São Martinho, Fazenda Guatapar e Fazenda Sobrado, todas localizadas no interior paulista, região onde ocorreu a expansão cafeeira (HANDA, 1980).

O pensamento do imigrante japonês não era outro senão trabalhar, prosperar e retornar vitorioso para o Japão.

[...] os trabalhadores nipônicos que entraram no Brasil eram em sua fase inicial imigrantes temporários e com o plano de retorno, que obedeciam a formula de sucesso rápido e voltar ao seu país de origem. (SAITO, 1961, p. 25)

Uma das condições impostas pelo governo brasileiro para a imigração japonesa era que essa fosse formada por famílias. Para satisfazer essa condição nasceu a formação da “família composta”, ou seja, famílias formadas artificialmente para atender às exigências solicitadas (HANDA, 1985).

As condições das viagens realizadas pelas primeiras levas de imigrantes descritas por Saito (1961), mostram a precariedade sob as quais as mesmas eram feitas. Embarcações adaptadas utilizadas anteriormente para o deslocamento de cargas desprovidas da estrutura necessária para longas viagens, provocando óbitos por doenças que poderiam ser facilmente evitadas, na medida que existissem ou melhorassem as condições sanitárias internas.

O primeiro contingente de imigrantes nipônicos foi em parte subsidiado pelo governo do Estado e a outra parte pelos fazendeiros; estes por sua vez, descontavam nos salários dos

colonos. Tal subsídio evidencia a necessidade de mão-de-obra nas fazendas de café (HANDA, 1985).

A primeira leva de imigrantes japoneses não correspondeu a expectativa posto que as fazendas nas quais se estabeleceram foram alvos de constantes fugas e insatisfações, algumas vezes controladas através da ajuda dos intérpretes. Tais levantes eram provocados, primeiramente, devido ao descontentamento por parte dos japoneses em relação às péssimas condições de moradia e trabalho, a difícil adaptação ao clima e alimentação, fatores estes que provocaram desgaste físico e psicológico (SAITO, 1961).

A dificuldade em obter lucro explica-se pela baixa produtividade, ocasionada em consequência do atraso em sua chegada, coincidindo com o final da colheita e pela exploração por parte dos fazendeiros que imputavam preços elevados nos armazéns, onde os colonos eram obrigados a fazerem suas compras. Além disso, enfrentaram a desonestidade de alguns fazendeiros que por meio de capangas controlavam rigidamente suas vidas, sem contar as desavenças com os italianos que em algumas fazendas eram favorecidos por fiscais compatriotas (HANDA, 1985 ; SAITO, 1961).

Tabela 02 - Colocação dos imigrados da Primeira Leva e Seus Descendentes nas Fazendas de Café (Estado de São Paulo, 1908-1909)

Destinos (fazendas)	1908*	dez/08		set/09	
		nº	%	nº	%
Canaan	161	139	86,3	23	14,3
Floresta	170	61	35,9	?	
Guatapará	90	64	71,1	34	37,8
São Martinho	98	56	57,1	27	27,6
Sobrado	62	39	62,9	?	
Dumont	201	0	---	0	---
Total	782	359	45,9	84	10,7

Fonte: Saito, 1961, pág 117

1908* = pessoas colocadas em julho de 1908

Nas fazendas as fugas eram constantes, isso fez com que os japoneses fossem classificados como “de difícil adaptação”, provocando movimentos contrários à imigração nipônica, tornando-os alvos de intensa discussão, culminando na adoção de decretos de proibição da entrada de japoneses no Brasil. (HANDA, 1985; SAITO, 1961 e LEÃO, 1990).

Os destinos dos imigrantes que deixavam as fazendas eram os mais diversos; podemos exemplificar com a cidade de Santos, os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, para a construção da estrada de ferro Noroeste e à capital paulista, onde ocuparam os mais diversos ofícios, como sapateiros, pintores, carpinteiros, empregados assalariados nas fábricas e alguns retornaram para a terra natal (SAITO, 1961).

Os riscos eram grandes, pois não existia nessa época nenhuma instituição de ajuda aos recém imigrados que contavam apenas com a rede de parentes, amigos e compatriotas.

Saito (1961) faz uma retrospectiva histórica e demográfica dos primeiros imigrantes de forma bastante rica e detalhada, abordando aspectos como formação da família, fertilidade e mortalidade.

Numa releitura dos aspectos demográficos, observamos que as primeiras famílias de imigrantes japoneses eram rotuladas de “família composta”, diferentemente da européia que era formada por famílias legítimas (HANDA, 1985).

A família contratada pelos fazendeiros era formada no Japão com o objetivo de atender os critérios impostos pelo governo paulista, entre estes as “três enxadas”. Sob essas circunstâncias, famílias foram formadas apenas para atender as exigências que permitissem sua entrada, que provocariam problemas, uma vez que cada componente da família formada artificialmente possuía objetivos distintos (HANDA, 1985).

Apesar do combate às doenças epidêmicas como a febre amarela, varíola, febre tifóide, entre outras controladas pelo governo estadual, não existiu, segundo Teiarolli (1997, p. 4), um “conjunto de práticas sanitárias oficiais, de ações e programas que objetivassem a assistência

médica e a cura individual. Esse é um aspecto que se destaca, em todo período, na vida das populações rurais e urbanas do interior paulista”. Destaca também mais dois fatores agravantes: a “barreira tecnológica” e a “oferta generalizada de assistência”.

Segundo Saito (1961), as fazendas receptoras de imigrantes dispunham de infraestrutura razoável para o atendimento à saúde dos colonos; por outro lado, à medida em que ganhavam autonomia e se dirigiam para novas áreas de exploração, estes eram alvo de doenças endêmicas como a malária, causadora de um significativo número de óbitos.

Ao passo que a medicina avançava, os futuros contingentes de imigrantes eram beneficiados pelas novas tecnologias, remédios e infra-estrutura que contemplavam, desde o saneamento básico até hospitais melhores equipados.

Em paralelo às preocupações no Brasil como a educação dos filhos e a aquisição de propriedades, existia o anseio de remeter dinheiro aos parentes que ficaram no Japão que passavam por dificuldades financeiras. Não foram todos os imigrantes que conseguiram trabalho que permitisse manterem-se no Brasil e encaminhar o excedente aos seus parentes no Japão. Os relatos de Handa (1985) e Saito (1961) mostraram que a vida nas fazendas era muito difícil e as condições raramente permitiam o acúmulo de poupança.

O dia a dia do trabalho nos cafezais era muito árduo, em alguns casos as famílias acordavam às 4:00 da manhã para iniciar seu trabalho às 6:00, após uma longa caminhada, carregando consigo os equipamentos agrícolas e o almoço. Retornavam exaustas para os seus lares para um merecido descanso apesar das péssimas condições de moradia (HANDA, 1985).

Segundo Handa (1980) e Saito (1961), além do trato do café, os imigrantes⁹ procuravam produzir cereais e outros produtos no período de safra do café. Abasteciam os seus lares com os cereais e a criação de pequenos animais, uma vez atendida a demanda familiar, o excedente era comercializado.

Handa (1980) apresentou sob a forma de duas óticas, imigrantes e companhia de imigração, as causas dos problemas apresentados pela primeira leva de imigrantes japoneses no Brasil.

Sob a ótica do imigrante, constatou-se que as famílias realizaram empréstimos a juros altos para custear o preço da passagem, pois existia expectativa de ganhos elevados em pouco tempo, por conta das propagandas realizadas sobre o Brasil. Além disso, os arranjos familiares ocorreram de forma desordenada, visavam apenas o ingresso no país. Após o início dos trabalhos nas fazendas, muitos tomaram diferentes rumos, sem a preocupação de fornecer a mão-de-obra como família. O desejo por parte dos fazendeiros da fixação dos imigrantes no campo, não foi concretizado, pois as fazendas eram abandonadas antes do prazo estabelecido pelos colonos que não estavam habituados com o rigor do trabalho agrícola.

Segundo Saito (1961), do ponto de vista da empresa de imigração foram constatadas as seguintes falhas:

- 1) Desconhecimento da infra-estrutura a ser oferecida aos colonos (saneamento, saúde e educação) das fazendas. Existiram relatos de colonos que precisaram construir suas próprias camas, dormindo inicialmente em cima do capim; inexistência de banheiros e sistema de água potável.
- 2) Por serem os primeiros imigrantes japoneses no Brasil, a empresa não conseguiu reunir o número necessário no prazo determinado, provocando o atraso da viagem que, por sua vez, fez com que todos chegassem no final da colheita de uma safra que inicialmente não era considerada uma das melhores;
- 3) A decepção vivida pelos colonos frente ao exagero de promessas feitas nas propagandas divulgadas no Japão;

⁹ Não era uma prática restrita aos imigrantes japoneses, mas característico do próprio colonato.

Os primeiros imigrantes japoneses são considerados desbravadores devido aos grandes desafios que precisaram enfrentar no Brasil. Após essa conturbada experiência, o governo japonês tomou diversas precauções para evitar sua repetição. Entre esses cuidados podemos citar: a composição familiar, seleção de pessoas experientes na agricultura, não exagero na propaganda e garantia de infra-estrutura mínima, como saúde, saneamento e educação para uma vida digna (HANDA, 1985; SAITO, 1961).

As demais levas de imigrantes foram contempladas pela experiência adquirida por seus antecessores e uma excelente safra de café, porém as saídas do campo continuaram, contudo em menor proporção (HANDA, 1985).

A partir de 1914 a imigração assume outro caráter; o governo deixa de subsidiar a imigração japonesa em decorrência de sua difícil fixação no campo. Surgem nessa época acirradas discussões para impedir a entrada de novos imigrantes, fato determinante na paralisação da imigração, todavia temporariamente, pois as empresas especializadas neste serviço e o governo japonês não poupavam esforços para incentivar o fluxo Japão / Brasil (HANDA, 1985; SAITO, 1961).

Assim é que, em meados de 1925, o governo japonês passou a atuar fortemente sobre o movimento imigratório, inclusive subsidiando um enorme contingente populacional pobre oriundo do campo rumo ao Brasil (HANDA, 1985; SAITO, 1961).

Importa assinalar, também, que em 1927 o governo japonês criou uma Federação das Associações Ultramarinas, com filial no Brasil, denominada Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC). Neste particular, este movimento atingiu seu ápice no ano de 1928.

[...] recrutar e encaminhar os imigrantes de colonização agrícola e que como tal dispusessem de recursos. A Bratac adquiriu, a partir de 1928, grandes glebas de terra nos Estados de São Paulo e Paraná para aí fundar núcleos agrícolas com todos os melhoramentos exigidos, com o fito de introduzir aqueles colonos proprietários” (SAITO, 1961)

Alguns anos mais tarde, os Estados do Amazonas e do Pará foram contemplados com o investimento japonês, espalhando colônias também na região Norte do Brasil.

Além de proporcionar terras e infra-estrutura adequada aos colonizadores, o governo japonês passou a investir na comercialização da produção, através de injeção de capital privado vindo do Japão para o circuito produtivo da cultura do café e posteriormente do algodão (NOGUEIRA, 1984).

Em 1934, a Assembléia constituinte estabeleceu uma lei de contenção de imigrantes, denominada regime de cotas, que estabelecia uma cota fixa de 2% do total de imigrantes para todas as nacionalidades. Nessas circunstâncias, ficava bem claro que as nacionalidades com histórico de imigração recente no Brasil seriam as mais prejudicadas, o que diminuiu drasticamente a entrada de nipônicos. Historicamente, a proibição ou oposição ao movimento imigratório japonês ocorreu no período de guerras e foi alvo de intensas discussões na Assembléia Constituinte (YAMASHIRO, 1992; LEÃO, 1990).

Aprofundando a discussão, após a 2ª Guerra Mundial, a imigração praticamente foi interrompida, dada a crise instalada no Japão, gerando a incapacidade de subsidiar o fluxo Japão / Brasil.

Inicialmente, a comunidade que aqui se instalou planejava o mais breve retorno a sua terra natal, mas, uma vez devastada pela guerra e com a economia totalmente destruída, restava aos imigrantes a mudança de planos. No entanto, os primeiros colonos adquiriram com o passar do tempo infra-estrutura, permitindo a ascensão econômica e social e a adaptação dos filhos na sociedade brasileira, alcançada por meio dos costumes, educação ou a inserção no trabalho (HANDA, 1985).

O movimento imigratório voltou a ganhar força a partir de 1951, após a reorganização econômica, política e social do Japão, sendo capitaneado, como no período anterior, pelo

governo japonês que recrutava, selecionava e os transportava até seus destinos (SAITO, 1961).

O fluxo de imigrantes japoneses pode ser observado na seguinte tabela:

Tabela 03: Imigrantes de 1º estabelecimento segundo algumas nacionalidades principais, entradas no Brasil, grupos de ano - 1872-1972.

Período	Portugal	Itália	Espanha	Alemanha	Japão	Outros	Total
1872-1879	55.027	45.467	3.392	14.325		58.126	176.337
1880-1889	104.690	277.124	30.066	18.901		17.841	448.622
1890-1899	219.353	690.365	164.293	17.084		107.232	1.198.327
1900-1909	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910-1919	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920-1929	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930-1939	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768
1940-1949	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.085
1950-1959	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
1960-1969	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.587
1970-1972	3.073	804	949	1.050	695	9.017	15.588
1872-1972	1.662.180	1.622.491	716.052	223.517	248.007	878.642	5.350.889

Fonte: Levy, M.S. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira: 1872-1972. Revista da Saúde Pública, nº8 (supl.), 1974.

De acordo com a tabela anterior utilizada por Bassanezi (1996) e levantada por Levy (1974), o período de 1920 a 1939 compreendeu o maior fluxo de imigrantes japoneses, representando 64% do total dos imigrados para o Brasil; entre 1930 e 1939 os japoneses representaram quase 30% do total de imigrados. No período em que o Japão se viu envolvido na 2ª Guerra Mundial, como era de se esperar, a imigração estagnou-se e os que estavam em terras brasileiras sofreram forte controle governamental (MORAES, 1999).

1.3.2 O Setor Agrícola.

A imigração japonesa está diretamente ligada com a expansão agrícola da região do Oeste Paulista promovida pela cultura do café. Através desta cultura implantou-se um

conjunto de infra-estrutura necessário para o escoamento da produção, beneficiando outras culturas que se desenvolveram pós-café como a cana de açúcar, laranja e algodão.

A agricultura, para os japoneses, foi inicialmente o carro chefe que contribuiu para a mobilidade social e espacial através da exploração de novas áreas de fronteira. Por exemplo: a expansão cafeeira no norte do Paraná, a contribuição nos arredores da capital de São Paulo e a expansão do interior de São Paulo via café, arroz, bicho da seda, chá e algodão.

A mobilidade social e no espaço do imigrado japonês teve como seu contexto principal a agricultura. E, em especial, a expansão da cultura cafeeira e o surto de outras agriculturas comerciais, acompanhadas, sempre, da marcha concomitante das frentes pioneiras na hinterlândia. (SAITO, 1961, p. 131).

Uma das dificuldades encontradas pelos primeiros imigrantes nipônicos foi o diferencial da alimentação, muito distante da culinária japonesa. Com o decorrer do tempo, os japoneses procuravam produtos que pudessem substituir os que existiam em sua terra natal. Além disso, nas horas vagas, procuravam incrementar a alimentação com plantações feitas nas proximidades da casa e aproveitavam o espaço entre os cafezais para cultivar outros produtos destinados a comercialização e aumentar a renda, entre eles, o milho e o feijão (HANDA, 1985).

Os relatos registrados por Handa (1985), mostram um imigrante comprometido intensamente com o trabalho. Aproveitavam os domingos e os feriados nacionais e locais para trabalhar na lavoura a fim de obter uma maior remuneração futura. Diferentemente dos outros colonos, não tinham o interesse de melhorar as condições de moradias, dedicando a maior parte do tempo a acumularem recursos suficientes para voltar ao Japão ou para tornarem-se autônomos.

Instalada a crise do café, os agricultores foram forçados a procurar outras alternativas para a continuidade da sobrevivência no setor agrícola, entre elas, podemos citar o plantio de algodão e do arroz (SAITO, 1961).

A viabilização da cultura do algodão foi provocada por circunstâncias internacionais favoráveis. Da mesma forma que ocorrera na Inglaterra, o setor industrial no Japão foi o primeiro a atrair capital do setor privado, mas necessitava importar a matéria-prima, primeiramente proveniente da Índia (início do século XX). Em meados do século XX, o setor têxtil japonês chegou a representar mais de 60% do total das exportações (VIEIRA, 1973).

Diferentemente da cultura do café que possuía um prazo longo de crescimento e maturação dos pés, o algodão apresentava rápido retorno e não exigia terras com o mesmo nível de fertilidade que o café; essa especificidade do algodão contribuiu para a obtenção de elevados rendimentos no campo (SAITO, 1961).

Medidas protecionistas promovidas pela Inglaterra encareceram e inviabilizaram a importação do algodão da Índia, forçando a procura por novos fornecedores de matérias-primas, entre eles o Brasil que, através das colônias existentes no país, iniciou intercâmbios comerciais e conseqüentemente a cultura do algodão experimentou um significativo crescimento no período (NOGUEIRA, 1984).

A cultura do algodão representou importante papel no comércio internacional, assegurando no início da década de 40, a receita das exportações. Além das exportações de algodão para o Japão, o produto encontrou o mercado interno em significativa expansão através da industrialização e a conjuntura internacional, pois a manutenção dos preços em um nível elevado nos Estados Unidos favoreceu a expansão da sua cultura no oeste paulista (GREMAUD et al., 1999).

A partir de 1934, além da agricultura, os setores industrial e comercial passaram a ser alvos dos investidores japoneses, onde o setor têxtil foi a primeira área escolhida, incentivando ainda mais a produção de algodão no interior paulista.

O incentivo ao setor industrial e a política promovida por Vargas como o “salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, convenção coletiva de trabalho, Institutos de Aposentadorias e Pensões e consolidação da Justiça do Trabalho” (GREMAUD et al, 1997, p. 155), juntamente com a intensificação da urbanização, criou uma demanda por alimentos que deveria ser atendida por produtores residentes próximos às grandes cidades; nesse sentido a presença dos japoneses foi de vital importância para o abastecimento dos grandes centros, pois instalaram-se nas proximidades da capital de São Paulo, formando o que passou a ser conhecido como “Cinturão Verde Paulista” (SAITO, 1961).

Devido à cultura que incentivava a formação da poupança, os agricultores passaram a explorar novas terras, dessa vez como autônomos no próprio Oeste Paulista e muitos imigraram para a capital de São Paulo com o objetivo de se beneficiar do processo de industrialização enquanto outros imigraram em busca de novas terras, como por exemplo, as terras férteis do norte do Paraná, inicialmente para o cultivo de café (NETO, 1967; OGUIDO, 1988)

Dentre todos os deslocamentos internos, a emigração para o entorno da capital paulista foi uma alternativa encontrada para auferir maiores lucros na aplicação da afinidade e do conhecimento agrícola, uma vez que a capital paulista crescia economicamente, apresentando, maior tendência de concentração de pessoas, sendo necessário uma rede de distribuição e um centro de produção agrícola (GREMAUD et al, 1997).

Nas palavras de Gremaud et al.

O crescimento da população das cidades com mais de 100 mil habitantes foi mais rápido do que o conjunto da população brasileira e deve ter sido induzido pela própria industrialização. Embora o emprego na indústria de transformação no Brasil seja relativamente reduzido, a urbanização associada ao crescimento industrial responde por esse novo perfil da distribuição espacial da população. Nesses centros urbanos de maior dimensão, amplia-se a massa de trabalhadores assalariados cujo consumo, diversamente do que ocorria com o trabalhador rural na época, dirigia-se integralmente para o mercado e, portanto, estimulava a produção manufatureira. (GREMAUD, 1997, p. 145)

Ao contrário da agricultura praticada no oeste paulista, os japoneses e seus descendentes utilizaram a experiência adquirida que, somadas à afinidade com a terra e a tecnologia disponível para, a obtenção de uma produção cada vez maior em pequenas propriedades para uma agricultura de alta produtividade e rentabilidade (SAITO, 1961).

A proximidade do centro consumidor permitiu obter uma grande vantagem competitiva pelo baixo custo do deslocamento e pela quase ausência de competidores, uma vez que não existiam outros centros de produção na época e pela especificidade dos produtos comercializados que eram de baixa durabilidade.

O desejo de regressar à terra natal, aliado a cultura de se dedicarem ao máximo ao trabalho, a capacidade de formar poupança e a política das empresas colonizadoras que compraram grandes fazendas para o loteamento, permitiu a mudança do trabalho assalariado para a produção autônoma. Além disso, organizaram-se e formaram cooperativas, tornando-se fortes e protegendo-se da concorrência do mercado, distanciando-se assim, cada vez mais, do desejo de regressar ao Japão, desejo este que foi praticamente apagado com a notícia da devastação provocada pela 2ª Guerra Mundial sobre a sociedade japonesa (HANDA, 1985).

Entre os vários aspectos da dinâmica imigratória japonesa, enumeremos a seguir os mais importantes que serão a base para os demais capítulos. Em resumo, a dinâmica imigratória japonesa pode ser caracterizada por uma forte tendência de associativismo por meio de formação de cooperativas e colônias espalhadas por vários pontos da capital e de seu entorno; pela preocupação com a educação das futuras gerações, por fatores que motivaram a

fixação do imigrante japonês nas terras brasileiras e o resumo dos fluxos internos dos imigrantes japoneses no Estado de São Paulo.

1.3.3 Cooperativas e Associações

Naturalmente, à medida que os imigrantes desembarcavam em terras desconhecidas, pelo pioneirismo e desbravamento, era de se esperar que procurassem compatriotas, por representarem uma forma de se proteger das dificuldades que por ventura pudessem surgir ao longo de suas vidas.

A colônia japonesa, uma vez reunida em um determinado espaço geográfico, fundava, no primeiro instante associações que geralmente eram e ainda são voltadas à manutenção da cultura, por meio da promoção de festas, torneios, jogos, lazer e educação oriental. Por existirem dezenas de colônias espalhadas pelo interior do Estado de São Paulo e em outros Estados¹⁰, utilizaram a denominação da colônia segundo a sua localização geográfica. Por exemplo: colônia de Suzano, Tietê, Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim. No caso específico de Mogi das Cruzes, a denominação é também dada para os bairros com maior concentração de japoneses e descendentes (HANDA, 1985; BASSANEZI, 1996).

Identificamos até o momento, três tipos de formação das colônias (SAITO, 1961).

A primeira foi através de políticas públicas do Estado visando a colonização agrícola. Como por exemplo a Colônia de Registro; mas com o seu desdobramento em mais uma colônia (Sete Barras), foi incorporada pela Sociedade Colonizadora do Brasil¹¹ (BRATAC).

¹⁰ Paraná (norte), Amazonas, Pará, Minas Gerais e Rio de Janeiro, como citado anteriormente.

¹¹ Sociedade Colonizadora do Brasil, instituição que comprava terras e inseria os imigrantes em colônia estruturadas; funcionava como representante da Associação Ultramarinha, órgão do governo japonês no Estado de São Paulo.

A segunda colonização foi organizada pela BRATAC, criada para favorecer o fluxo imigratório entre Japão e Brasil, através da compra de grandes glebas de terras para loteamento e instalação de japoneses.

O terceiro tipo ocorreu de forma espontânea, onde os japoneses, ao fixarem-se em determinado espaço, procuravam se organizar como forma de proteção e manutenção dos costumes.

Das diversas colônias espalhadas, surgiram as cooperativas que, a priori, foram constituídas com o objetivo de incrementar a renda e proteger a comunidade nipônica contra a exploração praticada pelos atravessadores, pessoas que intermediavam a produção a preços baixos e a repassavam com margens elevadas de lucro ao comércio.

A mais famosa cooperativa, fundada pelos japoneses plantadores de batata, foi a Cooperativa Agrícola de Cotia, que tinha por objetivo facilitar o transporte e ver-se livre de intermediários que exploravam os agricultores. A região de Cotia tornou-se o maior produtor de batatas do Brasil e a cooperativa passou a atuar em outros ramos como avicultura e horticultura, através de crédito e comercialização da produção (YANAZE, 2001).

1.3.4 A Importância da Educação

A primeira impressão do comportamento dos imigrantes japoneses foi observada na primeira leva que se apresentou de forma impecável, tanto na forma de se vestir como nas atitudes, sendo alvo de calorosos elogios pela imprensa brasileira (HANDA, 1980).

Após a acomodação dos imigrantes japoneses nas fazendas do interior paulista, a educação dos filhos tornou-se uma importante preocupação, pois no coração de todos, encontrava-se a terra natal e a possibilidade de um breve retorno; para tanto, era necessário que os filhos fossem educados segundo os costumes dos pais, pois assim não sentiriam diferenças ao retornarem ao Japão (HANDA, 1980).

Entre os imigrados, existiam japoneses com experiência pedagógica ou com maior bagagem escolar. Estes eram contratados pelas famílias que se uniam para pagar um professor que passava a ensinar a língua e a cultura japonesa às crianças, após o labor no campo, uma vez que as crianças a partir de 12 anos já ajudavam os pais no reforço familiar agrícola (HANDA, 1980).

Em razão da Segunda Guerra Mundial e o posterior envolvimento do Japão na mesma, as escolas de ensino japonês espalhadas pelo interior de São Paulo e Paraná foram obrigadas a fechar e todos os livros didáticos, escritos em japonês, foram recolhidos e incinerados pelas autoridades governamentais (OGUIDO, 1988).

Curiosamente, Oguido (1988) faz uma brilhante observação quanto à prioridade da educação na vida dos japoneses ao comentar que esses imigrantes priorizavam a construção de escolas ao invés de igrejas, deixando assim a religiosidade em segundo plano.

Todos os meios de comunicação, como jornais e canais de rádio, foram interditados e membros da colônia japonesa passaram a discutir sobre a situação do Japão na guerra. Discussão entre dois grupos intitulados de *kashigumi* (grupo que acreditava na vitória do Japão) e *makigumi* (grupo que acreditava na derrota do Japão). O primeiro acreditava que o Japão dominava a guerra e até numa possível trégua americana, enquanto que o segundo acompanhava os noticiários nacionais e não acreditava na superioridade japonesa sobre os Estados Unidos. Tal divergência provocou uma série de conflitos internos resultando em assassinatos e inúmeras perseguições (MORAES, 1999).

Após o término da 2ª Guerra Mundial e com a derrota do Japão, a educação tornou-se um dos principais mecanismos de ascensão social, tal afirmação pode ser verificada nos estudos de Saito (1961), quando discute sobre o desempenho dos descendentes nos vestibulares das universidades federais e estaduais.

1.3.5 Movimentos Migratórios Internos

Os imigrantes japoneses chegaram no Brasil com a esperança de obter elevados recursos, promessas que foram veiculadas pelas companhias de imigração e voltar à terra natal o mais breve possível.

Na presente pesquisa realizou-se levantamentos e estudos dos motivos que levaram à fixação e à mobilidade social e espacial dos japoneses, onde Saito (1961) aponta os seguintes fatores:

O primeiro aspecto diz respeito ao regime de terras. Inicialmente, as plantações de cafés eram organizadas em sua maior parte em enormes fazendas, o que tornava quase impossível a aquisição de terras pelos colonos para a produção cafeeira, dada a incapacidade de competir com os grandes produtores.

A possibilidade de se tornar proprietário de terras concretizou-se com a construção da linha ferroviária Noroeste do Brasil.

A Construção dos trilhos do Noroeste do Brasil numa região onde a natureza do solo arenoso tornava-a pouco propícia à cultura cafeeira e, portanto, pouco cobiçada pelos grandes proprietários, marcou o início do novo tipo de propriedade da terra por sistema de loteamento. Era a divisão da terra do tipo “gleba-loteamento”. (SAITO, 1961, p. 112).

Os imigrantes japoneses foram beneficiados pela construção da ferrovia, ocorrida entre 1904 a 1914, ora pela demanda de mão-de-obra necessária à construção, ora pela aquisição de terras ofertadas ao longo da ferrovia.

Atraído pela prosperidade, o capital e a mão-de-obra se movimentaram em direção à zona café dando a origem à formação de mercados e, com eles, a de centros urbanos. Nestas circunstâncias, surge nova modalidade da posse de terra, não como objeto de exploração direta, e sim como uma forma especulativa devido à sua valorização. (SAITO, 1961, p 112).

Na verdade, com a crise do café, latifúndios eram divididos em pequenas propriedades e vendidos aos colonos, permitindo o surgimento de uma camada de pequenos proprietários formados por imigrantes.

Na década de 20, a expansão para o Noroeste foi possibilitada pela estrada de Ferro Noroeste que foi acompanhada pela cultura do algodão, cultivada sobre a forma de arrendamento ou produção autônoma pelos japoneses.

Na tabela 04, construída por Saito (1961), podemos observar o significativo crescimento da aquisição de propriedades pelos japoneses.

Tabela 04 - Número de Colonos Japoneses que Adquiriram propriedade na Zona Noroeste*

Ano	Número de Famílias
1915	13
1916	33
1917	45
1918	105
1919	88
1920	80
1921	50
1922	84
1923	123
1924	208
1925	117
1926	109
1927	149
1928	146
1929	148

Fonte: Saito 1961, p. 136

* De um relatório publicado em 1932 pelo Departamento de Comércio do Ministério de Relações Exteriores do Japão

O cenário internacional afetou sobremaneira a decisão de regressar à terra natal. A devastação do Japão provocada pela 2ª Guerra Mundial esfriou o ânimo dos japoneses, cujos contatos na terra devastada relatavam que o país encontrava-se totalmente destruído; diante dessa situação, os imigrantes decidiram instalar-se definitivamente no Brasil.

Finalmente, os descendentes freqüentavam as escolas brasileiras e deram continuidade aos estudos, graduaram-se e adquiriram boa posição social e econômica. Voltar para o Japão tornava-se cada vez mais difícil à medida que os filhos absorviam a cultura local e as decisões não poderiam levar em conta apenas o desejo de retornar (OGUIDO, 1988).

Boa parte dos imigrantes procurou a capital de São Paulo para outras oportunidades além da agricultura, um outro grupo dirigiu-se para o norte do Paraná, interior paulista e no entorno da capital de São Paulo para praticar a agricultura.

Como apresentamos anteriormente, o primeiro fluxo de imigrantes não ocorreu de forma gloriosa, mas sim de maneira insatisfatória para o governo paulista que nos anos seguintes desistiu da mão-de-obra nipônica por apresentar dificuldade de estabelecer residência por mais de dois anos num mesmo local, diferentemente dos europeus. Sob essas circunstâncias, o governo japonês passou a atuar fortemente no processo de emigração através de pesados subsídios.

Os que abandonaram as fazendas constituíram o primeiro movimento interno de imigrantes nipônicos que seguiram juntamente com a construção da Estrada de Ferro Noroeste; finda a construção, os japoneses estabeleceram-se em novas cidades, levando consigo os valores e as experiências trazidas do Japão e vividas no Brasil.

Outras correntes até a década de 30 foram (SAITO, 1961):

- 1) Santos – para trabalharem na construção da Estrada de Ferro Santos-Juquiá, se estabeleceram nessa região como plantadores de arroz e banana;
- 2) Triângulo Mineiro – através da exploração do arroz, praticada em grandes propriedades nas terras baixas e várzeas. Dispunham de infra-estrutura para a comercialização (ferrovias) e mercado consumidor local a ser abastecido. Por volta de 1919, surge nessa região a primeira cooperativa agrícola.

3) Por volta de 1915 / 16, uma parte deslocou-se para o entorno da capital de São Paulo e passou a praticar a agricultura “suburbana”, voltada ao abastecimento da cidade que crescia a cada dia em virtude do processo de industrialização. A maior parte da agricultura praticada até então era de subsistência e a fragmentação das terras no entorno da capital paulista facilitou a aquisição das mesmas.

O deslocamento e o sucesso conquistado nas novas regiões foi rápida e amplamente divulgado entre os japoneses, incentivando assim novas vindas; estes passaram a formar associações como forma de se protegerem contra eventuais problemas.

Na década de 30, novos deslocamentos ocorreram para esta região. Saito (1961), classificou-os em três grandes grupos: O primeiro foi chamado de “zona do algodão”, correspondendo às zonas Sorocabana e Alta Paulista, o segundo, chamado de “zona do café”, situava-se na região de Araraquara; o terceiro grupo deslocou-se para a capital paulista e nos municípios arredores, concentrando-se em algumas cidades e espalhando-se a partir destas para outras regiões mais distantes.

Durante e após a Segunda Guerra Mundial, o movimento emigratório dividiu-se em dois grandes grupos, o primeiro deslocou-se à capital de São Paulo e no seu entorno e o outro rumo ao interior e outros estados brasileiros, para as novas áreas de expansão de fronteiras (SAITO, 1961).

Capítulo 2 Mogi das Cruzes História e Migração

2.1 História da Cidade de Mogi das Cruzes

Historicamente, o município de Mogi das Cruzes encontrava-se no itinerário das pessoas que viajavam do Rio de Janeiro para São Paulo e vice-versa. Segundo Grinberg (1992), inúmeras foram as personalidades da época que passaram pela vila de Mogi das Cruzes a caminho de São Paulo ou Rio de Janeiro, entre elas podemos citar a breve passagem de D. Pedro II, no momento em que esse seguia para São Paulo com o objetivo de proclamar a independência do Brasil.

O autor faz uma rica retrospectiva da história da cidade por meio de registros deixados por aqueles que passaram na região; entre os documentos podemos mencionar os diários dos visitantes e a citação da cidade em suas obras.

A fundação do município de Mogi das Cruzes ocorreu no dia 11 de setembro de 1611, aproximadamente há 400 anos atrás, com o nome de Santana das Cruzes¹² de Mogi-Mirim.

O historiador Jair da Rocha Batalha fez uma significativa pesquisa e deixou registrada a formação da cidade de Mogi das Cruzes e região, em paralelo com os grandes acontecimentos históricos do Estado de São Paulo, entre os quais podemos destacar:

- 1) No início do século XVII, na ocasião da fundação de Mogi das Cruzes, a capital de São Paulo apresentava uma população de 3000 pessoas. Batalha (1958) encontrou registros históricos que apontavam a necessidade de novas áreas de exploração dada a elevada densidade demográfica da capital paulista.

¹² A palavra Mogi tem origem indígena: Boigi que significa Rio das Cobras. Existe uma ampla discussão, não abordada, sobre a grafia do nome do município, localmente escrita por “g” e tratada por algumas instituições como o IBGE de “j”.

- 2) Mesmo com a expansão e o deslocamento do café para o oeste paulista, a cidade de Mogi das Cruzes não foi contemplada e a economia local continuou com o mesmo modelo de produção.

Emprestamos as palavras de Batalha para descrever a cidade de Mogi das Cruzes no início de sua fundação:

As terras, em geral pobres, nunca possibilitaram um desenvolvimento franco e seguro para Mogi das Cruzes. O único produto de exportação nos meados do século XIX era o algodão, colhido em apoucada escala. Na maioria, os habitantes, paupérrimos, dedicavam-se à feitura de esteiras e cestas, famosa pela vivacidade e pela facilidade com que desbotavam. (BATALHA, 1958, p. 70).

Continua dizendo:

Em 1870, quando ainda era intensa a lavoura cafeeira pelo vale do Paraíba, não se destacava o município como região produtora de café. Produzia algodão, cana e café, tudo em quantidade mais ou menos modesta. A economia do município contava, por esse tempo, segundo narram velhos moradores, com a exploração de madeiras de lei.(BATALHA, 1958, p. 75).

A quantidade e a origem dos imigrantes no final do século XIX pode ser constatada no levantamento feito por Grinberg (1992) em Sabaúna, bairro que faz parte da cidade, onde observou uma significativa existência de espanhóis e uma minoria de italianos e alemães. O levantamento apontava que 51% da população era formada por homens e 49% por mulheres. Quanto à escolarização, a maior parte não sabia ler (70%) e a principal atividade exercida era a agricultura (98%); curiosamente, identificamos a existência de um setor de serviços (pedreiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros e do setor industrial, representado por um fabricante de cervejas). Poucas pessoas foram encontradas que exercessem a função de empregados, o que sugere a existência de uma agricultura familiar e de pequeno porte, onde as principais culturas encontradas foram, o milho, mandioca e feijão, respectivamente.

Em 1875 a cidade foi contemplada com uma estação da Estrada de Ferro Central do Brasil (São Paulo – Rio), meio de transporte utilizado pela elite brasileira para se movimentar

entre as duas capitais; além de favorecer, posteriormente, o deslocamento das pessoas e o desenvolvimento e surgimento ao longo da linha ferroviária das cidades (GRIMBERG, 1992).

No final do século XIX, a economia de Mogi das Cruzes era assim descrita por Grinberg (1961).

Anuncia-se que o município de Mogi produziu, neste ano, 1670 pipas de água ardente, 170 pipas de vinho, 11.000 sacas de farinha de mandioca e 600 quilos de rapadura (GRIMBERG, 1961, p. 83).

O setor agrícola encontrava-se estagnado até a chegada dos colonos japoneses que ao adquirirem terras implementaram uma nova forma de agricultura, com maior produtividade através do uso intensivo de tecnologia, pelo aumento do conhecimento e incorporação de máquinas cada vez mais modernas.

2.2 Os Japoneses na Região Mogi das Cruzes

Historiadores apontam o ano de 1915, como marco inicial da passagem dos primeiros japoneses por Mogi das Cruzes para a produção de carvão. Identificamos dois casos de pioneirismo, o primeiro dedicou-se exclusivamente à carvoaria sem adquirir propriedades. E o segundo formado por duas famílias, onde o patriarca participou da guerra Russo-Japonesa e após o conflito decidiu imigrar para o Brasil, mais especificamente, para as fazendas de café do interior paulista. Ao término do contrato foram para a capital paulista, com o intuito de se dedicarem, juntamente com mais quatro famílias, na produção de arroz. O insucesso da primeira colheita, devido a uma forte enxurrada, deslocou-os acompanhados por mais duas famílias para a região de Mogi das Cruzes, no bairro¹³ de Biritiba Mirim para a produção de carvão. A empreitada não deu certo devido à distância e ao precário sistema de transporte

utilizado para transportar a mercadoria até o centro consumidor de São Paulo e até mesmo a Mogi das Cruzes. O transporte era feito através de jangadas que percorriam o Rio Tietê até São Paulo e quando chegavam ao seu destino, não conseguiam vender o carvão (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

Segundo os registros históricos, a primeira família japonesa instalada na região foi a do Sr. Shiguetoki Suzuki, com sua esposa Feijie Suzuki e dois filhos, no ano de 1919. Inicialmente planejaram ir à cidade de Taquaritinga, interior do Estado de São Paulo, mas por recomendações do Dr. Sentaro Takaoka e pelo consulado, mudaram de plano e fixaram residência no município de Mogi das Cruzes (RODRIGUES, 1983).

O Dr. Sentaro Takaoka¹⁴ foi o primeiro médico encaminhado pelo governo japonês em 1917, para cuidar da colônia japonesa instalada no Brasil. Tornou-se bastante conhecido pelo seu carisma e sua disposição em ajudar as pessoas e foi um dos principais responsáveis pelo deslocamento dos imigrantes japoneses para a região de Mogi das Cruzes (RODRIGUES, 1983).

A tabela 05, levantada por Saito (1961), mostra a procura de terras da região pelos japoneses provenientes do interior do Estado de São Paulo, diretamente do Japão.

¹³ Atualmente município de Biritiba Mirim, localizado na estrada de Mogi -Salesópolis cuja distância é de aproximadamente 25 quilômetros de Mogi das Cruzes. Elevado a município em 1964.

¹⁴ Os seus esforços foram reconhecidos e o nome de uma escola estadual de primeiro e segundo grau recebeu o seu nome no bairro de Cocuera, berço da imigração japonesa na região.

Tabela 05 - Localização de Japoneses ao Longo da Estrada de Ferro Central do Brasil nos anos 1930/35/40

	1930	1935	1940
Localidades	Pessoas	Pessoas	Pessoas
Itaquera	30	65	110
São Miguel	10	10	20
Suzano	37	125	305
Mogi das Cruzes	91	240	325
Jacareí	2	30	75
Taubaté	5	15	20
Tremembé	8	10	25
Pindamonhangaba	5	8	15

Fonte: SAITO, 1961, p 144*

*Quadro organizado de acordo com os dados do Niponjin Hattenshi, Tomo I, pp.400-1.

Em 10 anos, o número de pessoas, ao longo da estrada de ferro na região de Mogi das Cruzes, triplicou, passando de 91 para 325 em Mogi das Cruzes, e de 37 para 305, quase 10 vezes mais, em Suzano.

As dificuldades encontradas pelos japoneses na região de Mogi das Cruzes não foram muito diferentes das vivenciadas no interior paulista. O idioma desconhecido, a súbita mudança nos costumes alimentares, a dificuldade em viver numa moradia precária com ausência de higiene e conforto e um cotidiano de verdadeiros desbravadores foram fatos vividos e registrados na história da imigração japonesa local (MORAES, 1990).

Diferentemente do que ocorrera no interior paulista, os imigrantes que aqui se instalaram, tornaram-se, em sua maior parte, proprietários de terras que foram adquiridas de moradores locais, vendidas por preços acessíveis. As terras possuíam preços menores das que eram encontradas na região do café (MORAES, 1990).

Infelizmente os dados do Censo Agrícola de 1940 não permitiram a confirmação da condição dos nipônicos, pois as propriedades foram separadas em brasileiras, naturalizadas e estrangeiras. Segundo o Censo, 43% dos estabelecimentos informados pertenciam aos brasileiros, 5% aos naturalizados, 44% aos estrangeiros e 13% aos Outros¹⁵. É importante destacar que, em termos de área, 50% estavam nas mãos dos brasileiros, 3% aos naturalizados, 22% aos estrangeiros e 28% a outros.

No início do século XX, o município de Mogi das Cruzes já apresentava características urbanas dispendo de um centro comercial e industrial. Sua periferia foi aproveitada pelos japoneses para a prática de atividade agrícola e na abertura de novas áreas destinadas ao aumento da produção (GRIMBERG, 1992).

A instalação dos primeiros imigrantes nos bairros periféricos ocorreu em sua maior parte, como podemos observar no quadro 01 a seguir, nas décadas de 20 e 30.

Quadro 01 - Primeiros Imigrantes Japoneses nos Bairros Periféricos da Cidade de Mogi das Cruzes

Ano	Bairro	Famílias
1919	Cocuera	Suzuki
1920	Porteira Preta	Nishie
1924	Botujuru	Honda e Meiuja
1932	Biritiba Ussu	Tokuji Abe
1927	César de Souza	Saito
1948	Varinhas	Sato
1951	Quatinga	Konishi, Matoba e Tabata
1919	Sabaúna	Nakamura
1946	Taboão	Fujinaga
1932	Itapanhaú	Kimatsu e Mita
1928	Vila Moraes	Inui

Fonte: Revista Expressão, Moraes (1990), p 30.

Raros relatos foram encontrados nos registros sobre o fluxo dos imigrantes quanto a sua dinâmica migratória proveniente diretamente do Japão, ou sua passagem pelo interior paulista.

De acordo com Moraes (1999):

A grande maioria – famílias Konno, Watanabe, Ikuta, Negushi, e outros vieram para o Brasil para trabalhar no café, no oeste paulista. Mas o insucesso foi total, porque lá também o capitalismo mesclado com uma mentalidade escravocata já havia se instalado, isto é, a exploração era muito grande. (MORAES, 1999, p. 30).

Como fora abordado no primeiro capítulo, as fugas por causa dos maus tratos pelos fazendeiros e das péssimas condições de vida vivenciadas pelos primeiros imigrantes, têm como opção de destino o entorno da capital de São Paulo.

O ingresso de imigrantes nas cercanias de São Paulo, sobretudo na região de Mogi das Cruzes, trouxe para a mesma uma nova forma de agricultura, deixando de lado a monocultura, a agricultura de subsistência (predominante na região), passando para maior uso de tecnologia e uma outra forma de gestão, ou seja, voltada para o mercado que se encontrava em crescente expansão. Poucos foram os que escolheram o centro urbano para desenvolverem atividades como pastelaria, tinturaria, barbearia, entre outros. Uma vez instalados, os colonos se dedicaram dia e noite à agricultura. De uma região economicamente fraca, voltada para a produção de algodão e da manufatura de pequenos artesanatos para uma agricultura comercial e de grande escala.

A Estrada de Ferro Central do Brasil foi percebida pelos japoneses como importante oportunidade de desenvolverem suas atividades, empreendimento levado adiante mediante a aquisição de terras em alguns trechos dos municípios de Taubaté, Jacareí, São José dos Campos e Mogi das Cruzes. Estrategicamente localizados, pois contavam com os maiores mercados brasileiros: São Paulo e Rio de Janeiro, com esses dois grandes mercados sob suas miras, a ascensão social e econômica foi promissora (GRIMBERG, 1992).

¹⁵ Terras da Igreja e Estado

Os primeiros passos de qualquer empreitada são cercados de desafios e obstáculos, no caso, a primeira dificuldade enfrentada foi quanto a aceitação, do que era produzido pelos grandes centros consumidores (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

As razões que levaram a instalação dos japoneses na região são as mais diversas, podemos citar as palavras de Moraes (1990):

Clima saudável onde inexistem doenças assustadoras, o baixo valor da terra, a possibilidade de uma 'agricultura de jardinagem' e a proximidade de um centro consumidor de produtos como São Paulo foram às causas que trouxeram os imigrantes para a região (MORAES, 1990, p. 30).

Estendendo para uma análise mais completa, os primeiros imigrantes japoneses encontraram, de início, a facilidade de comprar terras por baixo preço, pela existência da estrada de ferro e aproveitaram a crescente industrialização de São Paulo – sua urbanização e concentração espacial para produzir alimentos. Sabiamente encontraram uma boa alternativa de renda aproveitando a experiência adquirida ao longo de sua colonização (MORAES, 1990).

Com a abertura da estrada Mogi Salesópolis¹⁶, feita por Washington Luís, na época governador do Estado de São Paulo e mais tarde, Presidente da República, abriu-se novas áreas de exploração, até hoje exploradas pelos imigrantes japoneses que se instalaram ao longo dessa estrada para a horticultura, floricultura, fruticultura e granjas (GRIMBERG, 1992).

Até o final da década de 70, a produção de ovos na região de Mogi das Cruzes representou importante papel para a economia local através de uma expressiva produção, tornando-a referência no mercado nacional. As primeiras famílias a se dedicarem à avicultura, mais especificamente na produção de ovos, foram os Nakamoto e Tanabe no bairro de

¹⁶ Estrada estadual de 60 quilômetros que liga o município de Mogi das Cruzes ao município de Salesópolis; encontramos, no meio do percurso, o município de Biritiba Mirim.

Cocuera em 1931. Com o decorrer do tempo outras famílias instalaram-se e montaram grandes estruturas para a produção de ovos e espalharam-se pelo interior paulista e outros estados. Como ocorrido na agricultura, beneficiaram-se do sistema de cooperativas para elevar a produção (DIARIO DE MOGI, 1978).

Apesar da reportagem: *Na agricultura e avicultura, Mogi é a Pioneira*, de um jornal da região, O Diário de Mogi, edição de 13 de junho de 1978, destacar e exaltar a avicultura da cidade como líder nacional, a Pesquisa Municipal da Pecuária do IBGE, do final da década de 70, apontou o surgimento de um outro município que se tornou posteriormente no maior produtor brasileiro de ovos, o município de Bastos, localizado no interior paulista e sob forte influência de uma colônia japonesa organizada e atuante.

Várias granjas encerraram a produção ou foram absorvidas pelas maiores e outras se especializaram numa determinada área da cadeia de produção, como a granja Kunimotomo¹⁷ na produção de pintos. Outras estenderam a cadeia para o beneficiamento de ovos¹⁸ (ovos em pó), para as indústrias alimentícias (preparados para bolos). Num futuro próximo seria interessante uma maior investigação dessa cadeia de produção e o envolvimento da colônia japonesa nessa atividade.

Cabe destacar outros fatores, também importantes para o deslocamento dos imigrantes japoneses para a região; o primeiro diz respeito à abundância de água, requisito necessário para obter uma boa safra e o relevo que, em sua maior parte, facilita a produção através da mecanização. O clima da região é adequado à produção de hortaliças, à cultura de frutas, entre as quais: o caqui, goiaba, nêspera, maracujá e à produção de fungos, dentre os mais produzidos encontramos o cogumelo *champignon*.

¹⁷ Granja localizada no Bairro de Cocuera, divisa com o município de Biritina Mirim.

¹⁸ Coper ovos (antiga SAVEDRA) – Parte do Grupo TOK (Granjas TOK). Localizada no bairro de Cocuera e produtora de ovos em pó.

O segundo fator de destaque foi a inexistência da malária que provocou um significativo número de mortes no interior paulista, norte do Paraná e principalmente na colonização da região norte do Brasil (SAITO, 1961).

O terceiro fator, diz respeito à possibilidade de ascensão social, ou seja, os japoneses poderiam passar de assalariados ou meeiros à condição de proprietário de terra, estímulo maior para produzir hortifrutigranjeiros uma vez que, a renda seria obtida por esforço próprio e pela rápida maturação das culturas, o que possibilitou rápido retorno financeiro (HANDA, 1985).

E por último, a industrialização da capital de São Paulo.

A concentração de lavradores japoneses nas áreas próximas de São Paulo é fenômeno que acompanhou, no plano real geral, a crescente industrialização e urbanização da metrópole paulistana e de suas cidades satélites, bem como o conseqüente aumento na demanda de abastecimento que a expansão demográfica exigia. De outro lado, não se pode esquecer a mudança profunda que se verificou no regime alimentar dessas populações. (SAITO, 1961, p. 145).

Bassanezi (1996) complementa as idéias de Saito descritas na citação anterior acerca dos motivos que provocaram o fluxo imigratório:

[...] observou-se um intenso movimento da população japonesa em direção à cidade de São Paulo e arredores e a outros estados do país. Nesse período (pós Segunda Guerra Mundial), verificaram-se: a diversidade ocupacional entre os japoneses e seus descendentes; o ingresso, na universidade, de uma parcela razoável dos mesmos, assim como na política; o desenvolvimento, com muito sucesso, da produção nos arredores de São Paulo e comercialização dos hortifrutigranjeiros. (BASSANEZI, 1996, p. 31).

Singer (1976) reforça as idéias apresentadas:

Uma vez iniciada a industrialização de um sítio urbano, ele tende a atrair populações de áreas geralmente próximas. O crescimento demográfico da cidade torna-a, por sua vez, um mercado cada vez mais importante para bens e serviços de consumo, o que passa a constituir um fator adicional de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, usufruem de vantagens quando se localizam junto ao mercado de seus produtos. Tal é o caso das indústrias de bens de consumo não-duráveis, dos serviços de consumo coletivo (escola, hospitais, etc.), de certos serviços de produção (comércio varejista) e assim por diante. (SINGER, 1976, p. 218).

A afirmativa de Saito (1961) pode ser corroborada por meio dos dados do Censo Agrícola de 1940, através da significativa demanda por produtos agrícolas, citemos como exemplo, a alface, cuja produção foi de 16.671 toneladas no estado de São Paulo, os municípios de maior participação foram: Santo André, Guarulhos e Suzano com 65%, 15% e 8%, respectivamente do total do Estado. Curiosamente são municípios que se encontram próximos a capital paulista. Mogi das Cruzes apresentou nesse Censo, apenas 2% do volume total do Estado. Mudanças ocorreram na região tornando-o maior produtor nacional desse e de outros produtos.

Tabela 06 - Produção anual de alface e percentual do total do Estado. Principais municípios. 2003.

MUNICÍPIO	Área (ha)	Produção Engradado de.9dz.	% do Estado
MOGI DAS CRUZES	2000	800.000	17
SÃO PAULO	700	700.000	15
BIRITIBA MIRIM	910	682.500	14
SUZANO	340	374.000	8
ITAQUAQUECETUBA	210	231.000	5
SALESÓPOLIS	150	210.000	4
CAMPINAS	225	179.920	4
SÃO ROQUE	120	120.000	3
PIEDADE	137	109.600	2
ITAPECERICA DA SERRA	80	96.000	2
JUNDIAÍ	183	91.500	2

Fonte: Instituto de Economia Agrícola. www.iea.sp.gov.br

Na tabela 06 são encontrados os maiores produtores de alface em 2003 no Estado de São Paulo, onde Mogi das Cruzes encontrava-se na liderança do *ranking* estadual. Dos maiores produtores apresentados, 05 fazem parte da microrregião de Mogi das Cruzes, são eles: Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Suzano, Itaquaquecetuba e Salesópolis.

Na região em estudo, culturas como a abóbora e o repolho não eram difíceis de serem produzidas, mas complicados de serem comercializadas devido à baixa aceitabilidade na cesta de consumo. No bairro de Porteira Preta, em Mogi das Cruzes, a maior parte dos produtores

optou pela cultura da batata inglesa, mas com a estiagem provocada em 1925, alguns agricultores decidiram plantar tomate, cultura essa que foi favorecida pelos elevados preços (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

As primeiras safras foram obtidas na base da tentativa e erro, não dispunham de informações sobre o que e quando produzir para cada tipo de solo encontrado na região. Com base nisso, os sucessos e os fracassos foram incorporados como experiência e passados de geração a geração. Após anos de trabalho com a terra, dominavam perfeitamente o tipo de cultura apropriada a cada época do ano (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

Além dos produtos provenientes da horticultura, merecem destaque, a fruticultura e a produção de cogumelos. A fruticultura é trabalhada por alguns agricultores de forma conjunta com a horticultura, em virtude do elevado espaço entre o crescimento e a colheita dos frutos.

Na produção de cogumelos, liderada por Mogi das Cruzes, pequena parte foi influenciada pelos japoneses, os chineses foram, inicialmente, os grandes produtores e hoje passaram a dominar a comercialização dessa produção.

Segundo registros históricos, os imigrantes encontravam-se a princípio no primeiro armazém de secos e molhados, que tinha como proprietário o Sr. Anam, imigrante japonês. Os japoneses se encontravam para beber a pinga brasileira, e os que estavam sóbrios discutiam os sucessos e os fracassos da colheita, esse local tornou-se a primeira “escola de agricultura” onde as discussões culminaram na criação da Cooperativa Agrícola Mista de Mogi das Cruzes (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

O desconhecimento de produtos como o tomate e o cogumelo pelos centros consumidores provocavam o retorno da mercadoria ao produtor para simplesmente ser jogado fora, esse fato incentivou a união e a criação de estratégias contra os obstáculos levantados,

buscando uma solução eficaz através da organização de uma cooperativa (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

Enumeremos outros desafios enfrentados pela colônia em relação a comercialização da produção (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976):

1) O escoamento da produção era feito com muita dificuldade, dada a precariedade das estradas que interligavam a produção e o centro consumidor. Por se tratar de produtos de pouca durabilidade e muito frágeis, não chegavam em boas condições ao consumidor;

2) A existência de uma classe de intermediários não japoneses, que se aproveitavam dos nipônicos para auferir volumosos lucros com a comercialização. Com o passar do tempo, japoneses e seus descendentes passaram a comercializar a produção, alguns deixaram a agricultura de lado e passaram a se dedicar ao intermédio nas grandes redes de comercialização (supermercados e sacolões) ou diretamente aos consumidores (feiras livres)¹⁹.

Um outro aspecto bastante interessante levantado por Batalha (1958), diz respeito às propriedades japonesas que, em sua maior parte não eram arrendadas, como aconteceu no interior paulista. A essa característica soma-se a tendência generalizada da pequena propriedade e a sua manutenção ao longo dos anos, que pode ser confirmada nos censos agrícolas e nos dados de Batalha (1958) onde observamos que mais de 70% das propriedades estavam concentradas nas mãos dos japoneses, que tinham menos de 05 alqueires²⁰.

¹⁹ O atravessador faz a intermediação entre o produtor e as redes de distribuição de alimentos e os feirantes, compram e comercializam diretamente para o consumidor final, nas chamadas feiras livres.

²⁰ 1 alqueire (paulista) equivale a 24.200 metros quadrados. A medida alqueire é encontrada em diversas regiões do país, cada qual com uma dimensão diferente. Convencionou-se a utilização do hectare, unidade de medida nacional equivalente a 10.000 metros quadrados.

Tabela 7 – Distribuição relativa do número de estabelecimentos e informantes segundo o tamanho. Município de Mogi das Cruzes. 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996.

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995/96
hectares	Estab.	Estab.	Estab.	Estab.	Estab.	Estab.	Estab.	Informe
menos de 1	1,6	0,5	0,5	3,3	1,2	4,0	3,2	5,5
1 a 2	4,0	4,3	4,9	7,1	5,0	8,7	8,4	8,7
2 a 5	23,6	21,3	25,3	28,9	28,5	30,9	32,9	28,0
5 a 10	16,6	20,5	21,4	22,9	25,1	21,7	20,9	22,9
10 a 20	21,5	23,5	25,6	20,0	23,1	18,9	18,5	19,4
20 a 50	23,9	19,8	17,0	11,8	11,5	10,1	10,1	10,0
50 a 100	5,3	3,9	2,8	3,1	2,6	3,3	3,4	2,6
100 a 200	2,0	3,2	1,6	2,0	1,9	1,2	1,3	2,0
200 a 500	0,9	2,5	0,8	0,4	0,6	0,6	0,7	0,5
500 a 1000	0,3	0,5	0,0	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3
1000 a 2500	0,2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0
2500 a 5000	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
5000 a 10000	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE – Censo Agrícola 1940, 50, 60, 70, 75, 80, 85 e 95/96. Fundação IBGE. Tabulação Própria

Os dados do Censo Agrícola de 1940 até o último Censo Agropecuário de 1995/1996 foram sistematizados na tabela anterior onde constatamos uma predominância de propriedades com o tamanho de 02 a 05 hectares, o que sugere a prática de uma agricultura com uma estrutura fundiária bem dissolvida. Percebeu-se também que não ocorreu uma concentração de terras, ao contrário, houve aumento na participação das propriedades de menos de 01 hectare ao longo dos anos. Uma das explicações para a estrutura fundiária dos imigrantes japoneses, pode ter sido o reflexo do loteamento de grandes áreas de terras pertencentes a uma única pessoa. Japoneses adquiriram grandes áreas, repartindo-as, em seguida, em áreas que permitissem produção em escala comercial agrícola e vendiam-nas a seus compatriotas.

Como se não bastasse utilizarmos os dados para analisarmos a estrutura fundiária, os mesmos Censos podem nos fornecer uma noção da evolução tecnológica agrícola experimentada pela região ao buscarmos o número de tratores e a sua potência. O Censo

agrícola de 1940, registrou 05 tratores, sendo 04 de pequeno porte (10 c.v.); já em 1960, esse número salta para 431 tratores. Enquanto em 1970, a região possuía a maior frota de tratores do Brasil, totalizando 1397 tratores, vindo a atingir seu número máximo em 1975, com 1622 tratores, onde uma significativa parte, 79%, era uma frota formada por tratores com menos de 50 c.v., potência ideal para a prática da horticultura, floricultura e fruticultura.

Mencionamos anteriormente que uma das formas encontradas para se protegerem contra abusos e para facilitar o escoamento da produção foi a criação de uma cooperativa. O encontro inicial dos japoneses ocorreu no bairro do Cocuera, no dia 10 de setembro²¹ de 1931, formada inicialmente por 126 famílias oriundas dos bairros de Cocuera, Km 6 (colônia de Vila Moraes) e Botujuru. Algumas semanas depois foi confirmada a formação da cooperativa no sítio do Sr. Kinzaburo Kato; no dia 18 de outubro de 1931, no armazém do Sr. Anan, um grupo de 12 japoneses formalizaram o estatuto e na assembléia realizada no dia 8 de março de 1933, o nome “Cooperativa de Produtores Japoneses de Mogi das Cruzes” foi cristalizado (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

A cooperativa auxiliava no escoamento da produção dos associados frente às dificuldades que os mesmos encontravam como a nova língua e principalmente o acesso ao crédito.

Segundo Rodrigues (1983), uma das principais fontes de renda que propiciou o andamento das atividades das cooperativas foi a devolução do imposto de circulação. Contudo, a interrupção da devolução do referido imposto implantada pelo governo dificultou as possíveis manobras que eram feitas pela instituição, provocando a queda de sua ação no mercado de hortifrutigranjeiros, conseqüentemente afastando significativa parte dos produtores rurais associados.

²¹ Algumas fontes divergem entre o dia 10 e dia 13 de setembro.

Instituições financeiras como o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo²² (Banespa), passaram a oferecer crédito ao produtor rural a juros baixos, fazendo com que os mesmos deixassem de utilizar a cooperativa, fechando seu departamento de crédito.

Vale lembrar que outro fator colaborou para o afastamento dos produtores, a segunda e terceira geração de descendentes (*nissei e sanssei*), que passaram a buscar caminhos independentes para a comercialização, alguns adquiriram caminhões e tornaram-se atravessadores e feirantes (RODRIGUES, 1983).

A cooperativa possuía uma política de preços mínimos e os produtores ao perceberem que os preços estavam abaixo do mercado, escoavam a sua produção pela cooperativa, porém quando os preços estavam elevados procuravam outros intermediários.

Há de se salientar o impacto que a 2º Guerra Mundial exerceu sobre os japoneses e descendentes residentes no país.

Em 28 de janeiro de 1942, foi determinada a prisão dos cooperados Nishie, Yoneda, Kiyokawa, Aota e outros, considerados pelo interventor (Sauro Araújo) como sabotadores, o que provocou a demissão em massa, dos cooperados (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

A nomeação de um brasileiro para a função de presidente de uma instituição organizada e planejada por japoneses, com o objetivo de dinamizar a agricultura local e proteger a colônia contra a exploração dos “não japoneses”, trouxe sérios danos à instituição, enfraquecendo-a em todos os sentidos (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

A intervenção citada acima não se deu apenas na cooperativa, atingindo também os festejos japoneses e as escolas de ensino do idioma japonês, que foram fechadas durante esse período. Paralelamente, surgiu a figura dos *kashigumi* e *makigumi*, comentado por Fernando de Moraes (1999) no livro *Corações Sujos*.

²² Comprada pelo grupo espanhol Santander.

Além da Cooperativa Mista de Mogi das Cruzes merecem destaque mais três importantes instituições: Cooperativa Mista de Itapeti, o Sindicato Rural de Mogi das Cruzes e Associação Desportiva e Cultural – Bunkyo.

Inicialmente denominada de Associação Rural de Agricultura de Mogi, fundada em 1950 e transformada em Sindicato Rural de Mogi das Cruzes pelo Ministério do Trabalho em 1965, seu maior empreendimento foi a eletrificação e a extensão da telefonia para os setores rurais da cidade de Mogi das Cruzes e nos municípios vizinhos (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

A Cooperativa Mista de Itapeti especializou-se na produção de flores, sobretudo de orquídeas; atualmente uma exposição anual dessas belíssimas flores é realizada buscando atrair potenciais compradores.

As colônias japonesas espalhadas por variados locais da região de Mogi das Cruzes formaram associações para fomentar atividades típicas dos japoneses, atividades estas que eram e são passadas de geração a geração, contribuindo para o enriquecimento da cultura local; a gastronomia e a cultura oriental são difundidas através das festas, bem como a prática de esportes de origem nipônica, entre outras contribuições.

A Sociedade Cultural de Mogi das Cruzes (*bunkyo*) foi fundada em maio de 1926, primeiramente com 23 associados, criada com a finalidade de dar assistência aos associados através da centralização burocrática numa única entidade responsável pelas associações formadas nas colônias que se encontram espalhadas na região mogiana. A organização de festas para a manutenção da tradição e principalmente a educação dos descendentes, o aprendizado da língua japonesa e o aumento do grau da escolaridade foram às preocupações constatadas e incentivadas pela instituição à colônia (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA). Oguido (1988) fez uma brilhante observação quando estudou o deslocamento dos japoneses para o norte do Paraná notou que a educação sempre foi primada,

ou seja, independentemente da localização da colônia, com muita seriedade e zelo pelos imigrantes, tanto que a construção de escolas foi uma ação considerada prioritária em detrimento das igrejas.

Entre os empreendimentos promovidos pela Sociedade Cultural de Mogi das Cruzes pode-se destacar a construção de uma obra que comportasse, inicialmente, 180 estudantes provenientes de locais distantes. Anos mais tarde, um novo anexo foi construído, e ampliou assim a capacidade de abrigar alunos.

[...] chega o dia da inauguração marcada para 10 de dezembro de 1941. Mas no dia 08 de dezembro de 1941, dois dias antes da inauguração, estoura a 2ª Guerra Mundial, os japoneses foram proibidos de promover reuniões; todos os preparativos para a festa de inauguração ficaram sem efeito. Assim, todas as atividades sócio-culturais, ficaram paralisadas durante a guerra. Quando esta terminou, no Oceano Pacífico, começou a guerra na colônia japonesa, entre os que acreditavam na derrota e os que acreditavam na vitória do Japão. Esta confusão dentro da colônia japonesa continuou até meados do ano de 1947 (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

A construção do Centro dos Estudantes foi realizada a custa de muito esforço e integração, pois as despesas eram sanadas através de fundos angariados com contribuição proveniente dos associados das colônias que viviam em sua maior parte do trabalho agrícola. O governo japonês colaborou com uma pequena quantia, entretanto, foi através da associação dos jovens que o projeto ganhou maior dinamismo e o empreendimento pôde ser concluído (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

Em janeiro de 1954 o Sr. Masutaro Nakatani, assumiu a presidência da Sociedade Cultural de Mogi das Cruzes, atuando como importante interlocutor entre os dois grupos que divergiam quanto à posição do Japão na finalização do conflito mundial. O Sr. Natakani elaborou projetos culturais e sociais direcionados a unir os grupos e extinguir o conflito existente (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA).

No campo cultural, festas típicas da colônia como o *aki matsuri* (festa do outono) e o *furosatô matsuri* (festa dos pioneiros) são promovidas. A denominação *furosatô* é bastante recente, substituindo a denominação *momo matsuri* (festa do pêssego). Nestas festas os agricultores montam uma exposição de flores, frutas e verduras, concorrendo entre si e os melhores são premiados. Anualmente são promovidos festivais esportivos nas colônias (Undo Kai), onde os familiares, em um determinado domingo participam de uma série de eventos esportivos com a integração de todos, desde crianças a idosos. Nas referidas associações, são promovidas festas que geralmente envolvem comidas típicas, como a festa do Sukiyaki ou do Sorvete, promovidas pelos jovens do bairro destinadas com o objetivo de angariar recursos para a associação.

Um dos legados deixados e mantido atualmente pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado (Condephat), é o Casarão do Chá, localizado no bairro de Cocuera, concluído no dia 03 de setembro de 1942 pelo carpinteiro Kazuo Hanaoka, foi tombado pelo Condephat no dia 29 de novembro de 1982 como um monumento da imigração japonesa. Cuidadosamente projetado em dois andares para a produção do chá (chegou a produzir 30 toneladas por ano), apresenta traços orientais na sua arquitetura. Há de se observar que nenhum prego foi utilizado, os materiais foram rigorosamente selecionados para a obtenção de um perfeito encaixe (RODRIGUES, 1983).

Nos esportes, a contribuição nipônica abrangia as artes marciais, o beisebol e o atletismo, este último bastante difundido na colônia japonesa. Algumas colônias possuíam a escola de ensino da língua japonesa (Nihon Gakô), um professor era contratado e pago pela associação local. Dentre as atividades realizadas na escola além do ensino do idioma japonês destacamos o atletismo que é geralmente praticado uma vez por semana e para aqueles que demonstravam maior afinidade, com finais de semana destinados a treinos e campeonatos. Nesse treinamento semanal, o professor observava o desempenho dos alunos e os convidava

para campeonatos intercoloniais a nível regional e federal. Várias modalidades de atletismo eram praticadas abrangendo todas as idades e ambos os sexos.

Politicamente, as colônias possuíam uma estrutura que se articulava em torno da Sociedade Cultural de Mogi das Cruzes. A maior parte dos associados morava em áreas rurais, logo distantes uns dos outros, diferentemente de um contexto urbano.

Observa-se que a colônia de uma determinada região se divide em Seções, estas são formadas por um grupo pequeno de associados que moram próximos²³ uns dos outros. Note-se que cada colônia possui um representante, que participa das reuniões na sede central da Sociedade Cultural de Mogi das Cruzes. Dessas reuniões saem importantes deliberações e a movimentação financeira fica a disposição para a apreciação de todos os associados.

A tendência geral dos japoneses com o passar do tempo, foi a reunião em colônias, formadas de diferentes modos. Nestas, organizaram associações com o objetivo de estreitar as relações entre seus membros e cuidar dos assuntos de interesse coletivo; também criaram escolas para o ensino da língua e cultura japonesa aos filhos (as associações e as escolas tiveram um papel fundamental na comunidade japonesa). De um modo geral, a organização social dessas colônias tendia a reproduzir o modelo adotado nas aldeias ou povoados no Japão. (BASSANEZI, 1996, p. 29).

A colônia de Suzano engloba o município de Suzano, e possui sede própria, onde são realizadas atividades culturais e esportivas. Festividades locais são organizadas pelos imigrantes e descendentes, sem contudo, deixar de fazer uma ampla divulgação na sociedade local, o mesmo se observa nos eventos promovidos no município de Mogi das Cruzes.

Nas associações notou-se uma divisão social do trabalho relacionada ao sexo e idade; os líderes da colônia são formados por japoneses ou descendentes de meia idade e do sexo masculino. As esposas contribuem na colônia através da mão-de-obra exigida num evento cultural, além de integrarem a Associação das Senhoras (*Fujinkai*), onde juntamente com os homens organizam festas das quais parte da arrecadação, previamente definida, é destinada ao

²³ A distância varia entre 1 a 5 KM.

Fujinkai que direciona a verba em suas reuniões. Os jovens formam uma associação à parte, denominada *Seinemkai* (Associação de Jovens), que possui uma estrutura interna e permite a realização de eventos destinados à colônia e obviamente aos próprios jovens. Nessas associações, atualmente, são encontrados nos cargos de chefia jovens de ambos os sexos. O *seinenkai* promove atividade voltada para o público jovem, como por exemplo, festas e bailes com o objetivo de estimular o encontro de japoneses jovens de toda região.

Outras colônias foram formadas no município de Mogi das Cruzes, ao passo que novos imigrantes e descendentes chegavam à região.

Citemos a Colônia de Porteira Preta (conhecida atualmente como Vila Moraes) – Localizada na estrada que liga Mogi das Cruzes ao litoral (Bertioga). A colonização nessa região deu-se no início da década de 20, através do Sr. Nishie, proveniente do interior. Este morou alguns anos na capital de São Paulo dedicando parte de sua vida à criação de porcos. Tempos depois se mudou para esse bairro em Mogi das Cruzes, onde comprou uma grande fazenda, loteou o terreno e vendeu aos seus amigos compatriotas. Várias famílias mudaram-se para o local, inicialmente para o cultivo de batatas, dedicando-se mais tarde ao cultivo de tomate (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976).

A colônia de Cocuera, bairro rural do município de Mogi das Cruzes, encontra-se localizada ao longo dos primeiros 10 quilômetros da Estrada Mogi Salesópolis e faz fronteira com o município de Biritiba Mirim. Nesse bairro instalou-se a primeira família de imigrantes japoneses, família Suzuki. O Sr. Suzuki, formado na Escola Superior de Agricultura do Japão, chegou ao Brasil com a intenção de ir para uma fazenda de café no interior de São Paulo, mais precisamente para o município de Taquaritinga. Por determinação do Departamento de Imigração foi designado para uma fazenda cujo proprietário era um italiano, para então trabalhar no plantio de cebola no bairro de Sabaúna. Devido aos maus tratos recebidos do fazendeiro e pelas péssimas condições de vida, encontrou uma outra oportunidade com

melhores condições e em outro bairro, Cocuera. Instalaram-se e iniciaram a bem sucedida produção de batatas proporcionada pela boa qualidade das terras. Um monumento foi erguido em homenagem a essa família pioneira numa praça que posteriormente foi denominada de “Imigrantes”, fundada em setembro de 1969. O bairro de Cocuera é um importante pólo municipal de produção de hortifrutigranjeiros, fundado por imigrantes, os mesmos que mais tarde tornaram-se os grandes produtores de verduras, frutas e ovos da região (VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, 1976; MORAES, 1990; RODRIGUES, 1983).

Colônia de Biritiba Mirim – Formada por imigrantes e descendentes que residem no município de Biritiba Mirim a 25 Km de Mogi das Cruzes ao longo da Estrada Mogi-Salesópolis. Após o bairro do Cocuera, percorrendo a Estrada Mogi-Salesópolis encontramos o Bairro do Sogo, também conhecido pela grande quantidade de sítios pertencentes a imigrantes japoneses e destinados a horticultura.

Na referida estrada, após a passagem do município de Biritiba Mirim, encontramos o bairro Pomar do Carmo, seção da colônia e que faz divisa com o bairro de Remédios, pertencente ao Município de Salesópolis. Na fronteira entre os municípios ao longo da estrada Mogi-Salesópolis encontramos vários sítios. Além disso, nas estradas secundárias, o número de japoneses e descendentes é também significativo.

A colônia de Biritiba Mirim é uma das mais completas da região em estudo, possui uma sede onde funciona a Associação Cultural local, no mesmo terreno edificou-se a escola de ensino do idioma japonês (*nihon gakô*) e dado ao fato de possuir uma ampla área, são praticados esportes como o beisebol e o atletismo. Recentemente, os agricultores locais se organizaram para a formação de um Sindicato Rural, pois uma significativa parte dos japoneses e descendentes desse município moram na zona rural e dependem do setor agrícola.

No ano de 2004, a Associação Cultural Desportiva de Biritiba Mirim era formada por 8 seções que encontram-se espalhadas no município, geralmente atreladas em algum bairro

rural ou urbano totalizando 102 famílias filiadas que participam costumeiramente das atividades promovidas pela associação.

A Colônia de Remédios é uma extensão da colônia de Biritiba Mirim, mas encontra-se em outro município, possui sede, escola de língua japonesa e uma enorme área para a prática de esportes. Fica a 15 Km da área urbana de Salesópolis e sua principal atividade é a horticultura, produção esta que eleva o município entre os maiores produtores do Estado.

Representando a segunda maior colônia da região em estudo, Suzano destaca-se, possuindo uma colônia expressiva e uma estrutura semelhante porém independente da que é encontrada em Mogi das Cruzes. Um aspecto interessante é a existência de uma colônia organizada de okinawanos²⁴, cuja população é significativa no município.

De forma geral, a história dos imigrantes da região de Okinawa anda em paralelo com a imigração japonesa, pois o diferencial em relação a outros imigrantes é a forte manutenção e vivência com a cultura de sua localidade, que teve seus aspectos e conflitos históricos abordados por Freitas (2002).

A divisão das colônias e as suas respectivas seções (subdivisões) estão em conformidade com a divisão política a nível municipal e distrital como a colônia de Cocuera que comporta associados que residem no bairro.

A formação da colônia demandou a construção de sedes, denominadas de *kaikan*, para a realização de atividades culturais, sociais e educacionais que visam a manutenção dos costumes da terra natal dos primeiros imigrantes passando-os às demais gerações. Nas sedes, além das reuniões e das festas, casamentos são realizados por comportar todos os familiares e amigos, representando dessa forma uma economia significativa, pois seria um dispêndio desnecessário optar por um local particular.

²⁴ Okinawa – Ilha localizada no Sul do Japão e sua população apresenta alguns costumes diferenciados do restante do país.

Não podemos deixar de mencionar os idosos e a sua participação na colônia. A eles não é destinada nenhuma função executiva, reúnem-se costumeiramente para jogar o *gueito boro*²⁵ e a grande maioria mora com os filhos e netos.

As dificuldades e as necessidades dos imigrantes japoneses faziam parte de uma demanda que necessitava ser atendida; a saída encontrada foi através do ingresso de imigrantes e descendentes na carreira política, viabilizando recursos para o progresso da comunidade japonesa. Os primeiros a exercerem um cargo político no município de Mogi das Cruzes foram o Srs. Taro Konno e Minor Harada, ambos do bairro do Cocuera (RODRIGUES, 1983). E em 2000, Mogi das Cruzes elegeu o seu primeiro japonês para exercer a função de prefeito da cidade, Junji Abe, reeleito na eleição de 2004 para mais quatro anos de mandato.

Diversos foram os japoneses que entraram para a política na região como vereadores e deputados estaduais. A princípio, os candidatos possuíam amplo apoio da colônia japonesa, pois sua eleição representava, para todos, o melhoramento e suas condições de vida. Apesar da importância social e econômica do município de Mogi das Cruzes, foi no município de Suzano que surgiu o primeiro prefeito descendente de japoneses, Sr. Pedro Sinkako Miyahira, eleito para o mandato de 1973 a 1977 (ALMANAQUE TIETÊ, 1998; RODRIGUES, 1983).

²⁵ Esporte praticado pelos membros idosos das colônias.

Capítulo 3. Mogi das Cruzes: Contextualização

3.1 Geografia de Mogi das Cruzes e Região

3.1.1 Localização Geográfica



A microrregião de Mogi das Cruzes está localizada na região leste de São Paulo e compõe a região metropolitana da capital paulista, sendo formada pelos municípios de Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquetuba, Suzano, Guararema e Salesópolis.

O centro urbano da capital paulista se distancia do município de Mogi das Cruzes por aproximadamente 60 Km. Dentre todos os municípios da microrregião, Mogi das Cruzes é considerado a sede em virtude de sua história e da expressividade econômica e social que

exerce sobre a região. Nos seus arredores encontramos os municípios de: Santa Isabel, Guararema, Biritiba Mirim, Bertioga, Santos, Santo André, Suzano, Itaquaquecetuba e Arujá.

3.1.2 Clima e Solo

O solo não apresenta nenhuma característica especial, o que pode ser demonstrado historicamente pela falta de interesse do setor cafeeiro pela região e pela predominância da agricultura de subsistência.

O esgotamento da fronteira agrícola da região intensificou a utilização da terra e aumentou a necessidade de cuidado com o solo até a atualidade. Técnicas como a rotação de cultura, construção de estufas climatizadas e a adubação química, aumentaram a fertilidade do solo e a obtenção de produtos de maior durabilidade e qualidade superior. Entre os fatores que contribuíram para o desgaste do solo e a poluição da água, podemos citar, o uso inadequado de fertilizantes químicos, os defensivos agrícolas e o plantio de eucaliptos para a produção de celulose, uma vez que a região abriga, no município de Suzano, uma das maiores produtoras de papel e celulose do Brasil: a Cia Suzano de Papel e Celulose.

A região é cortada pelo Rio Tietê, cuja nascente localiza-se no município de Salesópolis, atravessa os municípios de Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Suzano, Poá e Itaquaquecetuba. O Rio Paraíba do Sul corta o município de Guararema rumo ao Estado do Rio de Janeiro.

Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Itaquaquecetuba, Suzano e Salesópolis, integram a bacia hidrográfica do Alto Tietê, e o município de Guararema a bacia do Paraíba do Sul.

Os afluentes do Tietê e do Paraíba do Sul garantem constantemente aos agricultores uma boa oferta de água para a produção agrícola local.

O grande volume de água encontrado na região permitiu a construção de diversas barragens visando o abastecimento da região metropolitana feito pela Empresa de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP). Barragens como a de Taiaçupeba, Ponte Nova, Remédios e de Salesópolis garantem o abastecimento de água para a região.

3.1.3 Malha Viária

As principais estradas são:

Rodovia Ayrton Senna (antiga Trabalhadores) – constitui o acesso mais rápido para a capital paulista; a Mogi-Dutra – permite chegar ao Vale do Paraíba e conseqüentemente ao Rio de Janeiro, também à capital paulista; a Índio-Tibiriça - permite o acesso para os municípios do grande ABC, Mauá, Santos e Ribeirão Pires; a Mogi-Bertioga – liga o litoral norte de São Paulo; Estrada Mogi-Salesópolis²⁶ – liga três municípios da microrregião (Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis) e permite o acesso a Rodovia dos Tamoios, Litoral Sul; Estrada Mogi Guararema – liga os municípios de Mogi das Cruzes e Guararema; no seu caminho encontra-se o bairro de Sabaúna. Após o município de Guararema localiza-se a Rodovia Dutra, o que faz da estrada uma das alternativas de entrada para São Paulo e Rio de Janeiro; antiga São Paulo - Rio – corta os municípios de Suzano, Poá e Itaquaquecetuba – muito utilizada pelos que se dirigem para a capital paulista pelos bairros da zona leste.

Itaquaquecetuba confunde-se como continuidade da capital paulista, por fazer fronteira com o Bairro Itaim Paulista; o mesmo ocorre com Ferraz de Vasconcelos que faz divisa com o bairro de Guaianazes.

²⁶ Registrada no Estado como Rodovia Alfredo Rolim de Moura ou SP-88, mas a Rodovia é popularmente chamada de Estrada Mogi-Salesópolis e será com este nome que daremos prosseguimento ao trabalho.

A região conta com uma frota de ônibus intermunicipais que favorece o transporte da população para todos os municípios da região; essa rede é controlada por algumas empresas privadas de transporte coletivo.

A existência de uma malha ferroviária facilita a locomoção da população até a capital paulista, entre a região, exceto para os municípios de Salesópolis, Guararema e Biritiba Mirim. Uma outra linha ferroviária é utilizada para o escoamento da produção industrial local.

O sistema de transporte intramunicipal apresenta vários graus de desenvolvimento e a qualidade, pode ser medida de acordo com o alcance de sua rede, que pode, ou não atender as localidades mais distantes.

Suzano e Mogi das Cruzes apresentam as melhores redes de transporte e alcançam a maior parte dos bairros periféricos. Municípios com maior dependência da agricultura, logo com uma população expressiva no setor rural, passam por maiores dificuldades no deslocamento intramunicipal e utilizam meios alternativos.

3.2 Infra Estrutura Econômica, Social e Cultural

A microrregião de Mogi das Cruzes possui um importante pólo industrial, concentrado em maior proporção nas cidades de Suzano e Mogi das Cruzes.

Em Suzano encontramos indústrias como a Cia Suzano (papel e celulose), Komatsu (tratores de grande porte), Orsa (papelão ondulado), Hoechst M. Rousset (produtos químicos); em Mogi das Cruzes empresas como a NGK (peças automotivas), Aços Villares (siderurgia), Elgin (máquinas domésticas), entre outras.

O setor de serviços concentra-se no município de Mogi das Cruzes, onde merecem destaque as duas universidades UMC – Universidade de Mogi das Cruzes e UBC – Universidade Braz Cubas, e a Faculdade de Fisioterapia Náutico Mogiano.

Escolas técnicas públicas como SENAI e a Escola Técnica Estadual Presidente Vargas e várias outras instituições de ensino públicas e particulares, são encontradas no município de Mogi das Cruzes e apresentam uma procura significativa.

Situação semelhante ocorre em relação aos serviços médico-hospitalares, pois os municípios vizinhos, carentes de determinados serviços, procuram a sede, buscando melhores tecnologias e profissionais especializados que proporcionam uma melhor infra-estrutura. Municípios como Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema recorrem a Mogi das Cruzes, em contrapartida, municípios como Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba recorrem primeiro a Suzano, em raras hipóteses procuram o atendimento em Mogi das Cruzes.

A pesquisa “Regiões de Influência das Cidades”²⁷ do IBGE, apresenta as regiões²⁸ de abrangência de Mogi das Cruzes e nela observamos o grau de influência que o município possui em relação aos outros, fornecendo assim, uma idéia de interdependência.

Cidades como Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema dependem, em sua maior parte, do setor agropecuário para a geração de renda e emprego. Biritiba Mirim é um dos maiores produtores de horticultura e frutas e lá pode ser encontrada a Granja TOK, grande produtora de ovos. Na fronteira de Salesópolis com o município de Biritiba Mirim destaca-se a horticultura, sendo que Salesópolis esta voltada para a produção de madeira (eucaliptos), para a fábrica de papel e celulose instalada em Suzano, que tem sua produção escoada através da estrada Mogi-Salesópolis.

O município de Guararema especializou-se na floricultura, destacando-se a nível nacional juntamente com os orquidários mogi-cruzenses, na divisa com Mogi das Cruzes,

²⁷ Pesquisa desenvolvida e realizada pelo IBGE nos estudos da rede urbana brasileira e tem como objetivo “apresentar as regiões de influência das cidades brasileiras”. (FIBGE, 1993, p. 13)

²⁸ Os municípios de influência de Mogi das Cruzes são Arujá, Biritiba Mirim, Salesópolis, Santa Isabel, Suzano que por sua vez apresenta três municípios na sua região de influência, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba e Poá. O município de Jacareí faz parte da região de influência de Mogi das Cruzes e apresenta os seguintes municípios sob a sua influência, Guararema, Igaratá e Santa Branca.

encontramos os grandes produtores de cogumelos concentrados especificamente no bairro de Botujuru.

Os municípios onde predomina a prática agrícola não apresentam, atualmente, indícios de instalação de um pólo industrial, dada a escassez de infra-estrutura que garanta, o escoamento de uma produção em larga escala, tornando-os pouco atrativos aos investimentos de capital privado, entretanto apresentaram na última década a ampliação e instalação de redes de supermercados, o que deixou os pequenos armazéns em difícil situação.

As condições geográficas e econômicas permitiram o desenvolvimento de uma agricultura de alta rentabilidade. O clima, o solo e a hidrografia são elementos geográficos que viabilizaram o trabalho agrícola, aliado à sua posição geográfica, ou seja, a proximidade da capital de São Paulo, o que favoreceu economicamente os agricultores da região.

A importância da agricultura em Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema é nítida; por outro lado, com o transcorrer do tempo, não ocorreu a concentração de terras e nenhuma monocultura foi instalada na região, diferentemente do que observou-se nos estudos feitos por Cunha, Aranha & Perillo (1992) na região de Governo de Presidente Prudente e na região de Governo de Bauru, na qual os agricultores foram obrigados a abandonarem suas terras por conta da substituição do algodão por um similar sintético e pela existência de doenças que foram controladas através da erradicação dos pomares de laranja, substituindo posteriormente a agricultura pela pecuária.

A manutenção das pequenas propriedades da região de Mogi das Cruzes, considerada condição essencial para a fixação da população no campo, pode ter sido assegurada pelo dinamismo da agricultura aquecida por um mercado consumidor que necessita ser constantemente abastecido. Um outro aspecto interessante é a crescente ocupação de lotes nas áreas rurais nos municípios de Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema por casas de campo, e seus proprietários são, em sua maior parte, da capital paulista.

A agricultura de Mogi das Cruzes , como já citado, é voltada ao cultivo de produtos provenientes da horticultura, além da alface destaca-se a produção de culturas similares, como a chicória, acelga, brócolis, rúcula, coentro, salsa e etc.

A geração de renda e emprego nos municípios de Ferraz de Vasconcelos e Poá é promovida através de pequenos empreendimentos e uma da parte da população trabalha na capital paulista sendo que o acesso é facilitado pela existência de duas linhas ferroviárias.

A primeira linha parte de Mogi das Cruzes atravessa Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, e a segunda linha, conhecida como variante, parte do município de Poá e atravessa Itaquaquecetuba, ambas atravessam a zona leste paulista até chegarem nas estações Braz e Luz, onde o acesso às demais linhas de trens e metrô é gratuito para a capital paulista e para outros municípios.

Destacamos os resultados do Produto Interno Bruto²⁹ dos municípios da microrregião de Mogi das Cruzes na tabela a seguir.

²⁹ Pesquisa publicada pelo IBGE e calculada em parceria com os órgãos de estatística estaduais em maio de 2005 para todos os municípios brasileiros. Neste caso, os valores são de preços correntes.

**Tabela 08 - Produto Interno Bruto e distribuição relativa por município.
Microrregião de Mogi das Cruzes. 1999 – 2002.**

Microrregião e Município	Produto Interno Bruto (Em mil R\$)				Produto Interno Bruto (%)			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Mogi das Cruzes Microrregião	7.415.928	7.729.496	8.456.519	9.398.250	100,0	100,0	100,0	100,0
Municípios								
Biritiba-Mirim	115.305	111.150	154.557	171.592	1,6	1,4	1,8	1,8
Guararema	122.013	128.704	204.421	365.559	1,6	1,7	2,4	3,9
Ferraz de Vasconcelos	510.498	509.373	548.404	585.308	6,9	6,6	6,5	6,2
Itaquaquetuba	1.090.465	1.025.095	1.129.554	1.272.479	14,7	13,3	13,4	13,5
Mogi das Cruzes	2.047.117	2.240.098	2.479.013	2.764.344	27,6	29,0	29,3	29,4
Poá	560.747	564.884	615.924	652.675	7,6	7,3	7,3	6,9
Salesópolis	70.265	66.470	70.979	144.311	0,9	0,9	0,8	1,5
Suzano	2.899.518	3.083.720	3.253.667	3.441.982	39,1	39,9	38,5	36,6

Fonte: Fundação IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002.

Nos dados apresentados na tabela 08 observamos que o município de Suzano apresentou o maior PIB, seguido de Mogi das Cruzes e Itaquaquetuba. Os menores PIBs da microrregião foram representados pelos municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim e Guararema que possuem em comum a expressiva participação da atividade agropecuária no total do valor adicionado³⁰, maior que as grandes economias da região, por se tratar, como já abordado, de municípios cuja economia gira em torno da horticultura, fruticultura e a extração de madeira para papel e celulose.

Observando os dados a nível das grandes atividades (Agropecuária, Indústria e Serviços), verificamos que o município sede posiciona-se em primeiro lugar no setor de serviços, mas perde posição com o valor adicionado gerado pelo parque industrial de Suzano.

³⁰ Valor Adicionado é definido como a diferença entre o Valor da Produção e o Consumo Intermediário. O consumo intermediário precisa ser descontado para não ocorrer a dupla contagem durante o processo de produção.

**Tabela 9 – Produto Interno Bruto per Capita* por Município.
Microrregião de Mogi das Cruzes. 1999 – 2002.**

Municípios	1999	2000	2001	2002
Mogi das Cruzes Microrregião	6.641	6.714	7.130	7.696
Municípios				
Biritiba-Mirim	4.737	4.430	5.980	6.448
Guararema	5.616	5.808	9.048	15.870
Ferraz de Vasconcelos	3.639	3.504	3.645	3.761
Itaquaquecetuba	4.068	3.662	3.870	4.187
Mogi das Cruzes	6.248	6.709	7.286	7.975
Poá	5.908	5.820	6.208	6.437
Salesópolis	4.941	4.568	4.769	9.484
Suzano	12.858	13.224	13.505	13.838

Fonte: Fundação IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002.
Produto Interno Bruto dividido pelo total da população de residentes.

Mogi das Cruzes e Suzano representam juntos 66% do PIB da microrregião, onde Suzano posiciona-se no período de 1999 a 2001 como o maior PIB per capita da microrregião; contudo, no ano de 2001, alterações na estrutura econômica do município de Guararema elevaram o PIB per capita de R\$ 5.808,00 reais em 2000 para R\$ 9.048,00 reais em 2001, encerrando a série na liderança da microrregião com R\$ 15.870,00 reais no ano subsequente.

A alteração na estrutura econômica, como a instalação de uma indústria ou de uma rede de comércio, são capazes de alterar o PIB municipal, fato que pode ter ocorrido com o município de Guararema. Todavia, o PIB per Capita não reflete a distribuição da renda para os munícipes, ou seja, a produção pode estar sendo realizada com a mão-de-obra dos municípios vizinhos. Em nosso estudo, o deslocamento captado no Censo Demográfico de 2000 entre os municípios da região é considerável e será apresentado em momento oportuno.

Ainda sob a ótica da economia, destacamos nesse momento a distribuição espacial do setor comercial, industrial e de serviços nos municípios que englobam a microrregião de Mogi das Cruzes, para entendermos a estrutura econômica, fator considerado importante nos deslocamentos populacionais no interior da microrregião (tabelas 10, 11 e 12).

Tabela 10 –Número de estabelecimentos Comerciais segundo Municípios. 1995 - 2003.

Município	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Biritiba Mirim	46	45	42	59	66	75	85	95	90
Ferraz de Vasconcelos	163	193	229	223	253	275	291	301	305
Guararema	73	80	101	95	97	129	148	157	166
Itaquaquecetuba	313	348	385	444	485	537	545	546	598
Mogi das Cruzes	1.581	1.519	1.638	1.640	1.693	1.743	1.804	1.917	2.029
Poá	255	253	315	354	408	407	458	524	544
Salesópolis	57	64	60	64	73	75	68	75	74
Suzano	785	778	864	900	933	933	1043	1111	1160
São Paulo	68.717	69.611	71.907	71.254	71.866	74.488	77.027	79.247	80.914

Fonte: Fundação SEADE. www.seade.sp/informações dos municípios paulistas.

Tabela 11 – Número de estabelecimentos do setor industrial segundo Municípios. 1995 - 2003.

Município	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Biritiba Mirim	9	12	10	10	12	14	17	14	12
Ferraz de Vasconcelos	177	183	177	171	177	181	184	175	178
Guararema	47	61	55	59	59	76	64	55	59
Itaquaquecetuba	374	406	411	411	421	406	423	402	416
Mogi das Cruzes	536	487	494	486	492	482	499	350	382
Poá	152	159	180	202	203	230	246	194	188
Salesópolis	13	14	15	13	13	21	19	10	11
Suzano	330	313	336	356	350	372	362	290	307
São Paulo	37482	36388	36146	34564	33744	33298	33101	26036	25859

Fonte: Fundação SEADE. www.seade.sp/informações dos municípios paulistas.

**Tabela 12 –Número de estabelecimentos do setor de serviços segundo Municípios.
1995 - 2003.**

Município	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Biritiba Mirim	19	26	32	38	35	39	42	35	51
Ferraz de Vasconcelos	87	118	131	144	153	162	176	150	183
Guararema	77	82	89	97	102	103	107	115	117
Itaquaquetuba	188	215	218	235	235	243	254	218	265
Mogi das Cruzes	1.161	1.237	1.360	1.423	1.415	1.484	1.526	1.305	1.659
Poá	181	230	292	445	619	791	922	1.004	1.043
Salesópolis	42	52	51	47	48	52	56	38	59
Suzano	500	553	608	637	637	663	664	568	744
São Paulo	79.528	84.879	89.076	89.498	90.748	92.624	9.3340	85.645	95.922

Fonte: Fundação SEADE. [www.seade.sp/informações dos municípios paulistas](http://www.seade.sp/informações%20dos%20municípios%20paulistas).

O número de empresas do setor industrial da capital de São Paulo apresentou expressivo declínio de 1995 a 2003, de 37.482 indústrias, em 1995, para 25.859 em 2003 e a mesma tendência foi apresentada em Mogi das Cruzes e Suzano. Apesar desse declínio ocorrido nos municípios de Suzano e Mogi das Cruzes, o resultado no valor adicionado foi positivo, o que nos remete a analisar a importância da proporção do número de empresas falidas.

Os setores comercial e de serviços são marcados por um expressivo número de empresas dos mais variados portes, desde serviços de automóveis até grandes redes de supermercados.

Ocorreu um expressivo aumento no número de estabelecimentos nos municípios de Mogi das Cruzes e Poá.

Mogi das Cruzes, pela sua natureza de sede, abriga um enorme contingente de empresas prestadoras de serviços de diversos tamanhos e finalidades.

Uma vez apresentada a dinâmica econômica dos municípios, passamos a analisar algumas variáveis de importância social como estudo³¹ e rendimento mensal bruto³²; segundo o Censo Demográfico de 2000, a maior parte da população da microrregião de Mogi das Cruzes apresentava menos de 07 anos de estudo, cerca de 68,5% e 62,8% em relação ao Estado de São Paulo. Os maiores percentuais foram encontrados em Itaquaquetuba 76,1%, Salesópolis 74,9%, Biritiba Mirim 74,7% e Guararema 71,6%; os três últimos municípios são tipicamente agrícolas, onde o transporte intramunicipal não alcança os bairros mais distantes que geralmente são desprovidos de infra-estrutura mínima como asfalto e iluminação, dificultando os alunos, que na maior parte trabalha no campo durante o dia e dedicam-se ao estudo no período noturno.

Os números tornam-se ainda mais expressivos quando comparamos os municípios cuja população tem menos de 10 anos de estudo, o maior destaque vai para o município de Itaquaquetuba, com 90,1%, seguido de Biritiba Mirim, com 87,2%, Ferraz de Vasconcelos com 86,7%, Salesópolis com 86,3% e 78,2% para o Estado de São Paulo.

Quanto ao rendimento mensal bruto pela principal atividade, a maior parte das pessoas ficou registrada entre 1,5 a 10 salários, cerca de 70,4% no Estado de São Paulo e o menor percentual foi encontrado nos municípios de Salesópolis (50,2%), Biritiba Mirim (58,4%) e Guararema (60,9%), municípios com alta participação do setor da agropecuária, geralmente de menor remuneração.

³¹ Tabela em anexo.

³² Tabela em anexo.

3.3 Dinâmica Populacional

3.3.1 População: Atual Contexto e Antecedentes Históricos

A evolução populacional dos municípios da microrregião pode ser observada na tabela 13. A partir da década de 70, não houve nenhuma emancipação, o que torna os dados apresentados comparáveis.

Tabela 13 – Total da população e distribuição relativa. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 1970, 1980, 1991 e 2000.

Estado, Microrregião e Município	1970		1980		1991		2000	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Estado de São Paulo	17.770.975		25.042.074		31.588.925		37.032.403	
Mogi das Cruzes	312.060	100,0	519.028	100,0	816.592	100,0	1.130.965	100,0
Microrregião								
Municípios								
Biritiba Mirim	9.033	2,9	13.374	2,6	17.833	2,2	24.653	2,2
Guararema	12.638	4,0	15.105	2,9	17.961	2,2	21.904	1,9
Ferraz de Vasconcelos	25.134	8,1	55.046	10,6	96.166	11,8	142.377	12,6
Itaquaquecetuba	29.114	9,3	73.068	14,1	164.957	20,2	272.942	24,1
Mogi das Cruzes	138.751	44,5	197.935	38,1	273.175	33,5	330.241	29,2
Poá	32.373	10,4	52.787	10,2	76.302	9,3	95.801	8,5
Salesópolis	9.557	3,1	10.657	2,1	11.359	1,4	14.357	1,3
Suzano	55.460	17,8	101.056	19,5	158.839	19,5	228.690	20,2
São Paulo	5.924.612		8.493.217		9.646.185		10.434.252	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A população de Itaquaquecetuba apresentou um acréscimo significativo, multiplicando-se por aproximadamente 10 vezes no espaço de 30 anos e representando em 2000, 20,2% da população quando há 30 anos atrás representava 9,3% da microrregião; os municípios de Suzano e Ferraz de Vasconcelos, em menor ritmo, apresentaram aumento no total da população da microrregião. As taxas geométricas de crescimento anual populacional, na

tabela 14, apresentam a evolução do crescimento para cada um dos municípios aqui considerados.

**Tabela 14 - Taxa geométrica de crescimento anual da população.
Estado de São Paulo e Municípios. 1970/1980, 1980/1991,
1991/2000 e 2000/2004.**

Estado e Municípios	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2004
Estado de São Paulo	3,49	2,12	1,81	1,55
Municípios				
Biritiba Mirim	4,00	2,64	3,68	3,19
Ferraz de Vasconcelos	8,16	5,18	4,53	3,84
Guararema	1,80	1,60	2,23	1,97
Itaquaquetuba	9,64	7,67	5,86	4,65
Mogi das Cruzes	3,62	2,97	2,16	1,85
Poá	5,01	3,41	2,60	1,90
Salesópolis	1,09	0,56	2,65	2,17
Suzano	6,18	4,21	4,15	3,49
São Paulo	3,67	1,15	0,91	0,60

Fonte: Fundação SEADE. [www.seade.sp/informações dos municípios paulistas](http://www.seade.sp/informações%20dos%20municípios%20paulistas).

Os municípios de Itaquaquetuba, Arujá e Ferraz de Vasconcelos apresentaram as maiores taxas de crescimento. Em razão de sua localização privilegiada em relação à capital paulista, esse crescimento pode ter ocorrido em busca de novas possibilidades de trabalho, tornando-as cidades dormitórios, o que pode ser constatado pela enorme movimentação de pessoas rumo a capital de São Paulo para trabalhar ou em busca de emprego³³.

³³ Vide tabela 18.

Tabela 15 - População total e distribuição relativa por sexo, densidade demográfica e área total. Microrregião de Mogi das cruzes e Municípios – 2000.

Microrregião e Municípios	Masculino	Feminino	Total	(%)	Área Total (Km²)	Densidade Demográfica
Mogi das Cruzes Microrregião	560.129	570.836	1.130.965	100	2.061	549
Municípios						
Biritiba-Mirim	12.501	12.152	24.653	2,2	317	78
Ferraz de Vasconcelos	70.199	72.178	142.377	12,6	28	5.013
Guararema	11.109	10.795	21.904	1,9	271	81
Itaquaquetuba	136.213	136.729	272.942	24,1	82	3.337
Mogi das Cruzes	162.636	167.605	330.241	29,2	725	455
Poá	46.957	48.844	95.801	8,5	17	5.570
Salesópolis	7.263	7.094	14.357	1,3	426	34
Suzano	113.251	115.439	228.690	20,2	195	1.175

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 2000.

A tabela 15 ilustra a distribuição espacial da população da microrregião em estudo com os dados do Censo Demográfico de 2000, onde o município mais populoso é Mogi das Cruzes, seguido de Itaquaquetuba e Suzano.

Os municípios de Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquetuba são os mais povoados, estes, mais o município de Suzano, formam um único bloco, pois não se percebe nenhuma descontinuidade física entre as áreas urbanas dessas regiões.

Salesópolis, Biritiba Mirim e Guararema apresentaram as menores densidades demográficas, apesar de possuírem as maiores áreas da microrregião, 426, 317, 271 km² respectivamente, esses municípios são apenas menores que Mogi das Cruzes, com uma área de 725 Km².

Levando-se em conta o histórico da formação da região, apresenta-se a população do município de Mogi das Cruzes no início do século XX até o último levantamento populacional feito pelo Censo Demográfico de 2000 e também a cronologia da emancipação de vários municípios oriundos de Mogi das Cruzes, a fim de compatibilizar a análise temporal do mesmo espaço geográfico.

A tabela 16 apresenta a população mogiana no início do século XX. Em 1900, o município abrigava 15.694 pessoas, na década de 70 o município abrigava 137.853 pessoas.

Tabela 16 - População residente. Município de Mogi das Cruzes. 1900, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970.

Ano	Total
1900	15.694
1920	29.158
1940	48.322
1950	61.553
1960	99.616
1970	137.853

Fonte: SEADE. www.seade.sp.gov.br

O Quadro 02 reforça as informações da tabela 16, ambas representam um conjunto de informações que são os anos dos desmembramentos dos municípios da microrregião de Mogi das Cruzes e de outros municípios que não fazem parte da atual microrregião e a população nos anos censitários. As mesmas fornecem informações históricas acerca da distribuição espacial da população.

Quadro 02 – Relação dos municípios emancipados do município de Mogi das Cruzes por ano.

Municípios	Ano
Jacareí	1653
Santa Isabel	1832
Itaquaquecetuba	1953
Salesópolis	1857
Guararema	1898
Arujá	1938
Poá	1948
Suzano	1948
Ferraz de Vasconcelos	1948
Biritiba Mirim	1964

Fonte: SEADE. www.seade.sp.gov.br

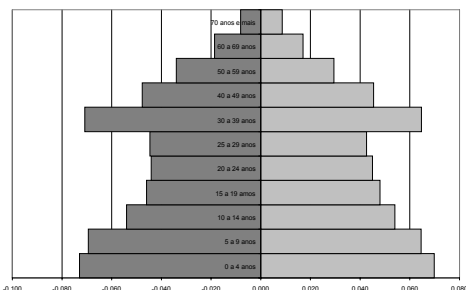
Jacareí, localizado no Vale do Paraíba, foi o primeiro distrito a emancipar-se de Mogi das Cruzes. Dos dez municípios apresentados no quadro anterior, três emancipações ocorreram no século XIX e seis no século XX, onde o município de Biritiba Mirim foi o último.

3.3.2 Estrutura por Idade e Sexo da População de Mogi das Cruzes

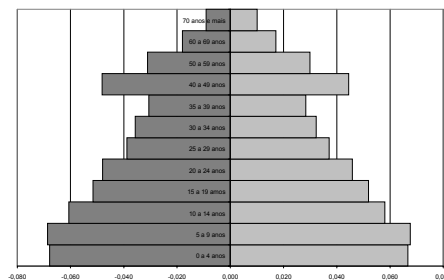
Considerando as pirâmides etárias do município ao longo das últimas décadas do século XX podemos observar importantes transformações na sua população.

**Gráfico 01 – Composição da população residente por sexo e grupos de idade.
Município de Mogi das Cruzes. 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.**

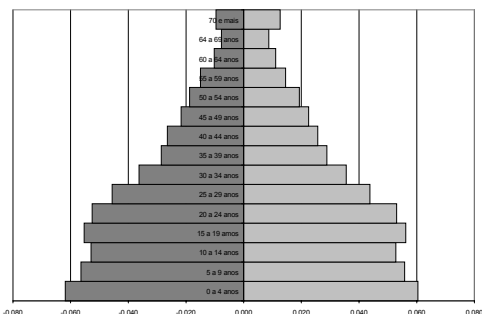
1960



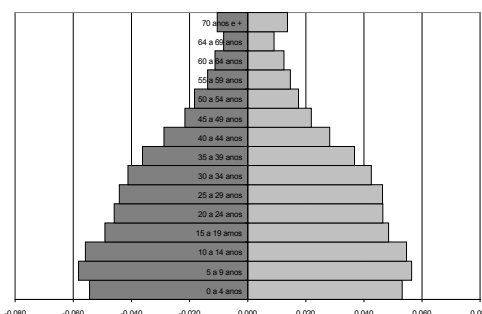
1970



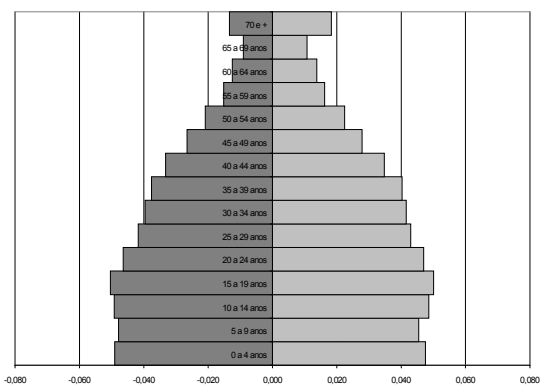
1980



1991



2000



	Mulher
	Homem

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Primeiramente, podemos observar que a seqüência de pirâmides apresenta estreitamento de sua base, indicando o declínio da participação de crianças de 0 a 4 anos no total da população, fruto da diminuição do número de nascimentos, ou seja, declínio da fecundidade, as mulheres em idade reprodutiva passaram a ter menos filhos com o transcorrer dos anos.

Ao contrário do que ocorrera com a base, o topo sofreu alargamento, indicando o crescimento da expectativa de vida da população mogiana. Esses dois fenômenos nos levam a concluir que a população sofreu o envelhecimento pela base e pelo topo. Aumento absoluto de idosos e de sua participação na população total.

A seqüência das pirâmides ilustra o fenômeno chamado de “onda jovem”, claramente observado no ano de 2000, em função da elevada fecundidade na década de 70 e início de 80, provocando um expressivo contingente de jovens nas pirâmides (MADEIRA, 1988; ARIAS, 1988).

As pirâmides mostram também que a expectativa de vida da mulher vem aumentando com o decorrer do tempo, tornando o topo do lado feminino mais largo que o masculino. Algumas implicações sobre a dinâmica observada nas pirâmides não podem ser deixadas de lado. A primeira refere-se à onda jovem que precisa ser alocada em postos de trabalho e a sua segunda implicação encontra-se na quantidade em termos absolutos de nascimentos provocados pela existência de um expressivo número de mulheres em idade reprodutiva. Em relação ao mercado de trabalho da “onda jovem”, dado o baixo crescimento econômico apresentado pelo Brasil nos últimos anos, a oferta de mão-de-obra não acompanhou a demanda, gerando assim, um enorme e crescente déficit de emprego, sobretudo, nas grandes cidades o que poderá trazer sérias conseqüências para a sociedade (MADEIRA, 1988).

Um outro aspecto importante a ser observado quanto ao envelhecimento populacional que juntamente com o nível de desemprego e as atividades informais, portanto, de empregos informais é a questão previdenciária. (BELTRÃO e OLIVEIRA, 1999; CAMARANO et al., 1999)

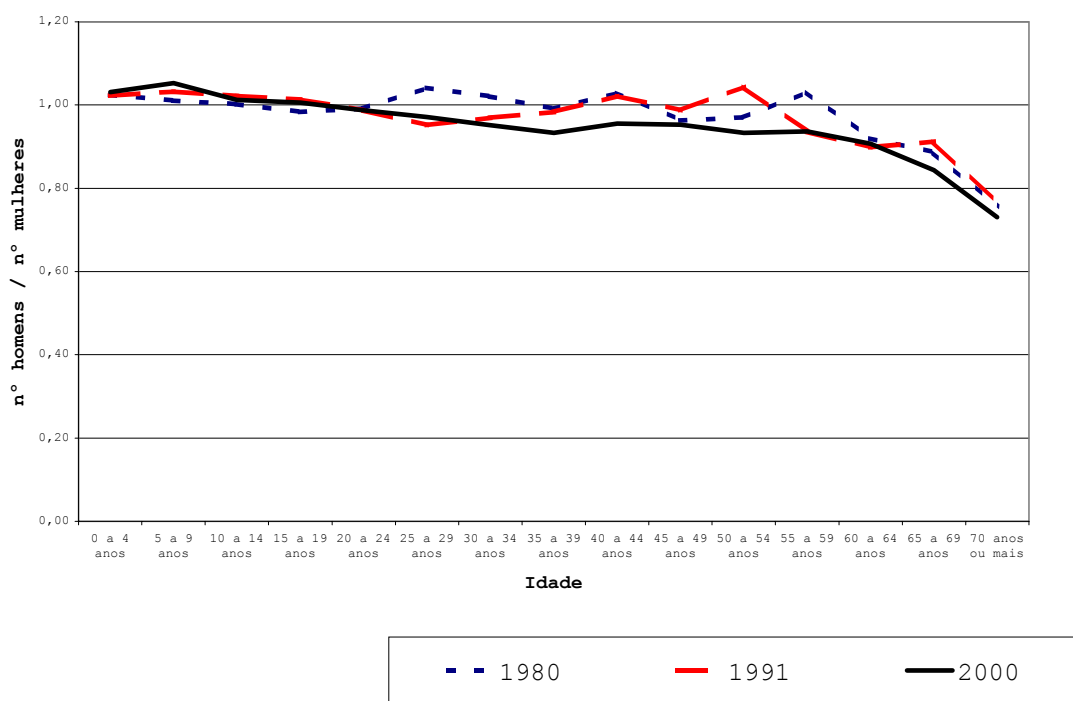
O alargamento apresentado no topo das pirâmides, cujos dados foram retirados dos Censos Demográficos de 60³⁴ e 70 refletem o fluxo imigratório de Mogi das Cruzes. O Censo Demográfico de 60 não nos fornece muitas pistas a nível municipal com o intuito de investigar o alargamento da faixa etária de 30 a 40 anos. Observou-se, nesse grupo, a entrada de imigrantes de outros estados, de outros municípios e de estrangeiros, sobretudo de japoneses. No Censo Demográfico de 70, encontramos 22.071 pessoas naturais de outros estados, o Estado de Minas Gerais representou 61,82% do total, seguido de Rio de Janeiro (mais o estado da Guanabara), Bahia e Paraná com 8,63%, 6,96%, respectivamente do total dos não naturais.

Construímos a razão de sexo³⁵ no município de Mogi das Cruzes para os censos de 1980, 1991 e 2000, mas o mesmo não foi possível para os anos anteriores, pois os números de classes das idades foram publicadas em menor quantidade e não permitiriam a comparabilidade entre os anos.

³⁴ Os fluxos imigratórios a nível municipal foram levantados pela primeira vez no Censo Demográfico de 1960. Questões como naturalidade, tempo ininterrupto de residência e situação de domicílio do emigrado foram indagados.

³⁵ Razão de Sexo é a razão entre o número de homens dividido pelo número de mulheres para cada grupo de idade. Newell (1988, p.27) levanta três pontos sobre a razão de sexo. Primeiro, "The Sex Ratio at Birth; Segundo, Sex differences in mortality and differential migration"

Gráfico 2 - Razão de sexo: população residente por sexo e grupo de idade. Município de Mogi das Cruzes – 1980, 1991 e 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991 e 2000.

Através do gráfico anterior, observamos no ano de 2000, a tendência de declínio da razão de sexo, o que nos indica o aumento da proporção de mulheres com o avançar da idade em relação aos homens no município de Mogi das Cruzes.

As décadas de 1980, 1991 e 2000 não apresentaram a mesma tendência; em 1980 e 1991 detectamos grupos etários onde os homens encontram-se em maior quantidade que as mulheres.

3.3.3 Imigração e Distribuição Espacial da População

Os movimentos imigratórios do final do século XX e início do século XXI sinalizam a mudança no sentido do fluxo da capital de São Paulo, observada na seguinte tabela 17.

Tabela 17 – Trocas Migratórias Líquidas. Estado de São Paulo e Municípios –1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000.

Estado e Município	1970/1980	1980/1991	1991/2000
Estado de São Paulo	3.083.173	586.664	147.443
Municípios			
Biritiba Mirim	1.888	667	448
Ferraz de Vasconcelos	23.281	24.874	3.004
Guararema	523	333	155
Itaquaquecetuba	34.257	65.489	8.433
Mogi das Cruzes	22.483	24.287	1.873
Poá	10.469	6.981	535
Salesópolis	-1.298	-2016	106
Suzano	28.769	25.272	4.137
São Paulo	1.143.946	-755.965	-50.824

Fonte: Fundação SEADE, www.seade.sp/informações dos municípios paulistas - 1991/2000, O Novo Retrato de São Paulo – 1970/1980 e 1980/1991.

Na tabela 17 observou-se a tendência do saldo migratório para os municípios da microrregião de Mogi das Cruzes, para o município de São Paulo e para o Estado. Constatamos que o Estado paulistano apresentou expressiva queda em seu saldo migratório ao longo dos 30 anos, de 3.083.173 pessoas de 1970/1980 para 147.443 pessoas em 1991/2000, ou seja, 21 vezes menor. A capital paulista apresentou em 1970/1980 saldo positivo de 1.143.946 pessoas, incremento expressivo sobre a população municipal; nas décadas seguintes o saldo migratório da capital foi negativo, ou seja, a emigração foi maior que a imigração.

Os municípios de Biritiba Mirim, Guararema e Salesópolis não apresentaram saldos migratórios expressivos durante o período apresentado, esse resultado pode ter ocorrido devido à baixa oferta de empregos e pela dependência que os mesmos apresentam do setor agrícola.

O saldo migratório de 1980/1991 foi muito significativo em Itaquaquecetuba com um valor de 65.489 pessoas; para uma população, segundo o Censo Demográfico de 1991, de 164.957 pessoas, elevação esta que pode ser justificada pela expansão da periferia da capital paulista. O mesmo fenômeno pode ser observado no município de Ferraz de Vasconcelos

onde no mesmo período obteve um saldo migratório de 24.874 para uma população de 96.166 pessoas, segundo o Censo de 1991.

O saldo de 1991/2000 apresentou redução na maior parte dos municípios da microrregião, na capital e no Estado de São Paulo, com exceção de Salesópolis, que apresentou crescimento e o primeiro saldo positivo nesses últimos 30 anos. Percebemos que os fluxos migratórios tornaram-se menos intenso vis a vis de 1980/1991 e 1970/1980 dado o baixo crescimento econômico da região e provavelmente pela abertura de novas oportunidades de trabalho, ou melhores condições de vida em outras regiões.

O deslocamento para o trabalho ou estudo pode ser obtido no Censo de 2000 e assim observar a movimentação de pessoas em busca de emprego e educação. Primeiramente tabulou-se os dados estatísticos cujo destino foi a capital de São Paulo para todos os municípios da microrregião. Essa tabulação justifica-se pela proximidade geográfica da microrregião com a capital do Estado de São Paulo e sua influência pode ser observada na seguinte tabela.

Tabela 18 – População total e distribuição relativa por deslocamento para estudo ou trabalho para o município de São Paulo. Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 2000.

Microrregião e Municípios	Total	(%)
Mogi das Cruzes Microrregião	80.657	100,0
Municípios		
Biritiba-Mirim	256	0,3
Ferraz de Vasconcelos	23.012	28,5
Guararema	433	0,5
Itaquaquecetuba	27.760	34,4
Mogi das Cruzes	7.903	9,8
Poá	10.032	12,4
Salesópolis	62	0,1
Suzano	11.199	13,9

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Fundação IBGE. Tabulação Própria.

Quanto ao deslocamento para educação ou trabalho para a capital paulista, a idéia lançada acerca do deslocamento da periferia da capital dos municípios como Ferraz de

Vasconcelos (continuidade do bairro de Guaianazes da capital paulista) e do município de Itaquaquetuba (bairro Itaim Paulista) é reforçada.

Tabela 19 – Distribuição relativa e total da população segundo deslocamento para trabalho ou estudo segundo. Municípios da Microrregião de Mogi das Cruzes. 2000.

DE / PARA	Biritiba M.	Ferraz V.	Guararema	Itaqua	Mogi C.	Poá	Salesópolis	Suzano	Total	Absoluto
Biritiba-Mirim	---	0	0	1,4	79,0	0,6	13,1	5,9	100	1444
Ferraz de Vasconcelos	0,2	---	0,0	10,9	22,7	42,3	0,0	23,8	100	3670
Guararema	0,0	1,4	---	0,0	92,4	2,4	0,0	3,8	100	419
Itaquaquetuba	0,2	4,0	0,5	---	19,8	35,0	0,0	40,5	100	5470
Mogi das Cruzes	2,7	5,2	1,8	12,0	---	5,7	1,4	71,3	100	7379
Poá	0,1	29,1	0,2	17,4	17,2	---	0,0	36,1	100	8400
Salesópolis	15,5	1,6	1,9	2,6	70,4	0,0	---	8,0	100	574
Suzano	0,4	8,3	0,4	20,3	53,0	17,3	0,3	---	100	6830

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria.

A tabela 19 permite visualizar as locomoções entre os municípios da microrregião e nela observou-se a interação existente entre os municípios na demanda por educação e emprego.

O deslocamento de pessoas para o trabalho ou estudo de Suzano para Mogi das Cruzes representa 53% do total e o deslocamento inverso representa 71,3% do total, o que nos faz sugerir a interação econômica que esses municípios apresentam por serem favorecidos pela proximidade geográfica.

Guararema, Biritiba Mirim e Salesópolis apresentam os maiores percentuais de movimentação na microrregião para o município de Mogi das Cruzes; 92,4%, 79,0% e 70,4%, respectivamente, devido à elevada presença de trabalhadores e estudantes na cidade sede da microrregião.

O município de Suzano também apresenta forte atração em relação às cidades vizinhas, Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Além da

proximidade entre os municípios anteriormente citados Suzano comporta um expressivo pólo industrial, atraindo mão-de-obra de várias partes da microrregião.

3.3.4 Situação de Domicílio e a Principal Atividade Econômica

A evolução da situação de domicílio e da principal atividade econômica das regiões do entorno da microrregião de Mogi das Cruzes apresentam características distintas que valem a pena serem observadas (tabela 20).

Tabela 20 – Distribuição relativa da população por situação de domicílio. Municípios da Microrregião de Mogi das Cruzes. 1970, 1980, 1991 e 2000.

Municípios	Urbana (%)				Rural (%)			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Biritiba-Mirim	36	56,5	82,8	84,3	64	43,5	17,2	15,7
Ferraz de Vasconcelos	98,7	99,6	98,8	99,2	1,3	0,4	1,2	0,8
Guararema	26	46,1	79	80,9	74	53,9	21	19,1
Itaquaquetuba	76,1	100	100	100	23,9	0	0	0
Mogi das Cruzes	79,5	88,4	90,4	91,5	20,5	11,6	9,6	8,5
Poá	98	99,5	99	98,8	2	0,5	1	1,2
Salaesópolis	34,2	49,4	59,3	60,9	65,8	50,6	40,7	39,1
Suzano	60,9	94,2	95,7	96,8	39,1	5,8	4,3	3,2

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

A população do município de Itaquaquetuba encontra-se 100% na área urbana, fruto da expansão da periferia paulista; o mesmo fenômeno ocorre no município de Ferraz de Vasconcelos e Poá.

As regiões predominantemente agrícolas possuem as menores taxas de urbanização de sua população, são elas Salaesópolis (60,9%), Guararema (76,4%) e Biritiba Mirim com 81,4% da população vivendo na área urbana; não obstante, apesar da elevada urbanização em

Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos, isso não significa que a atividade agrícola seja inexistente.

No entanto, todos os municípios apresentaram tendência de aumento na taxa de urbanização de sua população e o maior crescimento ocorreu na década de 80, principalmente nos municípios rurais. Guararema apresentou 77% de crescimento em 1980, seguida de Biritiba Mirim 56,8%, e Salesópolis 44,4%. No Censo de 1991, Guararema apresentou 71,3%, Biritiba Mirim 46,9% e Salesópolis 19,9%. Os municípios de Suzano e Itaquaquecetuba apresentaram elevado crescimento na urbanização apenas no Censo de 80, com 44,4% e 31,5%, respectivamente.

O município sede da microrregião apresentava, em 1940 63,4% de sua população em área rural e 36,6% em área urbana. Sessenta anos mais tarde, em 2000, a população da área rural representava 8,5% contra 91,5% na área urbana. A inflexão deve ter ocorrido entre os anos de 1950 e 1970³⁶.

Tabela 21 – Distribuição relativa da população por situação de domicílio e sexo. Município de Mogi das Cruzes. 1940, 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000.

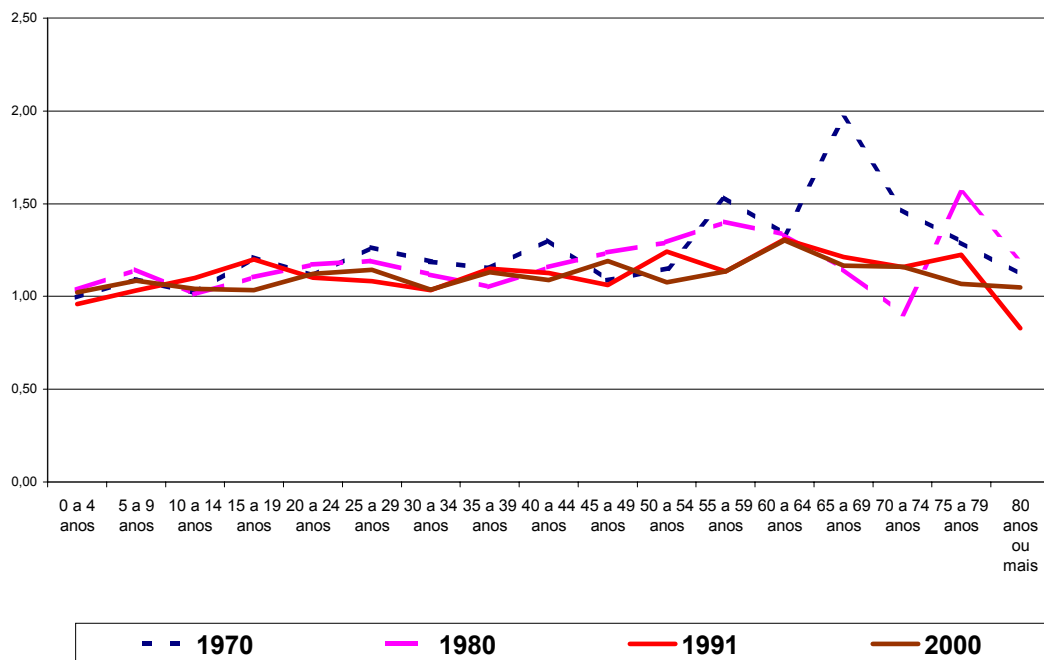
Ano	Urbano (%)			Rural (%)		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1940	17,8	18,8	36,6	31,8	31,6	63,4
1950	21,8	22,0	43,8	28,2	28,0	56,2
1970	39,9	39,5	79,5	11,0	9,6	20,5
1980	44,3	44,1	88,4	6,1	5,5	11,6
1991	44,7	45,6	90,4	5,0	4,6	9,6
2000	44,8	46,7	91,5	4,4	4,1	8,5

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1970, 1980, 1991 e 2000.

A tabela 21 forneceu subsídios para a construção da razão de sexo para a situação de domicílio, percebemos um setor rural predominantemente masculino e em idades mais avançadas. O gráfico 03 a seguir ilustra tal situação.

³⁶ Não foi encontrada a situação de domicílio a nível municipal no Censo Demográfico de 1960.

Gráfico 03 – Razão de sexo: população residente por situação de domicílio rural, sexo e grupo de idade segundo o Município de Mogi das Cruzes – 1970, 1980, 1991 e 2000.



Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Desde 1940 até o final do período, constata-se em praticamente todas as classes uma razão na qual o número de homens supera o número de mulheres, cujo valor aumenta conforme o avançar da idade.

Objetivando compreender melhor a transferência da população do chamado rural para o urbano, considerou-se a dimensão da ocupação da atividade³⁷ principal levantada pelos Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; essas informações foram utilizadas para confrontar os resultados apresentados anteriormente sobre a situação de domicílio; na

³⁷ A diferença entre a situação de ocupação com a principal atividade que foi construída sem a categoria não aplicável, pois a mesma era representada por crianças com menos de 10 anos e para as pessoas que não tinham trabalhado na semana de referência do Censo Demográfico, no nosso caso, 1980, 1991 e 2000.

tabulação construída constatamos que os percentuais do número de pessoas que trabalham em atividades tipicamente rurais divergem dos percentuais da situação domiciliar.

Tabela 22 – Distribuição relativa da população por atividade principal agropecuária e situação de domicílio rural. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios – 1980, 1991 e 2000.

Estado, Microrregião e Municípios.	Principal Atividade Agropecuária (%)			Situação de Domicílio Rural (%)		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
Estado de São Paulo	11,4	8,0	5,8	11,36	7,20	6,61
Mogi das Cruzes	8,7	5,0	4,1	9,7	5,9	4,7
Municípios						
Biritiba-Mirim	44,5	35,6	28,0	43,5	17,2	15,7
Ferraz de Vasconcelos	0,8	0,6	0,5	0,4	1,2	0,8
Guararema	29,5	15,9	11,2	53,9	21,0	19,1
Itaquaquetuba	3,0	1,7	1,1	0,0	0,0	0,0
Mogi das Cruzes	10,4	6,2	5,7	11,6	9,6	8,5
Poá	0,7	1,0	0,4	0,5	1,0	1,2
Salesópolis	38,5	32,7	27,4	50,6	40,7	39,1
Suzano	6,7	4,1	3,3	5,8	4,3	3,2

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Os municípios de maiores percentuais de população em áreas rurais como Biritiba Mirim, Salesópolis e Guararema, apresentaram situações diferentes. Biritiba Mirim e Guararema apresentaram percentual de ocupação em atividades agropecuária maior que porcentagem da população segundo a condição de domicílio. Em contrapartida, o município de Salesópolis apresentou percentual da população em área rural maior que o percentual da população em atividade agropecuária.

Os municípios com maiores taxas de urbanização como Itaquaquetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá, também apresentaram diferentes situações. Poá e Ferraz de Vasconcelos obtiveram um maior percentual na variável situação de domicílio.

Destacamos o município de Itaquaquetuba que apesar dos Censos Demográficos considerarem 100% urbanizado, apresentava 1,1% da população ocupada em atividade agropecuária, o município, segundo dados do Instituto Econômico e Agrícola (IEA), foi o quinto maior produtor de alface do Estado de São Paulo em 2004 e pela especificidade do

produto, ou seja, produção de forma extensiva, requer abundante proporção de terras para plantio. Para reforçar os dados do IEA, apresentamos o resultado do valor adicionado do setor agropecuário, componente do PIB municipal.

Tabela 23 – Valor Adicionado do setor agropecuário e sua distribuição relativa. Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 1999 – 2002.

Microrregião e Municípios	Valor Adicionado Agropecuária (Em Mil R\$)				Valor Adicionado Agropecuária (%)			
	1999	2000	2001	2002	1999	2000	2001	2002
Mogi das Cruzes Microrregião Municípios	176.101	164.426	319.564	365.890	2,4	2,1	3,8	3,9
Biritiba-Mirim	41.052	38.935	70.278	79.563	35,4	34,7	44,9	45,4
Guararema	9.723	8.654	19.136	23.719	8,3	7,3	11,7	7,9
Ferraz de Vasconcelos	89	101	120	125	0,02	0,02	0,02	0,02
Itaquaquetuba	2.389	2.156	4.301	4.296	0,2	0,2	0,4	0,4
Mogi das Cruzes	89.193	75.064	171.843	191.805	4,7	3,6	7,5	7,6
Poá	336	287	541	558	0,1	0,1	0,1	0,1
Suzano	17.512	19.302	30.213	32.131	0,7	0,7	1,1	1,1
Salesópolis	15.807	19.928	23.133	33.693	23,1	31,1	33,6	23,6

Fonte: Fundação IBGE, Coordenação de Contas Nacionais, Produto Interno Bruto dos Municípios 1999-2002.

O município de Itaquaquetuba apresenta taxa de urbanização maior que os municípios de Ferraz de Vasconcelos e Poá; por outro lado, a participação e os valores gerados pela agropecuária de Itaquaquetuba são 34,4 vezes maiores que Ferraz de Vasconcelos e 7,7 vezes maiores que o município de Poá em 2002.

O setor agropecuário do município de Mogi das Cruzes representava, em 2002, 52% do valor adicionado do setor na microrregião, seguida de Biritiba Mirim com 21,7%, Salesópolis, 9,2% e Suzano com 8,8%.

Não aprofundaremos na questão rural e urbana em nossa região delimitada, mas vale ao menos levantar que a discussão entre a definição de rural e urbano atravessa uma série de controvérsias e estudos realizados por muitos especialistas e acadêmicos.

Segundo a Fundação IBGE, a situação de domicílio é uma definição adotada pela administração municipal; o que implica no volume do recolhimento do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) para os domicílios e terrenos em área urbana, enquanto que as áreas localizadas no setor rural recolhem o Imposto sobre a propriedade Territorial Rural, de menor valor e para a União.

Por fim, vamos analisar a Taxa de Mortalidade Infantil e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida síntese do desenvolvimento da região, pois levam em consideração a escolarização, longevidade e a renda per capita em paralelo com o IDH nacional.

Tabela 24 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Brasil e Municípios. 1970, 1980, 1991 e 2000.

Brasil e Municípios	1970	1980	1991	2000
Brasil	0,462	0,685	0,742	0,766
Municípios				
Biritiba-Mirim	0,439	0,660	0,706	0,750
Ferraz de Vasconcelos	0,508	0,685	0,721	0,772
Guararema	0,444	0,662	0,739	0,798
Itaquaquecetuba	0,461	0,654	0,675	0,744
Mogi das Cruzes	0,586	0,706	0,779	0,801
Poá	0,558	0,700	0,787	0,806
Salesópolis	0,436	0,668	0,681	0,748
Suzano	0,541	0,702	0,758	0,775

Fonte: Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. www.ipeadata.gov.br.

O IDH dos municípios da região estudada não se encontra muito distante do IDH nacional. Em 2000, os municípios de Biritiba-Mirim, Itaquaquecetuba e Salesópolis ficaram abaixo do IDH do Brasil. Fatores como menor taxa de escolarização e renda per capita podem ter influenciado o resultado final.

A Taxa de Mortalidade Infantil é um outro indicador que pode mostrar o desenvolvimento dos municípios, pois partimos do princípio que, menores taxas de mortalidade infantil significam melhores condições de saneamento básico, disponibilidade e

eficiência dos recursos médicos, aumento da escolarização, principalmente entre as mulheres, entre outros aspectos.

Tabela 25 – Taxa de Mortalidade Infantil por ano. Municípios da Microrregião de Mogi das Cruzes e capital paulista. 1980 - 2003.

Ano	Biritiba	Ferraz	Guararema	Itaquá	Mogi	Poá	Salesópolis	Suzano	São Paulo
1980	78,38	132,29	49,22	93,38	55,02	107,42	72,51	84,86	50,62
1981	52,75	179,36	72,51	138,84	55,60	128,07	42,04	90,05	49,80
1982	54,23	124,59	42,74	92,26	56,52	94,03	37,74	61,16	47,53
1983	40,57	122,79	51,14	86,94	49,70	80,58	50,96	58,34	41,24
1984	82,93	124,73	37,50	99,59	62,86	78,05	54,15	59,00	48,44
1985	31,55	87,80	49,38	71,27	45,21	56,43	62,30	60,74	37,03
1986	34,40	53,72	48,23	86,35	42,11	37,37	82,39	40,86	36,16
1987	43,28	44,34	30,77	71,35	43,51	39,07	60,24	54,91	33,54
1988	34,93	48,17	34,99	66,14	44,98	40,19	45,33	59,85	34,79
1989	72,26	45,52	45,71	68,13	34,44	41,49	41,06	59,57	31,03
1990	19,14	36,92	66,12	58,11	34,49	44,55	51,61	70,44	30,90
1991	38,19	38,64	37,04	45,83	32,83	29,67	31,55	48,21	26,03
1992	60,30	43,13	32,34	42,43	30,60	35,79	26,23	49,67	25,23
1993	52,11	32,16	35,40	52,29	36,96	26,12	56,60	51,49	25,68
1994	38,72	37,66	45,95	45,95	29,06	24,88	27,03	42,58	23,39
1995	49,02	35,88	44,81	38,99	29,80	21,42	33,11	38,08	23,45
1996	47,21	25,29	37,95	43,91	34,25	23,44	50,31	30,57	21,63
1997	31,82	29,32	20,04	40,04	22,77	18,49	12,70	36,71	19,86
1998	16,29	19,42	19,78	32,50	22,31	15,51	23,53	23,82	17,90
1999	20,08	18,67	10,33	26,74	20,63	14,27	22,73	22,76	16,29
2000	32,32	21,41	25,64	22,51	22,03	13,71	17,65	23,75	15,80
2001	27,43	17,37	18,99	19,81	21,05	16,42	17,18	23,68	15,35
2002	13,16	17,84	15,91	15,82	21,49	11,10	33,96	21,78	15,10
2003	28,85	20,53	14,96	19,02	17,67	14,39	14,65	20,86	14,23

Fonte: Fundação SEADE. www.seade.sp/informações dos municípios paulistas.

Em 1980, o município de Ferraz de Vasconcelos apresentava a maior taxa de mortalidade infantil (132,29); seguido de Poá (107,42) e Itaquaquecetuba (93,38). E as menores taxas eram encontradas no município de Guararema (49,22); Mogi das Cruzes (55,02) e Salesópolis (52,51).

Itaquaquecetuba possuía uma taxa 2,7 maior que o município de menor taxa de mortalidade infantil, Guararema.

Em 2003 o município de Itaquaquecetuba deixou a liderança de maior taxa de mortalidade infantil para o município de Biritiba Mirim que apresentou 28,85 seguida de Suzano (20,86) e Ferraz de Vasconcelos com (20,53), onde a diferença entre o de maior índice (Biritiba Mirim) com o de menor (Poá), era aproximadamente o dobro, situação muito próxima a de 1980. Não há nenhuma característica econômica e social em comum entre esses municípios que justifique a existência das mais elevadas taxas da região e distante da taxa encontrada para a capital de São Paulo.

Em termos econômicos, o município de Biritiba Mirim é voltado à atividade agropecuária. Salesópolis e Guararema acompanhariam o mesmo ramo, entretanto, estes municípios e o município de Poá obtiveram as menores taxas da região, próximas da capital paulista em 2003.

As taxas de mortalidade infantil, apresentadas na tabela 25, para os municípios da microrregião de Mogi das Cruzes e ainda a capital paulista, não apresentam homogeneidade em seu declínio. Observa-se que existem períodos em que a taxa de mortalidade infantil eleva-se significativamente. Apesar dessa oscilação, é inegável a constatação de seu declínio.

Políticas públicas, investimento em saneamento básico e educação podem ter contribuído para os baixos níveis de mortalidade infantil em Salesópolis e Guararema. E se o nível econômico determinasse o nível das condições de vida da população, Suzano deveria apresentar as melhores taxas de desenvolvimento humano como IDH, alfabetização e outros.

A microrregião, rica em termos de diversificação da produção agrícola, contemplada com a horticultura, fruticultura, floricultura, fungos e madeira para papel e celulose merece uma maior atenção dos órgãos públicos locais e capitais privados, que possam fomentar o desenvolvimento da mesma, via incorporação de mais conhecimento através de institutos de pesquisas, ou mesmo pelas universidades existentes.

As universidades locais, por não possuírem cursos voltados ao setor agrícola, acabam oferecendo outros cursos como administração ou ciências contábeis, importantes para o desempenho e desenvolvimento da propriedade agrícola mas que não proporcionam ao produtor rural um maior conhecimento técnico para o melhoramento dos produtos destinados a um mercado cada vez mais competitivo.

O setor industrial da microrregião, além de atender o mercado local, é favorecido pela infra-estrutura rodoviária e ferroviária, que permite o escoamento da produção para a capital paulista, região de Campinas, porto de Santos, Rio de Janeiro e Vale do Paraíba.

Os dados demográficos referentes à situação de domicílio foram confrontados com duas variáveis: valor adicionado do setor agropecuário que nos fornece índice de produção agrícola municipal e pela distribuição da população nas atividades agropecuárias. A situação de domicílio e a ocupação no setor agropecuário apresentaram valores distintos.

A mobilidade populacional não apresentou uniformidade. Pela proximidade da capital paulista e facilitado pelo acesso ferroviário e rodoviário, foi notório o deslocamento populacional dos municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba para São Paulo; contudo os municípios de Salesópolis, Biritiba Mirim e Guararema apresentaram maiores deslocamentos para Mogi das Cruzes.

Ante o exposto, não encontramos uma relação direta entre os indicadores econômicos, PIB e PIB per capita com o IDH e a taxa de mortalidade infantil. Guararema com menor PIB que Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba, apresentou maior IDH entre os municípios citados anteriormente, o que nos leva, a pensar na necessidade de estudar qualitativamente os municípios envolvidos no estudo.

Capítulo 4. Demografia dos Imigrantes Japoneses

4.1 Japoneses em Mogi das Cruzes

Segundo informações do censo de 1940, a maior concentração de imigrantes japoneses se deu no interior paulista. Municípios como, Pereira Barreto, Tupã, Valparaíso e Marília apresentaram 39,68%, 10,04%, 12,28% e 12,12%, respectivamente de japoneses em suas populações; tais dados não levaram em consideração os descendentes dos imigrantes, visto que estes não foram captados nos Censos Demográficos. Destarte, nesse momento, a capital paulista já apresentava a segunda maior concentração de japoneses em termos absolutos, contudo o expressivo contingente populacional da capital de São Paulo tornava os imigrantes japoneses quase inexpressivos se tomarmos como parâmetro de cálculo os valores relativos.

Baseados no Censo de 1940, podemos afirmar que os imigrantes japoneses de Mogi das Cruzes representavam 5,28% da população; importante frisar que os municípios de Biritiba Mirim, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba eram distritos do referido município.

Na tabela 26, podemos observar a concentração da colônia japonesa no interior paulista na década de 40.

Tabela 26 – População residente, população japonesa residente por sexo e percentual da população japonesa. Estado de São Paulo e Municípios selecionados – 1940.

Unidade da Federação e Municípios	Total	Japoneses			% do Estado	% Município
		Homem	Mulher	Total		
São Paulo - Unidade da Federação	7.161.316	70.594	58.363	128.957	100	
Municípios						
Araçatuba	45.721	1.621	1.355	2.976	2,31	6,51
Bauru	55.472	1.129	914	2.043	1,58	3,68
Bela Vista	39.237	1.728	1.428	3.156	2,45	8,04
Cafelândia	36.006	1.340	1.057	2.397	1,86	6,66
Guararapes	28.750	1.450	1.212	2.662	2,06	9,26
Lins	65.486	2.951	2.511	5.462	4,24	8,34
Marília	81.064	5.344	4.481	9.825	7,62	12,12
Mogi das Cruzes	48.322	1.429	1.120	2.549	1,98	5,28
Paraguassu	24.358	1.005	838	1.843	1,43	7,57
Pereira Barreto	10.753	2.307	1.960	4.267	3,31	39,68
Pompéia	55.390	3.342	2.733	6.075	4,71	10,97
Prainha	16.492	1.007	744	1.751	1,36	10,62
Presidente Prudente	75.806	2.238	1.884	4.122	3,2	5,44
Promissão	27.344	1.341	1.158	2.499	1,94	9,14
Sta Cruz do Rio Pardo	44.578	1.308	1.088	2.396	1,86	5,37
São Paulo	1.326.261	4.947	3.976	8.923	6,92	0,67
Tupã	35.583	3.472	2.946	6.418	4,98	18,04
Valparaíso	41.559	2.757	2.348	5.105	3,96	12,28
Santos	165.568	841	759	1.600	1,24	0,97
Total	2.223.750	41.557	34.512	76.069	58,99	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1940. Tabulação própria.

A maioria dos municípios citados na tabela 26 situava-se no interior paulista com exceção de Santos, Prainha, Mogi das Cruzes e São Paulo.

A escolha dos municípios foi realizada tomando-se por base o número absoluto de imigrantes japoneses lá residentes. Retiramos os mais expressivos e tentamos fazer um acompanhamento ao longo dos anos, tarefa esta que não foi bem sucedida devido a falta de dados nos Censos Demográficos³⁸ de 1950 e 1960; a continuação da análise só foi possível com os dados do Censo de 1970.

³⁸ Tentamos utilizar variáveis como cor e religião como *proxy* nos censos de 50 e 60 para identificarmos os japoneses e fornecermos assim, algum indício de mobilidade espacial. No caso da cor, levantamos os dados dos amarelos e para a religião, os budistas e xintoístas. O resultado desse levantamento não nos conduziu ao nosso objetivo de dar continuidade do Censo de 40 e obter o momento do deslocamento para outras regiões. Essas duas variáveis passam a não representar com o transcorrer do tempo devido à busca de outras religiões, uma vez

Na tabela 27³⁹ foram analisados os municípios com maior número absoluto de japoneses na década de 70, e os municípios com maior número de imigrantes no Censo de 1940 foram mantidos e seus dados reavaliados no Censo de 1970.

Tabela 27 – População residente, população japonesa residente e percentual da população japonesa. Estado de São Paulo e Municípios selecionados – 1970.

Estado e Municípios	Total	Japoneses	(%) Estado	(%) Município
São Paulo - Unidade da Federação	17.771.948	109.530	100	
Municípios				
Araçatuba	53.853	1.265	1,15	2,35
Bauru	64.859	881	0,80	1,36
Cafelândia	17.592	177	0,16	1,01
Guararapes	11.751	349	0,32	2,97
Lins	22.538	650	0,59	2,88
Marília	49.063	1.480	1,35	3,02
Mogi das Cruzes	70.674	5.121	4,68	7,25
Paraguassu	11.123	138	0,13	1,24
Pereira Barreto	27.356	735	0,67	2,69
Pompéia	9.079	306	0,28	3,37
Presidente Prudente	52.216	1.338	1,22	2,56
Promissão	10.373	237	0,22	2,28
Santa Cruz do Rio Pardo	17.451	0	0,00	0,00
São Paulo	2.909.645	45.731	41,75	1,57
Tupã	26.285	812	0,74	3,09
Valparaíso	7.419	116	0,11	1,56
Santos	169.019	987	0,90	0,58
Bastos	4.855	1.106	1,01	22,78
Campinas	186.635	1.273	1,16	0,68
Guarulhos	120.414	2.082	1,90	1,73
Ribeirão Preto	104.060	1.009	0,92	0,97
Santo André	211.602	2.216	2,02	1,05
São Bernardo do Campo	104.208	1.477	1,35	1,42
Total	4.262.070	69.486	63,43	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970. Tabulação própria.

Podemos observar uma outra distribuição espacial dos imigrantes que não se encontravam de forma tão significativa no interior, fenômeno explicado pelo deslocamento dos mesmos para outros estados. Entretanto expressiva parte mudou-se para a capital paulista

que a religiosidade nunca foi elemento essencial para os imigrantes e com a entrada de outros asiáticos, sobretudo de chineses e coreanos, nos força deixar de lado a variável cor para a nossa análise.

³⁹ O mesmo critério da tabela 26

ou para os municípios que se encontravam em sua proximidade, entre os quais: Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Mogi das Cruzes. Contudo o município de Bastos foi o que teve maior destaque na concentração de japoneses em relação à população municipal.

Os dados apresentados no Censo de 70 e os demais Censos Demográficos devem ser estudados com cuidado, pois os mesmos podem se referir a dois momentos históricos distintos: antes e pós-segunda guerra mundial, no qual em cada momento o imigrante japonês possui uma característica econômica e social diferente. A imigração japonesa pós-segunda guerra mundial foi direcionada de acordo com a política de Vargas, que objetivava a ocupação do território brasileiro; sendo assim, os imigrantes foram encaminhados para as regiões de fronteira. (SAKURAI, 2004).

A capital paulista abarcou o maior contingente de japoneses, ou seja, 41,8% do total. Mogi das Cruzes representa o segundo contingente com 4,68%, representando 7% da população municipal em 1970.

Nas décadas seguintes, notamos a acentuada tendência da concentração de japoneses na capital de São Paulo e nos municípios marginais. O grande ABC⁴⁰ absorveu imigrantes em consequência do seu desenvolvimento industrial, iniciado por Juscelino Kubstchek no final da década de 50.

Os japoneses da capital paulista dedicaram-se, em sua maioria, inicialmente à agricultura e com o decorrer do tempo passaram a assumir ocupações na indústria e serviços. A educação representou importante papel na vida dos nipônicos pois foi uma das formas encontradas para a ascensão social.

Os estrangeiros presentes em 1970 no município de Mogi das Cruzes podem ser observados na tabela 28:

⁴⁰ Grande ABC, Santo André, São Bernardo e São Caetano. Conhecido pelo pólo industrial automobilístico e pela força que possuía nos movimentos trabalhistas.

**Tabela 28 - População residente e percentual por nacionalidade.
Município de Mogi das Cruzes. 1970.**

Nacionalidade	Total	Percentual
Alemães	106	1,4
Argentino	53	0,7
Austríaco	15	0,2
Espanhol	432	5,7
Italianos	339	4,5
Japoneses	5121	68,0
Libaneses	101	1,3
Norte-americanos	14	0,2
Poloneses	24	0,3
Portugueses	635	8,4
Romenos	44	0,6
Russos	69	0,9
Turcos	0	0,0
Sírios	19	0,3
Uruguaios	4	0,1
Outros	554	7,4
Sem declaração	5	0,1
Total	7535	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970.

Na tabela 28 a população japonesa no município de Mogi das Cruzes corresponde a 68,0% do total da população de estrangeiros no município, seguidos de portugueses 8,4%, espanhóis 5,7% e italianos 4,5%.

Os Censos Demográficos de 60 e 70 apresentaram interessantes resultados acerca do contingente de imigrantes japoneses no Estado de São Paulo. Em 1960, estes representavam a terceira maior colônia, perdendo somente para a portuguesa e a italiana, contudo superando a colônia espanhola.

Em 1970, o Censo Demográfico apontou para uma mudança no “ranking”. Os japoneses passaram a assumir o segundo lugar, atrás dos portugueses e a frente dos italianos e espanhóis⁴¹ no Estado de São Paulo.

No que diz respeito ao crescimento demográfico ocorreram discrepâncias, posto que, tal desenvolvimento não foi acompanhado pela população dos municípios interioranos, o mesmo foi experimentado exclusivamente pela região metropolitana de São Paulo.

⁴¹ Os dados podem ser encontrados no anexo.

Tabela 29 – População residente e distribuição relativa da população. Estado de São Paulo e Municípios selecionados. 1970, 1980, 1991 e 2000.

Estado e Município	1970	(%)	1980	(%)	1991	(%)	2000	(%)
Estado de São Paulo	17.670.013	100,00	24.953.238	100,00	31.436.273	100,00	36.909.200	100,00
Municípios								
Araçatuba	108.512	0,61	129.307	0,52	159.557	0,51	169.254	0,46
Bauru	131.936	0,75	186.659	0,75	261.112	0,83	316.064	0,86
Cafelândia	17.592	0,10	17.480	0,07	15.257	0,05	15.793	0,04
Guararapes	23.324	0,13	22.515	0,09	26.689	0,08	28.843	0,08
Lins	45.555	0,26	51.038	0,20	58.606	0,19	65.952	0,18
Marília	98.176	0,56	121.768	0,49	161.149	0,51	197.342	0,53
Paraguaçu Paulista	21.892	0,12	23.596	0,09	33.840	0,11	39.618	0,11
Pereira Barreto	52.413	0,30	46.366	0,19	49.932	0,16	25.028	0,07
Pompéia	17.877	0,10	16.261	0,07	17.236	0,05	18.171	0,05
Presidente Prudente	105.707	0,60	136.849	0,55	165.484	0,53	189.186	0,51
Promissão	20.544	0,12	20.222	0,08	27.981	0,09	31.105	0,08
Santa Cruz do Rio Pardo	34.412	0,19	33.616	0,13	39.544	0,13	40.919	0,11
Tupã	52.537	0,30	56.587	0,23	61.302	0,20	63.333	0,17
Valparaíso	14.608	0,08	13.297	0,05	16.550	0,05	18.574	0,05
Total	745.085	4,22	875.561	3,51	1.094.239	3,48	1.219.182	3,30

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulação própria.

Conforme já observado, os municípios anteriormente citados apresentaram segundo o Censo Demográfico de 1940, expressivos contingentes de imigrantes japoneses (tabela 26). Nos levantamentos censitários seguintes, constatou-se a ocorrência de despovoamento em alguns municípios como Pereira Barreto e Cafelândia.

Em 1940, Pereira Barreto apresentava a maior participação de japoneses no estado de São Paulo, cerca de 40% da população municipal era formada por nipônicos; o percentual pode ser acentuado quando considerados os descendentes, que por serem brasileiros não foram captados pelo Censo. Esse município, em 1970, abrigava 0,30% do total da população estadual; observa-se um acentuado declínio desde então; 1.980, 0,19%, 1991, 0,16% e em 2000, 0,07%. Essa redução populacional pode ser o resultado dos fluxos emigratórios para as regiões metropolitanas de São Paulo.

Na tabela 29 observamos o declínio na presença da população municipal em relação ao total da população do estado de São Paulo. O total da população dos municípios levantados anteriormente, representavam 4,22%, nos Censos subseqüentes as taxas encontradas foram de 3,51%, 3,48% e 3,30%, respectivamente para os anos de 1980, 1991 e 2000.

A região de governo de Presidente Prudente, com expressiva presença de japoneses, perdeu população e dinamismo no setor agropecuário. Este fator constituiu um dos principais motivos para a procura de outras regiões com maior oferta de trabalho.

A devastação dos pomares de laranja e o surgimento da fibra sintética de algodão deslocaram produtores para as cidades de maior porte e mais próximas e as terras foram compradas e transformadas em latifúndios destinadas à pecuária (CUNHA & ARANHA, 1992).

Tabela 30 - Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – Municípios de Maior População japonesa em 1940.

Municípios	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2004
Bauru	3,53	3,09	2,19	1,71
Cafelândia	-0,06	-1,16	0,27	1,24
Lins	1,14	1,36	1,22	1,05
Promissão	-0,16	2,99	1,23	1,18
Pereira Barreto	-1,22	0,68	-0,26	0,02
Araçatuba	1,77	1,93	1,19	0,97
Guararapes	-0,35	1,56	0,88	0,69
Valparaíso	-0,94	2,01	1,31	1,00
Presidente Prudente	2,62	1,74	1,52	1,31
Paraguaçu Paulista	0,75	3,33	1,82	1,51
Marília	2,18	2,56	2,32	2,05
Pompéia	-0,95	0,51	0,62	0,90
Santa Cruz do Rio Pardo	-0,24	1,48	1,28	1,24
Tupã	0,75	0,73	0,86	0,90

Fonte: Fundação SEADE. [www.seade.sp/informações dos municípios paulistas](http://www.seade.sp/informações%20dos%20municípios%20paulistas).

As taxas de crescimento geométrico dos municípios do interior, demonstradas na tabela 30 e ao compararmos com os municípios da microrregião de Mogi das Cruzes na tabela

14, concluímos que os municípios do interior apresentaram menor crescimento populacional. A população dos municípios com taxas negativas podem ter sido absorvidas pelos municípios próximos ou a população pode ter se dirigido para a região metropolitana de São Paulo (ARANHA, CUNHA, PERILLO; 1992).

A tabela a seguir mostra a evolução da população japonesa de 1970 a 2000.

Tabela 31 – População residente de japoneses e crescimento percentual. Brasil, Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios – 1970, 1980, 1991 e 2000.

Brasil, Estado, Microrregião e Municípios	Total				Crescimento (%)		
	1970	1980	1991	2000	1980/1970	1991/1980	2000/1991
Brasil	142.685	141.652	85.570	70.932	-0,7	-39,6	-17,1
Estado de São Paulo	109.530	106.515	63.865	51.445	-2,8	-40,0	-19,4
Mogi das Cruzes Microrregião	8.865	7.777	5.031	3.454	-12,3	-35,3	-31,3
Municípios							
Biritiba-Mirim	273	476	318	142	74,4	-33,2	-55,3
Ferraz de Vasconcelos	120	99	266	72	-17,5	168,7	-72,9
Guararema	368	137	103	47	-62,8	-24,8	-54,4
Itaquaquecetuba	289	295	148	105	2,1	-49,8	-29,1
Mogi das Cruzes	5.121	4.309	2.588	1.967	-15,9	-39,9	-24,0
Poá	123	138	131	71	12,2	-5,1	-45,8
Salesópolis	122	87	0	4	-28,7	-100,0	
Suzano	2.449	2.236	1.474	1.041	-8,7	-34,1	-29,4
São Paulo	45.731	50.485	27.940	22.005	10,4	-44,7	-21,2

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1970, 1980, 1991 e 2000. Tabulação Própria (1980, 1991 e 2000)

Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Notamos a concentração dos imigrantes japoneses no estado de São Paulo em relação ao Brasil; em 1970, o estado de São Paulo comportava 77% do total de japoneses no país, em 2000 a participação do estado caiu para 73%. O município de São Paulo concentra o maior número de imigrantes, 42% do estado em 1970, atingindo o seu pico na década seguinte, 47% e 43% em 2000.

Com o decorrer dos anos é natural o envelhecimento e a conseqüente diminuição da população japonesa, em conseqüência da mortalidade, o que indica a concentração da população em idades mais avançadas como foi observado no topo da pirâmide etária.

De 1970 a 1980 o crescimento percentual⁴², a nível Brasil, foi de -0,7% e de 1980 a 1991, a população japonesa sofreu declínio de 39,6%, em 1991, e em 2000 o declínio foi de 17,1%. A microrregião de Mogi das Cruzes apresentou declínio de 12,3% de 1970 a 1980, 35,3% no ano de 1991 e 31,3% em 2000.

Biritiba Mirim recebeu no início da década de 70 uma significativa leva de imigrantes japoneses e seus descendentes, para a horticultura, granjas, floricultura e fruticultura, favorecidos pelos preços acessíveis das terras. Identificamos um crescimento de 74,4% no censo de 1980 em relação ao de 1970. Nos censos seguintes, 1991 e 2000, a população japonesa sofreu expressivo declínio de 33,2% em 1991, e 55,3% no ano de 2000.

O maior declínio foi encontrado no Censo de 1980 em comparação ao de 1970, no município de Guararema; a colônia especializou-se em floricultura, alguns imigrantes direcionaram suas atividades para o município de Jacareí, hoje considerado um dos mais importantes produtores de flores do Estado.

Em 1991 a população de japoneses no município de Ferraz de Vasconcelos aumentou 169%, todavia na década seguinte, esse crescimento declinou para 72,9%.

No mesmo ano, não foi encontrado nenhum registro de imigrante japonês no município de Salesópolis, descendentes de japoneses ali residentes continuaram com a horticultura e fruticultura, enquanto outros se dedicaram à floricultura.

Em Mogi das Cruzes, a taxa de crescimento da população japonesa apresentou declínio de 15,9% de 1970 a 1980, 39,9% em 1991 e 24,0% em 2000, demonstrando uma variação negativa de 61,6% no ano de 2000 em relação a 1970.

Uma das hipóteses para a queda na população japonesa, ocorrida nas décadas de 80 e 90, pode ser explicada pela emigração dos japoneses e seus descendentes rumo ao Japão em busca de melhores oportunidades de trabalho e de maiores rendimentos.

4.2 Ano de Chegada: Japoneses em Mogi das Cruzes

Na reconstrução da trajetória dos imigrantes japoneses e seus descendentes, a questão da entrada dos mesmos no Brasil, em período recente, foi uma preocupação presente desde o início do estudo.

Assim sendo, buscou-se através do Censo Demográfico de 2000, utilizar o quesito “tempo de residência” e, no caso de pessoas residentes fora do país, a pergunta sobre “o ano de chegada”. Com a utilização desse recurso, foi possível construir as tabelas 32 e 33, a seguir.

⁴² crescimento percentual aqui utilizada diz respeito somente ao diferencial populacional de japoneses.

Tabela 32 – População residente de japoneses por grupo de anos de chegada. Brasil, Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 1900-2000.

Anos	Total	Estado	Microrregião	Município	
	Brasil	São Paulo	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	Suzano
1900 – 1909	09	09			
1910 – 1919	733	619	09		09
1920 – 1929	7.873	6.214	325	204	84
1930 – 1939	22.894	17.708	1.139	703	266
1940 – 1949	3.423	2.559	119	29	22
1950 – 1959	15.102	10.322	955	504	359
1960 – 1969	11.459	7.955	641	315	246
1970 – 1979	2.971	1.904	66	38	27
1980 – 1989	1.556	1.040	30	19	11
1990 – 1999	4.257	2.740	120	111	
2000	613	329	20	20	
Total	70.890	51.399	3.424	1.943	1.024

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria.

Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Pode-se observar que a década de 30 foi o auge da imigração japonesa, informações obtidas no Memorial dos Imigrantes e Levy (1974) também mencionaram esta década como o ápice deste fenômeno.

Na década de 40, a 2ª Guerra Mundial que envolveu a participação do Japão no conflito internacional, provocou repressões aos japoneses e seus descendentes no Brasil, (MORAES, 2001), a imigração declinou expressivamente, voltando a crescer na década seguinte.

Após a década de 70, a economia japonesa apresentou elevado ritmo de expansão, levando à significativa diminuição da entrada de imigrantes no Brasil; já no Censo

Demográfico de 2000 identificamos uma elevação na entrada de imigrantes no País no final do século XX cujos dados serão observados com maior detalhe no final deste capítulo.

Tabela 33 – População de japoneses residente por tempo de residência. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Município. 1991 e 2000.

	Unidade da Federação		Microrregião		Município	
	São Paulo		Mogi das Cruzes		Mogi das Cruzes	
Anos	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Menos de 1 ano	654	781	59	40	15	40
1 ano	689	1432	124	121	80	72
2 anos	825	1405	33	83	14	47
3 anos	927	1073	30	19	25	9
4 anos	549	808	83	66	37	39
5 anos	795	670	98	57	12	14
6 anos	776	721	56	61	35	21
7 anos	582	632	17	49	17	30
8 anos	773	339	64	22	28	11
9 anos	510	238	50	7	12	0
10 anos	1422	757	108	13	38	0
De 11 a 20 anos	11666	5888	962	426	468	206
De 21 a 30 anos	15574	8345	1443	606	671	262
31 anos ou mais	28115	28348	1899	1879	1129	1209
Total	63857	51437	5026	3449	2581	1960

Fonte: Censo Demográfico de 2000. Fundação IBGE. Tabulação Própria.

Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Da tabela 33 podemos verificar o aumento do número de japoneses com menos de quatro anos de permanência no estado de São Paulo. Em contrapartida, a partir de 5 anos e mais de residência no Brasil, observou-se declínio no número de japoneses no estado, na microrregião e no município de Mogi das Cruzes.

4.3 Estrutura Etária da População Japonesa

Os dois primeiros capítulos reconstruíram a trajetória dos imigrantes japoneses no Brasil e em Mogi das Cruzes e pelo fluxo observado na tabela 32, espera-se que a população

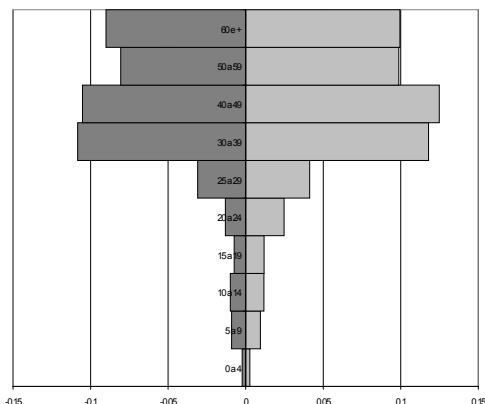
japonesa esteja concentrada em idades mais avançadas, o que implica numa pirâmide etária invertida como, pode ser observada com os dados do estado de São Paulo para os anos de 1960, 1980, 1991 e 2000.

Entretanto a estrutura etária do Censo de 2000 apresenta alguns dados interessantes, entre os quais, o surgimento de japoneses com idade de 00 a 09 anos, sem a continuidade no miolo da pirâmide, o que pode ser explicada pela entrada de filhos de brasileiros nascidos no Japão.

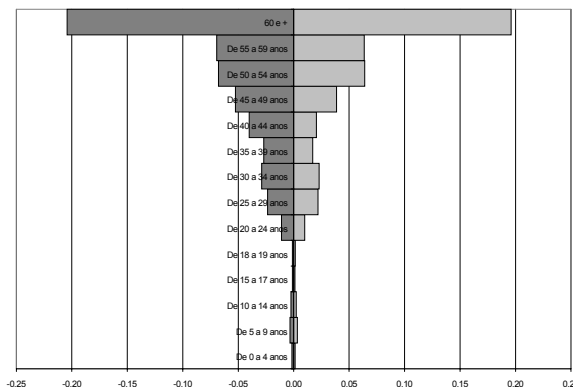
Vejamos as pirâmides do Estado de São Paulo.

Gráfico 04 – Composição da população residente japonesa por sexo e grupos de idade.
Estado de São Paulo – 1960, 1980, 1991 e 2000.

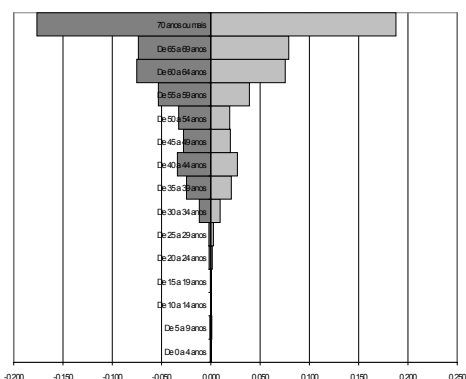
1960



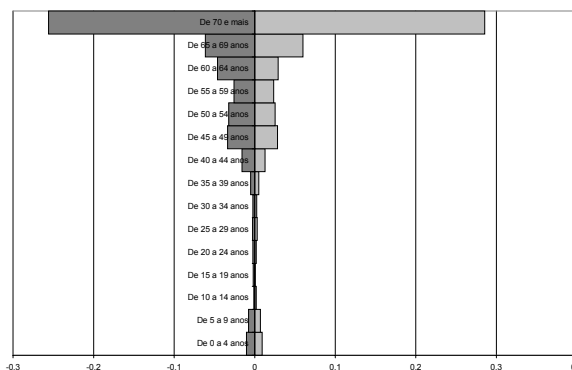
1980



1991



2000



	Mulher
	Homem

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico 1960, 1980, 1991 e 2000. Tabulação própria.

A proporção de idosos da população japonesa residente no estado vem de encontro ao movimento migratório ocorrido no passado e a descontinuidade de seu volume a partir da década de 70, portanto trata-se de uma pirâmide que retrata a participação dos sobreviventes na sua estrutura.

Mogi das Cruzes apresenta uma expressiva concentração de idosos japoneses em 1991 e neste ano não foram registradas pessoas com menos de 29 anos de idade. Já no Censo de 2000, encontramos crianças com menos de quatro anos no Estado e na microrregião.

4.4 Escolaridade dos Imigrantes Japoneses

Apesar da cultura de incentivo aos estudos, 23,5% no estado, 28,7% na microrregião e 29,8% no município de Mogi das Cruzes de japoneses, apresentava-se no Censo de 2000 com menos de um ano ou, sem nenhuma instrução escolar.

Uma das explicações para a existência de pessoas com menos de um ano de estudo, encontra-se no elevado número de japoneses com idade avançada, que na época da colonização eram desprovidos do acesso à educação ou encontravam-se na situação em que a necessidade os obrigava a optar entre estudar ou trabalhar.

No setor rural, não era raro encontrar famílias onde a prioridade era o trabalho. Por outro lado, gerações sucessoras na área rural aumentaram o nível de escolaridade, chegando até mesmo a concluir o ensino superior.

Tabela 34 – Distribuição relativa da população residente e população japonesa por grupos de anos de estudo. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Município de Mogi das Cruzes. 2000.

Anos de Estudo	Estado de São Paulo		Microrregião Mogi das Cruzes		Município Mogi das Cruzes	
	Japoneses	Total	Japoneses	Total	Japoneses	Total
Sem instrução ou menos de 1 ano	23,5	19,0	28,7	22,3	29,8	20,1
De 1 a 3 anos	15,5	14,3	13,9	14,9	12,7	13,6
De 4 a 7 anos	23,7	29,5	26,7	31,3	26,5	28,8
De 8 a 10 anos	12,8	15,5	12,0	15,2	11,2	15,0
De 11 a 14 anos	15,4	16,1	13,4	13,2	11,9	16,4
15 anos ou mais	8,6	5,4	5,3	2,9	7,9	5,8
Não determinado	0,6	0,4	0,0	0,3	0,0	0,3
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria.

A categoria sem instrução ou menos de 1 ano de estudo engloba crianças com menos de 5 anos de idade.

Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

A obtenção de maior escolaridade pelas gerações futuras no meio rural exigiu pesados sacrifícios, pois além da ausência no trabalho do campo, o custo da locomoção, a locação de uma pensão, aquisição de material didático e outros gastos. Japoneses e descendentes se esforçavam para ingressar em universidades públicas para diminuir despesas.

Um outro aspecto importante diz respeito aos imigrantes de 00 a 09 anos que ganharam expressividade a partir de 1996.

No estado de São Paulo, 13% dos imigrantes sem instrução ou com menos de um ano de estudo possuíam menos de nove anos de idade, 10% na microrregião mogiana e 16% no município sede, mas a maior parte dos que encontravam nessa categoria, apresentavam 50 anos ou mais de idade no Estado, microrregião e município.

Em relação a população total, o percentual de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo é maior na população japonesa e menor para o grupo de 4 a 7 anos de estudo para o Estado, Microrregião e Município.

4.5 Os Japoneses no Rural e Urbano

Como constatado anteriormente, o destino inicial dos pioneiros no movimento imigratório foi o campo, entretanto, parte destes japoneses e descendentes dirigiu-se posteriormente para os centros urbanos.

Tabela 35 - População de japoneses e distribuição relativa de japoneses por situação de domicílio e sexo. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 1991.

Estado e Microrregião e Municípios	Situação de Domicílio	Sexo	Japoneses	(%) Mas/Fem	(%) Urb/Rur
São Paulo Unidade da Federação	Urbano	Masculino	29582	51%	90%
		Feminino	28061	49%	
		Total	57643	100%	
	Rural	Masculino	3322	53%	10%
		Feminino	2894	47%	
		Total	6216	100%	
	Total			63859	
Mogi das Cruzes Microirregião	Urbano	Masculino	1927	49%	78%
		Feminino	2001	51%	
		Total	3928	100%	
	Rural	Masculino	588	54%	22%
		Feminino	511	46%	
		Total	1099	100%	
	Total			5027	
Biritiba-Mirim	Urbano	Masculino	85	48%	56%
		Feminino	92	52%	
		Total	177	100%	
	Rural	Masculino	73	53%	44%
		Feminino	66	47%	
		Total	139	100%	
	Total			316	
Ferraz	Urbano	Masculino	126	48%	
		Feminino	139	52%	
		Total	265	100%	
Guararema	Rural	Masculino	49	48%	
		Feminino	54	52%	
		Total	103	100%	
Itaquaquecetuba	Urbano	Masculino	76	51%	
		Feminino	72	49%	
		Total	148	100%	
Mogi das Cruzes	Urbano	Masculino	939	49%	74%
		Feminino	972	51%	
		Total	1911	100%	
	Rural	Masculino	353	52%	26%
		Feminino	320	48%	
		Total	673	100%	
	Total			2584	
Poá	Urbano	Masculino	50	38%	
		Feminino	80	62%	
		Total	130	100%	
Suzano	Urbano	Masculino	647	50%	
		Feminino	644	50%	
		Total	1291	100%	
	Rural	Masculino	112	62%	
		Feminino	70	38%	
		Total	182	100%	

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 1991. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Conforme observado na tabela anterior, o Censo Demográfico de 1991 apontava que 90% dos imigrantes japoneses residiam em área urbana, contra 10% na área rural, no Estado de São Paulo.

No Censo Demográfico de 2000 os resultados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 36 - População de japoneses e distribuição relativa de japoneses por situação de domicílio e sexo. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Municípios. 2000.

Estado, Microrregião e Municípios	Situação	Sexo	Total	(%)
Estado de São Paulo	Urbano	Masculino	24000	46,7
	Urbano	Feminino	23684	46,0
	Total		47684	92,7
	Rural	Masculino	1983	3,9
	Rural	Feminino	1777	3,5
	Total		3760	7,3
Mogi das Cruzes Microrregião	Urbano	Masculino	1579	45,7
	Urbano	Feminino	1383	40,1
	Total		2962	85,8
	Rural	Masculino	221	6,4
	Rural	Feminino	270	7,8
	Total		491	14,2
Biritiba-Mirim	Urbano	Masculino	32	22,5
	Urbano	Feminino	31	21,8
	Total		63	44,4
	Rural	Masculino	36	25,4
	Rural	Feminino	43	30,3
	Total		79	55,6
Ferraz de Vasconcelos	Urbano	Masculino	34	47,9
	Urbano	Feminino	37	52,1
Guararema	Urbano	Feminino	11	24,4
	Rural	Masculino	21	46,7
	Rural	Feminino	13	28,9
	Total		45	75,6
Itaquaquecetuba	Urbano	Masculino	70	66,7
	Urbano	Feminino	35	33,3
Mogi das Cruzes	Urbano	Masculino	899	45,8
	Urbano	Feminino	761	38,7
	Total		1660	84,5
	Rural	Masculino	125	6,4
	Rural	Feminino	180	9,2
	Total		305	15,5
Poá	Urbano	Masculino	37	52,1
	Urbano	Feminino	23	32,4
	Total		60	84,5
	Rural	Masculino	11	15,5
Salesópolis	Rural	Feminino	4	100
Suzano	Urbano	Masculino	505	48,6
	Urbano	Feminino	481	46,3
	Total		986	94,8
	Rural	Masculino	26	2,5
	Rural	Feminino	28	2,7
	Total		54	5,2

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Uma grande parcela de nipônicos da microrregião encontrava-se em área urbana, 78% urbano e 22% no setor rural segundo o Censo de 2000.

Municípios de Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos e Poá possuíam 100% da população total vivendo em área urbana. Apesar da elevada urbanização, Ferraz de Vasconcelos ficou conhecida como a terra da “Uva Itália”, cultura iniciada pelos imigrantes italianos e aperfeiçoada pelos japoneses. Itaquaquecetuba, segundo os dados do Instituto de Economia Agrícola constituía-se no quinto maior produtor paulista de alface, representando 5% do total estadual.

A população japonesa no município de Guararema encontra-se em sua totalidade no setor rural, voltada para a produção de flores e plantas ornamentais. As mulheres japonesas representam 52% e a população masculina 48% .

O município de Suzano apresenta a maior taxa de urbanização da microrregião, onde 88% dos japoneses viviam em área urbana e 12% na área rural. A população urbana encontra-se igualmente dividida entre homens e mulheres. Na área rural, os homens respondem por 62% do total.

Mogi das Cruzes apresenta a segunda maior taxa de urbanização de japoneses, 78% da população encontrava-se em área urbana, deste valor, 51% corresponde a mulheres e 49% de homens. Na área rural, 54% de homens e 46% de mulheres.

Biritiba Mirim é o município com menor concentração de japoneses em área urbana, 56% contra 44% na área rural. As mulheres representam 52% na área urbana e 47% na área rural.

Podemos concluir, com os dados apresentados, que os municípios onde a população japonesa apresenta-se dividida entre a área rural e urbana, a participação feminina é maior em áreas urbanas.

4.6 Ocupação e Rendimento

A distribuição da população japonesa por setor de atividade pode ser vista na tabela 37, a seguir.

Tabela 37 – Distribuição relativa da população total e população japonesa residente ocupada, por seção de atividade do trabalho principal. Estado de São Paulo, Microrregião Mogi das Cruzes e Município Mogi das Cruzes. 2000.

Trabalho principal, setor de atividade	Estado de São Paulo		Microrregião Mogi das Cruzes		Município Mogi das Cruzes	
	Japoneses	Total	Japoneses	Total	Japoneses	Total
Agricultura, pecuária, silv. e exp. Florestal	4,4	2,4	10,3	1,5	11,6	2,1
Pesca	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
Indústria Extrativa	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,2
Indústrias de transformação	3,9	7,8	2,8	8,4	3,8	7,3
Produção e distrib. de eletricidade, gás e água	0,1	0,2	0,0	0,2	0,0	0,4
Construção	0,6	3,0	0,4	3,7	0,7	3,4
Comércio / reparação veículos automotores	7,6	7,3	7,9	6,3	5,7	6,9
Alojamento e alimentação	1,9	2,2	2,0	2,0	2,3	2,1
Transporte, armazenagem e comunicações	1,3	2,5	0,8	2,1	0,7	2,1
Intermediação financeira	0,5	0,9	0,0	0,4	0,0	0,5
Ativ. Imobiliárias, aluguéis, serv. prestados às empresas	2	3,3	0,2	2,2	0,0	2,5
Adm pública, defesa e seguridade social	0,1	1,8	0,0	1,5	0,0	1,3
Educação	0,8	2,1	0,6	1,7	1,1	2,6
Saúde e serviços sociais	0,7	1,7	0,2	1,1	0,0	1,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,8	1,6	1,5	1,2	1,5	1,4
Serviços domésticos	0,3	3,2	1,2	2,8	1,0	2,8
Organismos intern. / outras instit. Extraterritoriais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Atividades mal especificadas	0,4	0,6	0,0	0,4	0,0	0,2
Não aplicável	73,6	59,3	71,7	64,4	71,8	62,5
Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Não aplicável: pessoa com menos de 10 anos ou igual ou mais de 10 de idade sem ocupação na data de referência do Censo

A maior parte da população japonesa no estado de São Paulo, microrregião e Mogi das Cruzes, encontrava-se no item não aplicável⁴³, seguida para o Estado de São Paulo no comércio de mercadorias (7,6%). Não obstante, a atividade Agropecuária destacou-se na microrregião mogiana (10,3%), e no próprio município sede (11,6), por outro lado, a participação da população total no setor agropecuário é pequena em relação a outras atividades.

Em menor proporção a população total encontrava-se na sua maior parte na categoria não aplicável, mas foi no setor de indústria de transformação que foi encontrada a maior participação de pessoas ocupadas no Estado de São Paulo, microrregião de Mogi das Cruzes e município de Mogi das Cruzes.

É importante frisar que os imigrantes do pós 2º Guerra Mundial, mais precisamente no final da década de 50 até o final dos anos 70, dirigiram-se, em sua maior parte, às regiões pouco povoadas do Centro-Oeste e Nordeste para novas fronteiras no setor agrícola. Além disso uma parcela desses imigrantes tornou-se parte da demanda de empresas japonesas por técnicos com maior qualificação para as indústrias brasileiras. O convívio dos novos imigrantes com os veteranos foi marcado por alguns conflitos, onde os pioneiros eram tratados de forma pejorativa, taxados de atrasados pelos imigrantes recém chegados. (SAKURAI, 2002)

A distribuição da população japonesa, segundo o rendimento, pode ser observada na tabela 38, a seguir.

⁴³ A categoria não aplicável, no caso do município de Mogi das Cruzes, é formada por crianças de 00 a 09 anos (7%), e a sua esmagadora maioria (77%) encontra-se no grupo etário de 60 a 85 anos de idade, além disso, o número de mulheres é maior que o número de homens.

Tabela 38 – Percentual da distribuição do rendimento da população total e população japonesa residente por classe de rendimento mensal bruto. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Município de Mogi das Cruzes. 2000.

Classes de Rendimento	Estado de São Paulo		Microrregião Mogi das Cruzes		Município Mogi das Cruzes	
	Japoneses	Total	Japoneses	Total	Japoneses	Total
Até 0,25	0,0	0,2	0,0	0,2	0,0	0,2
0,25 a 0,5	0,2	0,7	0,4	0,7	0,6	0,7
0,5 a 0,75	0,2	0,9	1,0	1,0	1,2	0,8
0,75 a 1	22,3	5,9	26,1	5,7	24,0	6,2
1 a 1,25	1,5	0,9	1,2	0,8	1,6	1,0
1,25 a 1,5	2,0	2,6	2,4	2,4	0,4	2,5
1,5 a 2	6,8	7,0	6,9	6,7	6,3	6,2
2 a 3	6,8	8,4	6,1	7,8	6,0	7,3
3 a 5	10,3	9,3	10,1	8,2	11,9	8,4
5 a 10	11,4	8,9	12,5	6,8	13,1	8,8
10 a 15	4,4	2,3	3,5	1,4	2,9	2,2
15 a 20	3,2	1,4	3,9	0,8	2,6	1,3
20 a 30	2,2	0,9	0,5	0,4	0,6	0,8
30 e mais	3,7	1,2	2,4	0,5	3,2	0,9
Sem rendimento	21,6	32,2	19,9	36,0	20,4	33,6
Não aplicável	3,4	17,2	3,3	20,7	5,3	19,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Não aplicável: pessoa com menos de 10 anos de idade na data de referência do Censo

* salário mínimo: 151,00 reais.

A maior parte dos japoneses se concentravam na faixa de 0,75 a 01 salário mínimo, seguida dos sem rendimento e dos que ganham entre 3 a 5 salários mínimos no Estado, microrregião e município. Não são poucos os que percebem menos de um salário mínimo, pois foram encontradas 22,7%, 27,5% e 25,8% da população japonesa do Estado de São Paulo, na microrregião e no município de Mogi das Cruzes respectivamente que se encontravam nessa categoria.

Do total de japoneses do Estado de São Paulo⁴⁴, apenas 0,2% dos que ganham entre 0,75 a 01 salário mínimo da população japonesa possuem menos de 50 anos de idade. Ao analisarmos os dados da microrregião e do município de Mogi das Cruzes, encontramos em sua totalidade pessoas com mais de 50 anos com o rendimento citado. As mulheres apresentam significativa participação nessa classe, 61% no Estado de São Paulo, 63% na microrregião e 64% no município de Mogi das Cruzes.

Os que recebem entre 0,75 a 01 salário-mínimo, 62% são formado por mulheres no estado, 64% na microrregião e 63% em Mogi das Cruzes. A participação se torna maior no quesito sem rendimento, onde 81% são mulheres no estado, 86% na microrregião e no município.

Diferentemente da população japonesa, a população total encontrava-se na categoria sem rendimento seguida do item não aplicável. No Estado de São Paulo, o item sem rendimento representa 32,2%, 36,0% e 33,6% na microrregião e no município, respectivamente. O item não aplicável representou 17,2%, 20,7% e 19,0%, respectivamente do Estado, microrregião e município da população total. Diferentemente do que ocorrera com a população japonesa no item 0,75 a 01 salário mínimo, não foi encontrada expressividade na população total.

4.7 Breve Abordagem do Fenômeno dos *Dekasseguis*

Fenômeno iniciado em meados da década de 80, caracterizado pelo expressivo fluxo de japoneses e seus descendentes que foram para o Japão em busca de melhores salários (SASSAKI, 1995). O termo *dekassegui*, amplamente divulgado na imprensa assume o seguinte significado:

⁴⁴ Tabela em anexo

O termo de kassegui diz respeito às pessoas que vão trabalhar fora de residência. Nos tempos remotos era empregado aos emigrantes do Norte e Nordeste do Japão que se dirigiam para as regiões mais desenvolvidas como Tokyo e Osaka, à procura de trabalho. Este mesmo termo é empregado no fenômeno em estudo, que é a ida (ou à volta) dos descendentes de japoneses para o país de origem. (SASSAKI, 1995, p. 20).

Na década de 80, a economia apresentou baixas taxas de crescimento⁴⁵, e seu reflexo afetou negativamente o nível de emprego e conseqüentemente, toda população que dela dependia. Diante desse contexto, uma parcela específica da população buscou outras alternativas de renda em outros países, sobretudo, Estados Unidos, Europa e Japão. (SALES & BAENINGER, 2000).

Por outro lado em meados da década de 80, o Japão passou a experimentar forte crescimento em sua economia, importante ingrediente para expandir a oferta de empregos, cuja oportunidade foi percebida pelos japoneses e descendentes que se encontravam espalhados em várias partes do mundo. Além disso, o Estado japonês passou a promover uma política de atração de mão-de-obra estrangeira (SASSAKI, 1995; UEHARA, 2001).

As notícias sobre a remuneração obtida no Japão e os bens materiais adquiridos pelos familiares no Brasil através das remessas despertaram o interesse de centenas de famílias que em muitos dos casos abandonaram os negócios, vendendo imóveis para financiar as suas passagens. Aproveitando essa situação surgiu a figura do intermediário que, por meio de anúncios em revistas e jornais, empregavam pessoas para trabalhar no Japão e parte da remuneração era destinada a pagar os gastos com as passagens e documentações financiadas pelo intermediário. Diversos estudos estão sendo realizados sobre essa nova dinâmica

⁴⁵ A taxa brasileira de crescimento real no ano de 1981 foi de -4,25%; 0,83% em 1982, -2,93% em 1983; 5,4% em 1984; 7,85% em 1985, 7,49% em 1986; 3,53% em 1987; -0,06% em 1988; 3,16% em 1989 e -4,35% em 1990. (IPEA - www.ipea.gov.br)

demográfica e estaremos abordando alguns aspectos gerais sem nos aprofundarmos no assunto.

Ao observarmos os dados do Censo de 2000 para a década de 90 constatamos que, a partir do ano de 1996, encontramos crianças de 00 a 04 anos, cujo aumento foi considerável nos anos posteriores até a realização do Censo, provavelmente provocado pelo retorno dos casais que formaram família no Japão.

Tabela 39 – População residente de japoneses por ano de chegada e grupo etário. Brasil, Estado de São Paulo e Município Mogi das Cruzes. 1996 - 2000.

Idade	Total	Estado	Município	Total (%)	Estado (%)	Município (%)
	Brasil	São Paulo	Mogi das Cruzes	Brasil	São Paulo	Mogi das Cruzes
De 00 a 04 anos	1488	1001	78	41,7	44,6	81,3
De 05 a 09 anos	639	457	18	17,9	20,3	18,8
De 10 a 14 anos	107	72	0	3,0	3,2	0,0
De 15 a 19 anos	48	27	0	1,3	1,2	0,0
De 20 a 24 anos	90	43	0	2,5	1,9	0,0
De 25 a 29 anos	172	90	0	4,8	4,0	0,0
De 30 a 34 anos	112	46	0	3,1	2,0	0,0
De 35 a 39 anos	267	142	0	7,5	6,3	0,0
De 40 a 44 anos	160	103	0	4,5	4,6	0,0
De 45 a 49 anos	94	59	0	2,6	2,6	0,0
De 50 a 54 anos	115	77	0	3,2	3,4	0,0
De 55 a 59 anos	78	39	0	2,2	1,7	0,0
De 60 a 64 anos	61	09	0	1,7	0,4	0,0
De 65 a 69 anos	39	13	0	1,1	0,6	0,0
De 70 a 74 anos	43	35	0	1,2	1,6	0,0
De 75 a 79 anos	20	20	0	0,6	0,9	0,0
De 80 a 85 anos	13	04	0	0,4	0,2	0,0
De 85 a 89 anos	19	09	0	0,5	0,4	0,0
Total	3565	2246	96	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

A tabela 39 mostra a distribuição etária dos imigrantes japoneses, segundo o ano de sua chegada a partir de 1996⁴⁶ até 2000 para Brasil, Estado de São Paulo e município de Mogi das Cruzes. A primeira constatação do conjunto de dados tabulados nessa tabela foi o expressivo número de crianças, 41,7% do total obtido, de 00 a 04 anos; quando adicionamos o grupo etário 05 a 09 anos, a participação sobe para 59,6%. No estado de São Paulo, 44,6% dos japoneses que chegaram de 1996 a 2000, eram crianças de 00 a 04 anos e se adicionarmos o grupo etário de 05 a 09 anos, o percentual eleva-se para 67,0% do total de japoneses, já no

⁴⁶ O ano de 1996 foi escolhido por ser o primeiro ano que constatamos a presença de japoneses de 00 a 04 anos no Censo Demográfico de 2000.

município de Mogi das Cruzes, 100% dos japoneses encontravam-se no grupo etário de 00 a 09 anos.

As crianças nascidas no Japão possuem tratamento diferenciado quanto ao registro de sua nacionalidade. Segundo o Consulado Geral do Japão no Brasil, os filhos de brasileiros nascidos no Japão não conseguem obter a nacionalidade japonesa salvo se um dos pais for japonês. No Brasil, filhos de japoneses com até 03 meses de idade conseguem obter a nacionalidade japonesa mediante apresentação de documentos.

Na tabela 40 observa-se dados sobre o número de brasileiros que se encontravam no Japão em 1995, constatou-se que não havia nenhuma criança de zero a quatro anos, o que nos leva a constatar a ocorrência de nascimentos das crianças a partir de 1995, portanto, os pais encontravam-se no Japão como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 40 – População total por sexo e grupo de idade presente no Japão em 31/07/1995. Brasil, Estado de São e Microrregião Mogi das Cruzes.

Grupos de Idade	Brasil		Estado		Microrregião	
	Masculino	Feminino	São Paulo		Mogi das Cruzes	
			Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
De 5 a 9 anos	919	740	565	455	23	36
De 10 a 14 anos	507	332	255	170	04	0
De 15 a 19 anos	218	392	100	214	0	18
De 20 a 24 anos	652	864	374	404	33	30
De 25 a 29 anos	1.509	1.968	767	1.064	33	68
De 30 a 34 anos	1.571	1.562	741	781	33	39
De 35 a 39 anos	1.463	1.321	754	726	54	35
De 40 a 44 anos	762	558	383	293	32	26
De 45 a 49 anos	835	470	484	232	0	08
De 50 a 54 anos	615	443	319	211	36	16
De 55 a 59 anos	511	328	256	210	18	05
De 60 a 64 anos	371	290	241	173	16	16
De 65 a 69 anos	221	20	175	08	06	06
De 70 a 74 anos	117	49	89	34	12	0
De 75 a 79 anos	22	17	22	11	0	11
De 80 a 84 anos	0	10	0	10	0	0
De 85 a 89 anos	08	10	0	0	0	0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Da tabela anterior constatou-se um número maior de mulheres entre as idades de 15 a 34 anos sendo que a partir dos 35 anos, o número de homens passa a ser superior ao de mulheres.

Uma das curiosidades existentes relaciona-se à distribuição desta população, que na maior parte formada por crianças, seguiu para diversas unidades da federação, como pode ser observada na tabela 41:

Tabela 41 - População residente japonesa e distribuição relativa da população japonesa segundo o ano de chegada. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 1996-2000.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Ano de Chegada Total					Ano de Chegada (%)				
	1996	1997	1998	1999	2000	1996	1997	1998	1999	2000
Amapá					16	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6
Amazonas	8		41	10		2,1	0,0	4,7	1,0	0,0
Pará	18	37	45	25		4,7	5,8	5,2	2,4	0,0
Norte	26	37	86	35	16	6,7	5,8	9,9	3,4	2,6
Bahia				36	36	0,0	0,0	0,0	3,5	5,9
Ceará				9	9	0,0	0,0	0,0	0,9	1,5
Paraíba		9			9	0,0	1,4	0,0	0,0	1,5
Nordeste		9		45	54	0,0	1,4	0,0	4,3	8,9
Distrito Federal		10		13		0,0	1,6	0,0	1,3	0,0
Goiás	7	15	3	16	6	1,8	2,4	0,3	1,5	1,0
Mato Grosso	21			12	12	5,4	0,0	0,0	1,2	2,0
Mato Grosso do Sul		44	26	27	56	0,0	6,9	3,0	2,6	9,2
Centro-Oeste	28	69	29	68	74	7,3	10,8	3,3	6,6	12,2
Minas Gerais	23		21	9	16	6,0	0,0	2,4	0,9	2,6
São Paulo	256	429	602	650	329	66,3	67,2	69,4	62,7	54,0
Rio de Janeiro	42	18	54	68	6	10,9	2,8	6,2	6,6	1,0
Sudeste	321	447	677	727	351	83,2	70,1	78,0	70,2	57,6
Rio Grande do Sul		9		22		0,0	1,4	0,0	2,1	0,0
Santa Catarina			9	16	53	0,0	0,0	1,0	1,5	8,7
Paraná	11	76	67	168	115	2,8	11,9	7,7	16,2	18,9
Sul	11	85	76	206	168	2,8	13,3	8,8	19,9	27,6
TOTAL	386	638	868	1036	609	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Em 1999, 70,17% dos imigrantes encontravam-se na região Sudeste, 19,88% no Sul, 6,56% no Centro-Oeste, 4,34% no Nordeste e 3,38% no Norte. Na região Sudeste, o estado de São Paulo continua sendo o maior receptor nacional devido as relações históricas, sociais e culturais formadas ao longo da trajetória da imigração japonesa.

Em 1999, 62,74% dos imigrantes japoneses encontravam-se no Estado de São Paulo, seguida do Estado do Paraná com 16,22% e 6,56% no Rio de Janeiro.

Em resumo, neste capítulo observamos algumas variáveis demográficas através de informações quantitativas dos japoneses e seus descendentes do estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e município sede.

Os japoneses se mudaram para a capital de São Paulo como oferta de mão-de-obra ou na abertura de serviços de uma economia industrializada. Expressiva parte dos nipônicos fixou residência nos arredores da capital paulista dedicando-se a agricultura a fim de abastecer uma população urbanizada e crescente. Desse ponto, selecionamos a microrregião de Mogi das Cruzes e analisamos a população japonesa segundo os Censos Demográficos.

Observamos que a população japonesa nesta região concentrava-se em sua maior parte nas idades avançadas dado o caráter histórico da imigração japonesa. Nos municípios de Mogi das Cruzes e Suzano os japoneses encontravam-se em sua maioria na área urbana e no restante dos municípios há um equilíbrio na situação de domicílio.

No transcorrer da pesquisa, observamos que a população rural japonesa e seus descendentes eram predominantemente envelhecidos e do sexo masculino, situação provocada pela saída dos mais jovens para a cidade e para o exterior.

Considerações Finais

Conforme indicado na introdução, o objetivo desse estudo foi reconstituir as trajetórias de imigrantes japoneses que adentraram no Brasil e seus posteriores movimentos internos, priorizando a região de Mogi das Cruzes, na atual Grande São Paulo.

Para tanto, foram considerados três momentos a saber:

O primeiro momento ocorreu ao final do século XIX e início do século XX, quando o Japão atravessou profundas transformações em sua estrutura política e econômica, período denominado de Revolução Meiji. Essas transformações acabaram por gerar um excedente populacional que se deslocou inicialmente para regiões menos ocupadas do território japonês e posteriormente para outros países, entre eles o Brasil.

No mesmo período das transformações ocorridas no Japão, o Brasil deixava a sua economia escravocrata para uma economia com mão-de-obra livre. Com o fim do tráfico negreiro, os cafezais paulistas necessitavam de mão-de-obra, suprida a princípio por europeus, sobretudo italianos. Estes, ao chegarem nas fazendas de café, sofreram maus tratos e, por conta disso, o governo italiano suspendeu a emigração para o Brasil em 1902.

Como alternativa, o Brasil buscou, juntamente com o governo japonês, mão-de-obra nipônica, essa imigração foi inicialmente subsidiada pelo governo paulista, mas em função das dificuldades de adaptação e fixação desses imigrantes nas fazendas, o governo paulista também decidiu suspender a imigração subsidiada para esse grupo, sendo assim, o governo japonês passou a arcar com esses subsídios.

Num segundo momento, as transformações no interior paulista, em consequência da crise do café na década de 30 e a industrialização da capital, atraíram população do interior e de outras regiões do Brasil para a capital de São Paulo.

Finalmente, o terceiro momento já transcorre ao final do século XX; no bojo da crise econômica brasileira e o fenômeno da globalização, muitos brasileiros partiram para outros países, entre estes, o Japão. O Estado japonês adotou uma clara política de atração de mão-de-obra estrangeira em meio ao crescimento econômico experimentado por essa nação.

Percebeu-se uma forte presença dos aspectos econômicos na decisão de buscar outros lugares para obter melhores remunerações.

Inicialmente os japoneses ofereceram forte contribuição para o desenvolvimento do setor agrícola, mas passaram a investir no setor industrial e serviços, além da entrada de capital japonês para a instalação de empresas de diversos ramos de atividade.

No âmbito social, a dedicação nos estudos favoreceu a ascensão social de muitos japoneses e descendentes no Brasil. Em termos culturais, as festas, a gastronomia e a religião tornaram-se parte da cultura brasileira, enriquecendo-a.

No que se refere aos aspectos metodológicos do presente trabalho, há que se registrar o alcance e limitações dos Censos Demográficos para o estudo do tema. Sem dúvida é ao Censo que devemos recorrer na reconstituição de séries históricas, bem como sobre as dimensões sociais, econômicas e de condições de vida da população objeto de estudo. Essa fonte de informação permite que se replique o estudo tanto para outras regiões do país, como para outras nacionalidades.

Uma das principais limitações do Censo para tal tipo de estudo, entretanto, é o não levantamento de informações a respeito dos descendentes dos imigrantes japoneses.

Outro aspecto favorável na utilização dos Censos Demográficos para o período recente foi a observação da quantidade relativamente elevada de crianças - de zero a nove anos de idade - que entraram no país a partir de 1996. A análise elaborada a partir dessa constatação fornece subsídios para se levantar a hipótese de que esse grupo poderia ser constituído por

filhos de dekasseguis, ou seja, nascidos no Japão, mas de pais brasileiros descendentes de japoneses.

A partir da experiência obtida com a realização deste projeto já se pode vislumbrar desdobramentos interessantes para novos estudos, entre os quais, o estudo sobre as remessas financeiras dos dekasseguis aos seus familiares no Brasil e a história da dinâmica imigratória japonesa na região metropolitana de São Paulo.

Finalmente, cabe lembrar que este estudo que ora se encerra como uma contribuição ao entendimento do papel dos japoneses e seu descendentes na configuração da sociedade e do território no Brasil deverá significar, também, uma contribuição às comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil que se aproxima: 1908-2008.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R.& CAMARANO, A. A. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Brasília, vol. 15(2). 45-64 p. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf. Acesso em: 01 jun. 2005.

ALMANAQUE ALTO TIÊTE. O Guia do seu dia a dia. 1998.

ARIAS, Alfonso R. Avaliando a situação ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos jovens. Entre 15 a 24 anos de idade da presente década. In Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília: BNDES. Vol. 2, maio de 1988. 26 p.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MOGI DAS CRUZES. *Relatório do Cinquentenário da Imigração Japonesa em Mogi das Cruzes – Balanço de Demonstração de Despesas e Receitas*. 1969.

BATALHA, JAIR R. *Calhaus e Burgaus*. 1. ed. São Paulo: Ed. Fac-similar da Prefeitura de Mogi das Cruzes, Coleção Boygiana, 1958. 98 p.

BASSANEZI, MARIA S. C. B. Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico. In Patarra, Neidi. L. (Coord.) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Ed. Unicamp, Vol. 1, Cap. 1, 01-38 p.

CAMARANO, A.A, et. al. Características Sociodemográficas da População Idosa. Como vive o idoso brasileiro. In Camarano, Ana Amélia. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 55 p.

CUNHA, J. M. P., ARANHA, V., PERILLO, S. R. Migração em São Paulo – 2. Região de Governo de Presidente Prudente e Região de Governo de Bauru. *Textos NEPO*, nº 23, 90 p.

DERMATINI, Z. F. Vivências Diferenciadas entre Três Gerações de Japoneses em São Paulo. *Revista Travessia*, nº 35, p10-16, set./dez., 1999.
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Regiões de Influência das Cidades*. Rio de Janeiro, 1993.

DIÁRIO DE MOGI. *Na Agricultura e Avicultura, Mogi é Pioneira*. Mogi das Cruzes. Nº 13 de junho de 1978.

FREITAS, S. M. Espírito Uchimanchu – Okinawanos em São Paulo. *Revista Travessia*, nº44, p.11-17, set./dez. 2002.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Caracterização do Setor Produtivo de Flores e Plantas Ornamentais do Brasil – 1995 – 1996*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Produto Interno Bruto dos Municípios 1999 – 2002. Contas Nacionais. Rio de Janeiro. nº 14. 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2002/Banco_de_dados. Acesso em: 15 mai. 2005.

_____. *Censo Agrícola do Estado de São Paulo de 1940*. Rio de Janeiro, 1940.

_____. *Censo Agrícola do Estado de São Paulo de 1950*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Censo Agrícola do Estado de São Paulo de 1960*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1970*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1975*. Rio de Janeiro, 1975.

_____. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1985*. Rio de Janeiro, 1985.

_____. *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/1996*. Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Censo Demográfico 1940*. Rio de Janeiro, 1940.

_____. *Censo Demográfico 1950*. Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Censo Demográfico 1960*. Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Censo Demográfico 1970*. Rio de Janeiro, 1970.

_____. *Censo Demográfico 1980*. Rio de Janeiro, 1980.

_____. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro, 1991.

_____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. “Coleção de Monografias”. Rio de Janeiro, 1960.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. O novo retrato de São Paulo – Avaliação dos primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991. São Paulo. 1992. 151 p.

_____. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/>. Acessado em: 16 abr. 2005.

FUSCO, Wilson. *Redes Sociais na Migração Internacional: O Caso de Governador Valadares*. Campinas: Editora Unicamp. Texto Nepo nº 40, 2002. 89 p.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica Brasileira*. 18. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982. 248 p.

GREMAUD, A. P., Saes F.A, Toneto R. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997, 247 p.

GRINBERG, ISAAC. *História de Mogi das Cruzes*. 2. ed. São Paulo: 1961.

_____. *Viajantes Ilustres em Mogi das Cruzes*. São Paulo: Ed. SCP, 1992, 176 p.

HANDA, T. *Memória de um Imigrante Japonês no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Nipo Brasileiros, 1980.

_____. *O Imigrante Japonês – História de sua Vida no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, Vol. 15.

IKEDA, D. *Nova Revolução Humana*. Ed. Brasil Seikyo. São Paulo, Vol I. 1993.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Banco de Dados IEA. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/ibcoiea.php>. Acessado em: 11 abr. 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipedata. www.ipea.gov.br. Acessado em 21 set. 2005.

LEÃO, V.C. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 –1934) – Contornos Diplomáticos*. 1. ed. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1990, 184 p.

LEVY, M.S. O papel da imigração internacional na evolução da população brasileira: 1872-1972. *Revista da Saúde Pública*, nº8 (supl.), 1974, 49-90 p.

MADEIRA, Felícia R. Recado dos Jovens: Mais Qualificação. In Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília: BNDES. Vol. 2, maio de 1988. 69 p.

MARTINE, G. As Migrações de Origem Rural no Brasil: Uma Perspectiva Histórica. *História e População – Estudos sobre a América Latina*. São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE e SEADE, 1980.

MORAES, M. S. A imigração Japonesa em Mogi. *Revista Expressão*. Mogi das Cruzes, Ano I, Nº 3, mai./jun., 1990, 27- 44 pp.

MORAIS, F.. *Corações Sujos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NETTO, D. A.; PINTO, C. A. O Café do Brasil. *Estudo ANPES*. Nº 3, 1967.

NEWELL, Colin. *Methods and models in demography*. London. Belhaven Press. 1988. 217 p.

NOGUEIRA, A. R. A Abertura da Emigração no Japão, In Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Coord), *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992, Cap. 1, 35-55 p.

NOGUEIRA, A. R. Antecedentes da Imigração Japonesa no Brasil, 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1984.

OGUIDO, H. *De Imigrantes a Pioneiros – A Saga dos Japoneses no Paraná*. 1. ed. Curitiba, 1988.

OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. e MADEIRA, R. Felícia. População e Força de Trabalho: O Caso da Cafeicultura no Oeste Paulista, Campinas, *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol. 3, jan/jul, 1986.

PATARRA, N.; PACHECO C. *Dinâmica Demográfica Regional e as Novas Questões Populacionais no Brasil*. São Paulo: Ed. Unicamp, Série Pesquisas, Vol. 4, 2000.

_____, N. BAENINGER R., BOGUS L., JANUZZI P. *Migração, Condições de Vida e Dinâmica Urbana – São Paulo – 1980/1993*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000

_____, N. Dinâmica Populacional e Urbanização no Brasil: O período pós 30. in FAUSTO. História Geral da Civilização Brasileira. 2 ed. DIFEL - Difusão Editorial. São Paulo. Tomo III. Vol. 11. 1986. 666 p.

_____, (ORG) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. 2º ed. Campinas. Vol. 1. 1996. 207 p.

_____, (ORG) Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo. 2º ed. Campinas. Vol. 2. 1996. 207 p.

RODRIGUES, V. 1919 – Família Japonesa para Mogi. Mogi das Cruzes. *Mogi News*. Mogi das Cruzes, 18 de junho de 1983, 06 p.

ROSSINI, R. E. O meu Coração Está no Brasil e o meu Trabalho no Japão: Um Olhar para os Nikkeis do Brasil no Japão. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP*. Caxambu – MG. 24 de setembro de 2004.

SAKURAI, C. Imigração Japonesa para o Brasil: Um Exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: Fausto, Boris (Coord). *Fazer a América – A Imigração em Massa para a América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. Mais Estrangeiros que os Outros? Os Japoneses no Brasil. *Revista Travessia*, nº 44, set./dez., 2002, 5-10 p.

_____. Tensões Dentro de Um Mesmo Grupo: Os Japoneses do Pós-Guerra e os Antigos Imigrantes. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu – MG. 24 de setembro de 2004. 23 p.

_____. Sushis, sashimis, arroz e feijão. In: Medina, Cremilda. *Viagem ao Sol Poente*. São Paulo. Ed. ECA/USP, 2001, 35-44 p.

SAITO, H. *O japonês no Brasil – Estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: Ed. Sociológica e Política. 1961. 238 p.

SHINDO, T. *Brasil e Japão – Os 100 anos de Tratado de Amizade*. 1. ed. São Paulo: Associação Cultural Recreativa Akita Kenjin do Brasil.

SALES T. e BAENINGER R. Migrações Internas e Internacionais no Brasil – Panorama deste Século. São Paulo. *Revista Travessia*, nº36, p 33-44, jan./abr., 2000.

SASAKI, E. M. Dekasseguis – Trabalhadores Nipo-Brasileiros no Japão. *Revista Travessia*, nº 21, jan./abr., 2002, 20-22 p.

TELAROLLI JR, R. Assistência Sanitária e Condições de Saúde na Zona Rural Paulista na Primeira República. *Revista Brasileira de Estudos de População*. ABEP, V.14 nº 1 e 2, jan./dez 1997. 03–17 p.

TETSUYA, T. e YAMASHIRO, J. Japão: Fim do Isolamento e Início do Movimento Emigratório, In Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Coord), *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992, Cap. 1, 27-35 p.

TOLEDO, R. *A Verdadeira História dos Homens que Construíram a Cidade. Os Maiores Personagens da História de Mogi das Cruzes – Shiguetoshi Suzuki*. São Paulo. Coleção Cidade. Mogi das Cruzes. Vol. II. 2003. 47-50 p.

UEHARA, A R. *Política Externa do Japão: Mudança ou Continuidade? (1985-1998)*. São Paulo, 2001, 1-15 p. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

VAINER C. Estado e Migrações no Brasil – Anotações para uma História das Políticas Migratórias. *Revista Travessia*, nº36, jan./abr., 2000, 15-32 p.

VIEIRA, F. I. S. *O Japonês na Frente de Expansão Paulista*. ed. São Paulo: Ed USP, 1973.

YANAZE, M. H. Em Cotia - Marcas Inesquecíveis. In: Medina, Cremilda. *Viagem ao Sol Poente*. São Paulo. Ed. ECA/USP, 2001, 94-112 p.

YAMASHIRO, J. A Campanha Antijaponeses, In Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa (Coord), *Uma Epopéia Moderna – 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil*, São Paulo: Ed. HUCITEC, 1992, Cap. 3, 159-187 p.

VI FESTA DO PÊSSEGO E II DA AVICULTURA, Mogi das Cruzes. Ed. Prefeitura de Mogi das Cruzes, 27 e 28 de novembro de 1976.

Glossário

Índice de Eficácia Migratória⁴⁷: $IEM = (I-E)/(I+E)$, onde I é imigração e E, emigração. Como se observa acima, este índice é calculado a partir do quociente entre a migração líquida (I-E) e a migração bruta (I+E). Valores próximos de 1 (um) indicariam áreas de alta atração migratória (ouseja, somente imigração) e a -1 (menos) área de alta evasão (somente emigração). Valores próximos a 0 (zero) revelariam as áreas com alta circulação migratória (imigração em níveis semelhantes a emigração). Esse indicador pode ser calculado para a migração em seus diversos níveis espaciais (interestadual, intra-estadual e intra-regional).

Saldo Migratório Anual⁴⁸: Diferença entre o número de pessoas que entraram e o número de pessoas que saíram de determinada localidade durante o período intercensitário, segundo a fórmula:

$SM (1991/2000) (Imigrantes - Emigrantes) = (P2000 - P1991) + ((NASCIMENTOS(1991 a 2000) - ÓBITOS(1991 a 2000))$

Para o cálculo do saldo migratório anual o resultado da fórmula é dividido pelo número de anos correspondente ao período censitário, no caso de 1991/2000 o período é de 09 anos.

Taxa Líquida de Migração⁴⁹: Quociente entre o saldo migratório do período e a população no meio do período censitário, segundo a fórmula:

$TLM = (\text{Saldo Migratório} / \text{População no meio do período}) \times 1000$

Para o cálculo da taxa anual o resultado da fórmula é dividido pelo número de anos correspondentes ao período censitário, no caso de 1991/2000 o período é de 09 anos.

Taxa de Mortalidade Infantil⁵⁰: Relação entre os óbitos de menores de um ano de residentes numa unidade geográfica, num determinado período de tempo (geralmente um ano) e os

⁴⁷ Fonte: Fundação Sistema e Análise Dados - SEADE

⁴⁸ idem

nascidos vivos da mesma unidade nesse período, segundo a fórmula: (TMI = óbitos de menores de 01 ano ocorridos no período divididos pelos nascidos vivos no mesmo período multiplicados por 1000).

Índice de Desenvolvimento Humano (DH)⁵¹:

Posição ocupada pelo município em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo no que se refere ao desenvolvimento humano. O município classificado como número 1 é o de melhor desempenho. Quanto mais elevada a posição no ranking pior é o índice de desenvolvimento humano na localidade.

Indicador que focaliza o município como unidade de análise, a partir das dimensões de longevidade, educação e renda, que participam com pesos iguais na sua determinação, segundo a fórmula:

$$\text{IDHM} = \frac{\text{Índice de longevidade} + \text{Índice de educação} + \text{Índice de renda}}{3}$$

Em relação à Longevidade, o índice utiliza a esperança de vida ao nascer (número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento). No aspecto Educação, considera o número médio dos anos de estudo (razão entre o número médio de anos de estudo da população de 25 anos e mais, sobre o total das pessoas de 25 anos e mais) e a taxa de analfabetismo (percentual das pessoas com 15 anos e mais, incapazes de ler ou escrever um bilhete simples). Em relação à Renda, considera a renda familiar per capita (razão entre a soma da renda pessoal de todos os familiares e o número total de indivíduos na unidade familiar).

Todos os indicadores são obtidos a partir do Censo Demográfico do IBGE.

O IDHM se situa entre 0 (zero) e 1(um), os valores mais altos indicando níveis superiores de desenvolvimento humano. Para referência, segundo classificação do PNUD, os valores distribuem-se em 3 categorias:

- a. Baixo desenvolvimento humano, quando o IDHM for menor que 0,500;

⁴⁹ idem

⁵⁰ idem

⁵¹ idem

- b. Médio desenvolvimento humano, para valores entre 0,500 e 0,800;
- c. Alto desenvolvimento humano, quando o índice for superior a 0,800.

ANEXO

Anexo 1 - Entrada de imigrantes japoneses e total de imigrantes e percentual de japoneses em relação ao total de imigrantes. Brasil. 1908-1953.

Ano	Japoneses	Total	(%) Total
1.908	830	90.536	0,92%
1.909	31	84.090	0,04%
1.910	948	86.751	1,09%
1.911	28	133.575	0,02%
1.912	2.909	177.887	1,64%
1.913	7.122	190.333	3,74%
1.914	3.675	79.232	4,64%
1.915	65	30.333	0,21%
1.916	165	31.245	0,53%
1.917	3.899	30.277	12,88%
1.918	5.599	19.793	28,29%
1.919	3.022	36.027	8,39%
1.920	1.013	69.042	1,47%
1.921	840	58.476	1,44%
1.922	1.225	65.007	1,88%
1.923	895	84.549	1,06%
1.924	2.673	96.052	2,78%
1.925	6.330	82.547	7,67%
1.926	8.407	118.686	7,08%
1.927	9.084	97.974	9,27%
1.928	11.169	78.128	14,30%
1.929	16.648	96.186	17,31%
1.930	14.076	62.610	22,48%
1.931	5.632	27.465	20,51%
1.932	11.678	31.494	37,08%
1.933	24.494	46.081	53,15%
1.934	21.930	46.027	47,65%
1.935	9.611	29.585	32,49%
1.936	3.306	12.773	25,88%
1.937	4.557	34.677	13,14%
1.938	2.524	19.388	13,02%
1.939	1.414	22.668	6,24%
1.940	1.268	18.449	6,87%
1.941	1.548	9.938	15,58%
1.942	0	2.425	0,00%
1.943	0	1.308	0,00%
1.944	0	1.593	0,00%
1.945	0	3.168	0,00%
1.946	6	13.039	0,05%
1.947	1	18.753	0,01%
1.948	1	21.568	0,00%
1.949	4	23.844	0,02%
1.950	33	35.492	0,09%
1.951	106	62.594	0,17%
1.952	261	84.720	0,31%
1.953	1.255	80.070	1,57%
	190.282	2.546.455	7,47%

Fonte: Memorial do Imigrante. Disponível em: www.memorialdoimigrante.org.br

ANEXO 2

HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Histórico

Antiga povoação de Boigi, fundada em território compreendido na sesmaria, concedida em 1560 a Brás Cubas, a qual começava no sopé da serra, em terrenos pertencentes a Santos. A primitiva denominação de Boigi, foi mudada pela corrupção da língua para Mogi, denominação a que se acrescentou "das Cruzes ", por haverem existido no adro da Igreja Matriz, três cruzeiros.

Município: Provisão de 17-8-1611 do Governador Geral D. Luís de Sousa, com o nome de Santana das Cruzes de Mogi. Instalado a 1-9-1611 ou 3-9-1611.

Pela corrupção da língua passou a chamar-se Santana de Mogi das Cruzes e mais tarde apenas Mogi das Cruzes.

Distritos

1611 a 1652 - Mogi das Cruzes e Jacareí (1)

1653 a 1811 - Mogi das Cruzes

1812 a 1831 - Mogi das Cruzes e Santa Isabel (2)

1832 a 1837 - Mogi das Cruzes

1838 a 1845 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba (3) e Salesópolis (4)

1846 a 1849 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Salesópolis, e Guararema (Escada) (5)

1850 a 1851 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba e Salesópolis

1852 a 1856 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Salesópolis e Arujá (6)

1857 a 1871 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba e Arujá

1872 a 1897 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Arujá e Guararema

1898 a 1919 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba e Arujá

1920 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Arujá, Poá (7) e Susano (8)

1921 a 1924 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Arujá, Poá, Susano e Sabaúna (9)

1925 a 1927 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Arujá, Poá, Susano, Sabaúna e Biritiba Mirim (10)

1928 a 1938 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Arujá, Poá, Susano, Sabaúna, Biritiba Mirim e Taiaçupeba (11)

1939 a 1948 - Mogi das Cruzes (13), Itaquaquetuba, Poá, Susano, Sabaúna, Biritiba Mirim, Taiaçupeba e Santo Angelo (12)

1949 a 1953 - Mogi das Cruzes, Itaquaquetuba, Sabaúna, Biritiba Mirim, Taiaçupeba e

Jundiapéba (ex-Santo Angelo)

1954 a 1958 - Mogi das Cruzes, Sabaúna, Biritiba Mirim, Taiapuêba, Jundiapéba e Brás Cubas (14)

1959 a 1963 - Mogi das Cruzes, Sabaúna, Biritiba Mirim, Taiapuêba, Jundiapéba (15) e Brás Cubas

1964 a 2000 - Mogi das Cruzes, Sabaúna e Taiapuêba

Histórico da formação, incorporação e desmembramento dos distritos de:

- (1) Jacareí
Antiga povoação fundada em 1652, com o nome de Nossa Senhora da Conceição da Paraíba. Ignora-se a data de sua elevação a freguesia. Desmembramento: Em 1653, elevada à município.
- (2) Santa Isabel
Freguesia: Resolução Régia de 25-6-1812, antiga capela de Santa Isabel.
Desmembramento: Decreto de 10-6-1832, elevada à município.
- (3) Itaquaquecetuba
Freguesia: Lei 17 de 28-2-1838, capela curada de Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba.
Desmembramento: Lei 2456 de 30-12-1953, elevado à município.
- (4) Salesópolis
Freguesia: Lei 17 de 28-2-1838, capela curada de São José do Paraitinga.
Desmembramento: Lei 9 de 24-3-1857, elevada à município.
- (5) Guararema
Freguesia: Lei 9 de 19-2-1846, antiga capela de Nossa Senhora da Escada.
Revogada: Lei 6 de 23-5-1850.
Restabelecida: Lei 1 de 28-2-1872.
O Decreto 8 de 8-1-1890, transferiu a sede para a povoação de Guararema.
Desmembramento: Lei 528 de 3-6-1898, passou a formar o novo Município de Guararema.
- (6) Arujá
Freguesia: Lei 4 de 8-6-1852, curato do Senhor Bom Jesus de Arujá.
Desmembramento: Decreto 9775 de 30-11-1938, transferida para o Município de Santa Isabel.
- (7) Poá
Distrito: Lei 1674 de 3-12-1919, no distrito policial de igual nome.
Desmembramento: Lei 233 de 24-12-1948, elevado à município.
- (8) Susano
Distrito: Lei 1705 de 27-12-1919, com sede na Estação de Susano.
Desmembramento: Lei 233 de 24-12-1948, passou a formar o novo Município de Susano.
- (9) Sabaúna
Distrito: Lei 1758 de 27-12-1920, com sede na povoação do mesmo nome.
- (10) Biritiba Mirim
Distrito: Lei 1985 de 13-11-1924.
Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, elevado à município.
- (11) Taiapuêba
Distrito: Lei 2257 de 31-12-1927, com sede no bairro da capela do Ribeirão.
Desmembramento: Pela Lei 8092 de 28-2-1964, perde terras para o Município de Brás

Cubas.

(12) Santo Angelo (atual Jundiapéba)

Distrito: Decreto 9775 de 30-11-1938, com terras desmembradas do distrito sede de Mogi das Cruzes.

Decreto 14334 de 30-11-1944, mudou-lhe o nome para Jundiapéba.

Desmembramento: Pela Lei 8092 de 28-2-1964 foi transferido para o Município de Brás Cubas.

(13) Mogi das Cruzes

Pelo Decreto 9775 de 30-11-1938, perdeu terras para formar o distrito de Santo Angelo.

Pela Lei 2456 de 30-12-1953 perdeu terras para o distrito Brás Cubas.

Pela Lei 8092 de 28-2-1964 perdeu o distrito de Jundiapéba para o Município de Brás Cubas.

(14) Brás Cubas

Distrito: Lei 2456 de 30-12-1953, com o povoado de mesmo nome e território desmembrado do distrito sede de Mogi das Cruzes.

Desmembramento: Lei 8092 de 28-2-1964, passou a formar o novo Município de Brás Cubas.

Anexo 3 -População residente e percentual por sexo que não residiam em Mogi das Cruzes. Brasil, Grandes Regiões e Unidade da Federação. 2000.

Grandes Regiões e Unidade da Federação	Homem	Mulher	Total	Região (%)	Total (%)
Rondônia	6	4	10	12,7	0,05
Acre	4	5	9	11,4	0,04
Amazonas	7	8	15	19,0	0,07
Roraima		1	1	1,3	0,00
Pará	18	23	41	51,9	0,19
Amapá	2	1	3	3,8	0,01
Norte	37	42	79	100,0	0,36
Maranhão	22	18	40	0,9	0,18
Piauí	113	82	195	4,4	0,88
Ceará	186	123	309	6,9	1,40
Rio Grande do Norte	88	70	158	3,5	0,72
Paraíba	159	136	295	6,6	1,34
Pernambuco	642	509	1151	25,7	5,21
Alagoas	252	206	458	10,2	2,08
Sergipe	169	164	333	7,4	1,51
Bahia	889	648	1537	34,3	6,96
Nordeste	2520	1956	4476	100,0	20,28
Minas Gerais	7165	6480	13645	86,2	61,82
Espírito Santo	143	143	286	1,8	1,30
Rio de Janeiro	882	777	1659	10,5	7,52
Guanabara	134	110	244	1,5	1,11
Sudeste	8324	7510	15834	100,0	71,74
Paraná	583	607	1190	83,2	5,39
Santa Catarina	56	63	119	8,3	0,54
Rio Grande do Sul	63	59	122	8,5	0,55
Sul	702	729	1431	100,0	6,48
Mato Grosso	95	95	190	75,7	0,86
Goiás	28	23	51	20,3	0,23
Distrito Federal	8	2	10	4,0	0,05
Centro-Oeste	131	120	251	100,0	1,14
Total	11714	10357	22071		100,00

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Anexo 4 - População residente de estrangeiros por nacionalidade, por sexo e posição no ranking segundo a Unidade da Federação de São Paulo – 1960-1970.

Países	1960			1970			Ranking	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	1960	1970
Portugal	112.916	92.944	205.860	108.262	94.068	202.330	1º	1º
Japão	60.296	50.798	111.094	57.966	51.564	109.530	3º	2º
Itália	70.037	66.295	136.332	48.376	44.705	93.081	2º	3º
Espanha	54.344	51.079	105.423	43.389	41.040	84.429	4º	4º

Fonte: Fundação IBGE.Censo Demográfico 1960 e 1970.

Anexo 5 - Municípios com maior produção de alface por área, quantidade e participação no Estado de São Paulo – 2004.

Ranking	Unidade da Federação Município	Área (ha)	Quantidade (engradado de 9dz)	(%) Estado
1	Mogi das Cruzes	2000	800.000	16,69
2	São Paulo	700	700.000	14,61
3	Biritiba Mirim	910	682.500	14,24
4	Suzano	340	374.000	7,80
5	Itaquaquecetuba	210	231.000	4,82
6	Salesópolis	150	210.000	4,38
7	Campinas	225	179.920	3,75
8	São Roque	120	120.000	2,50
9	Piedade	137	109.600	2,29
10	Itapecerica da Serra	80	96.000	2,00
11	Jundiaí	183	91.500	1,91
12	Ibúna	80	64.000	1,34
13	Araçoiaba da Serra	62	49.600	1,03
14	Salto de Pirapora	61	48.800	1,02
15	Araraquara	50	45.000	0,94
16	Piracicaba	80	44.000	0,92
17	São Carlos	70	42.000	0,88
18	Bom Jesus dos Perdões	40	40.000	0,83
	Outros	1082	864.566	18,04
	Total do Estado	6580	4.792.486	

Fonte Instituto de Economia Agrícola. www.iea.sp.gov.br

Anexo 6 - População residente de japoneses por sexo e rendimento. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Município de Mogi das Cruzes.

Estado, microrregião e município	sexo	Mais de 0,75 a 1 salário-mínimo	Sem rendimento	Mais de 0,75 a 1 salário-mínimo (%)	Sem rendimento (%)
Estado de São Paulo	Masculino	4196	2070	38%	19%
	Feminino	6816	8601	62%	81%
	Total	11012	10671	100%	100%
Mogi das Cruzes (Microrregião)	Masculino	300	86	36%	14%
	Feminino	544	523	64%	86%
	Total	844	609	100%	100%
Mogi das Cruzes (Município)	Masculino	166	47	37%	14%
	Feminino	277	299	63%	86%
	Total	443	346	100%	100%

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Anexo – 7 - População japonesa residente com rendimento bruto de 0,75 a 01 salário mínimo por grupo de idade. Estado de São Paulo, Microrregião de Mogi das Cruzes e Município de Mogi das Cruzes. 2000.

Idade em anos, classe	Estado	Microrregião	Município	Estado	Microrregião	Município
	São Paulo	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	São Paulo	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes
De 40 a 44 anos	18	0	0	0,2	0,0	0,0
De 50 a 54 anos	35	14	14	0,3	1,7	3,1
De 55 a 59 anos	37	0	0	0,3	0,0	0,0
De 60 a 64 anos	285	35	35	2,6	4,1	7,8
De 65 a 69 anos	989	50	31	9,0	5,9	6,9
De 70 a 74 anos	1922	173	81	17,4	20,4	18,1
De 75 a 79 anos	2628	246	146	23,9	29,1	32,7
De 80 a 84 anos	2447	199	111	22,2	23,5	24,8
De 85 a 89 anos	1758	69	10	16,0	8,2	2,2
De 90 a 94 anos	665	43	10	6,0	5,1	2,2
De 95 a 99 anos	198	8	0	1,8	0,9	0,0
100 anos ou mais	35	9	9	0,3	1,1	2,0
Total	11017	846	447	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o total de japoneses no Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Anexo 8 – Percentual da população residente por rendimento bruto segundo a Unidade da Federação, Microrregião e Municípios – 2000.

Trabalho principal, rendimento bruto,	Unidade da Federação	Microrregião	Municípios							
	São Paulo	Mogi das Cruzes	Biritiba	Ferraz	Guararema	Itaquá	Mogi	Poá	Salesópolis	Suzano
Até 0,25 salários mínimos	0,3	0,4	0,2	0,4	0,7	0,6	0,2	0,5	1,3	0,5
Mais de 0,25 a 0,5 salários mínimos	1,1	1,5	1,9	1,3	2,3	1,6	1,1	1,4	4,6	1,7
Mais de 0,5 a 0,75 salários mínimos	1,9	2,2	1,9	2,3	1,9	2,6	1,7	2,2	4,7	2,4
Mais de 0,75 a 1 salários mínimos	6,3	8,0	14,3	6,4	14,2	6,6	8,5	7,0	17,8	8,1
Mais de 1 a 1,25 salários mínimos	1,7	1,8	4,1	1,2	3,3	1,3	2,0	1,7	3,1	1,7
Mais de 1,25 a 1,5 salários mínimos	5,7	6,0	10,1	5,9	6,8	5,9	5,7	5,1	8,5	6,4
Mais de 1,5 a 2 salários mínimos	15,2	16,4	19,7	18,4	19,3	18,9	14,0	14,0	15,9	16,6
Mais de 2 a 3 salários mínimos	18,2	19,9	13,9	22,9	15,1	24,9	17,1	19,7	11,6	18,9
Mais de 3 a 5 salários mínimos	19,2	19,7	13,8	22,7	13,9	20,9	18,3	20,9	13,8	19,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	17,7	15,9	11,0	14,3	12,6	13,0	18,7	18,6	8,9	15,9
De 1,5 a 10 salários mínimos	70,4	71,8	58,4	78,3	60,9	77,6	68,1	73,2	50,2	71,2
Mais de 10 a 15 salários mínimos	4,3	3,0	2,1	1,5	2,4	1,5	4,4	4,4	2,1	3,1
Mais de 15 a 20 salários mínimos	2,9	1,7	0,9	0,7	2,7	0,7	2,8	1,8	1,0	1,6
Mais de 20 a 30 salários mínimos	1,6	0,7	0,4	0,3	0,9	0,3	1,3	0,6	0,6	0,7
Mais de 30 salários mínimos	2,2	1,0	0,7	0,4	1,3	0,3	1,9	0,7	0,8	0,8
Somente em benefícios	1,5	1,6	3,8	1,2	1,5	1,0	2,0	1,5	3,6	1,6
Não tem	0,2	0,2	1,2	0,1	0,9	0,1	0,2	0,1	1,8	0,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Anexo 9 – Percentual da população residente por anos de estudo segundo a Unidade da Federação, Microrregião e Municípios – 2000.

Anos de Estudo	Unidade da Federação	Microrregião	Municípios							
	São Paulo	Mogi das Cruzes	Biritiba	Ferraz	Guararema	Itaquá	Mogi	Poá	Salesópolis	Suzano
Sem instrução ou - de 1 ano	19,0	22,3	27,3	22,6	24,1	24,8	20,1	19,5	26,5	22,3
De 1 a 3 anos	14,3	14,9	16,9	14,8	17,7	16,9	13,6	12,8	18,1	14,5
De 4 a 7 anos	29,5	31,3	30,4	33,5	29,8	34,3	28,8	30,4	30,4	30,6
Menos de 7 anos	62,8	68,5	74,7	70,9	71,6	76,1	62,5	62,8	74,9	67,4
De 8 a 10 anos	15,5	15,2	12,5	15,8	12,5	14,0	15,0	17,8	11,3	16,0
Menos de 10 anos	78,2	83,6	87,2	86,7	84,1	90,1	77,6	80,6	86,3	83,4
De 11 a 14 anos	16,1	13,2	10,9	11,9	12,6	8,9	16,4	16,4	11,5	13,7
15 anos ou mais	5,4	2,9	1,8	1,2	3,1	0,8	5,8	2,6	2,1	2,6
Não determinado	0,4	0,3	0,1	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,1	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE. Censo Demográfico de 2000. Tabulação Própria. Dados tabulados pelo Banco Multidimensional Estatístico (BME); sujeito ao erro da expansão da amostra no momento do cruzamento das variáveis utilizadas para o Estado, Microrregião e Municípios para os Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)